

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Eça de Queirós
O Conde d'Abranhos



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Eça de Queirós

O Conde d'Abranhos

Publicado postumamente em 1925.

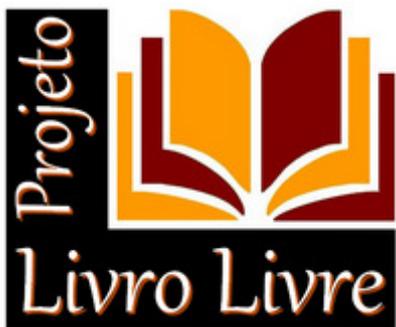
**José Maria de Eça de Queirós
(1845 – 1900)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 111



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2014
www.poeteiro.com



Projeto Livro Livre

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras sob domínio público, como esta, do escritor português Eça de Queirós: “*O Conde d'Abranhos*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com

BIOGRAFIA

José Maria de Eça de Queirós nasceu em 25 de novembro de 1845, numa casa da Praça do Almada na Póvoa de Varzim, no centro da cidade; foi batizado na Igreja Matriz de Vila do Conde. Filho de José Maria Teixeira de Queirós, nascido no Rio de Janeiro em 1820, e de Carolina Augusta Pereira d'Eça, nascida em Monção em 1826. O pai de Eça de Queirós, magistrado e par do reino, convivia regularmente com Camilo Castelo Branco, quando este vinha à Póvoa para se divertir no Largo do Café Chinês.

Eça de Queirós foi batizado como “filho natural de José Maria d'Almeida de Teixeira de Queirós e a mãe era Carolina Augusta Pereira de Eça”.

Uma das teses para tentar justificar o fato dos pais do escritor não se terem casado antes do nascimento deste sustenta que Carolina Augusta Pereira de Eça não teria obtido o necessário consentimento da parte de sua mãe, já viúva do coronel José Pereira de Eça. De fato, seis dias após a morte da avó que a isso se oporia, casaram-se os pais de Eça de Queirós, quando o menino tinha quase quatro anos. Eça por sua vez apresenta episódios incestuosos em criança relatados no diário de sua prima. Por via dessas contingências foi entregue a uma ama, aos cuidados de quem ficou até passar para a casa de Verdemilho em Aradas, Aveiro, a casa da sua avó paterna. Nessa altura, foi internado no Colégio da Lapa, no Porto, de onde saiu em 1861, com dezesseis anos, para a Universidade de Coimbra, onde estudou Direito. Além do escritor, os pais teriam mais seis filhos.

O pai era magistrado, formado em Direito por Coimbra. Foi juiz instrutor do célebre processo de Camilo Castelo Branco, juiz da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, presidente do Tribunal do Comércio, deputado por Aveiro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, par do Reino e do Conselho de Sua Majestade. Foi ainda escritor e poeta.

Em Coimbra, Eça foi amigo de Antero de Quental. Os seus primeiros trabalhos, publicados avulso na revista "Gazeta de Portugal", foram depois coligidos em livro, publicado postumamente com o título *Prosas Bárbaras*.

Em 1866, Eça de Queirós terminou a Licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra e passou a viver em Lisboa, exercendo a advocacia e o jornalismo. Foi diretor do periódico *O Distrito de Évora* e colaborou em publicações periódicas como a *Feira da Ladra* (1929-1943), *A imprensa* (1885-1891) e *Ribaltas e gambiarras* (1881). Porém, continuaria a colaborar esporadicamente em jornais e revistas ocasionalmente durante toda a vida. Mais tarde fundaria a *Revista de Portugal*.

Em 1869 e 1870, Eça de Queirós fez uma viagem de seis semanas ao Oriente (de 23 de outubro de 1869 a 3 de janeiro de 1870), em companhia de D. Luís de Castro, 5.º conde de Resende, irmão da sua futura mulher, D. Emília de Castro, tendo assistido no Egito à inauguração do canal do Suez: os jornais do Cairo referem “Le Comte de Rezende, grand amiral de Portugal et chevalier de Queirós”. Visitaram, igualmente, a Palestina. Aproveitou as notas de viagem para alguns dos seus trabalhos, o mais notável dos quais: *O mistério da estrada de Sintra*, em 1870, e *A relíquia*, publicado em 1887. Em 1871, foi um dos participantes das chamadas Conferências do Casino.

Em 1870 ingressou na Administração Pública, sendo nomeado administrador do concelho de Leiria. Foi enquanto permaneceu nesta cidade, que Eça de Queirós escreveu a sua primeira novela realista, *O Crime do Padre Amaro*, publicada em 1875.

Tendo ingressado na carreira diplomática, em 1873 foi nomeado cônsul de Portugal em Havana. Os anos mais produtivos de sua carreira literária foram passados em Inglaterra, entre 1874 e 1878, durante os quais exerceu o cargo em Newcastle e Bristol. Escreveu então alguns dos seus trabalhos mais importantes, como *A Capital*, escrito numa prosa hábil, plena de realismo. Manteve a sua atividade jornalística, publicando esporadicamente no *Diário de Notícias*, em Lisboa, a rubrica “*Cartas de Inglaterra*”. Mais tarde, em 1888 seria nomeado cônsul em Paris.

Seu último livro foi *A Ilustre Casa de Ramires*, sobre um fidalgo do século XIX com problemas para se reconciliar com a grandeza de sua linhagem. É um romance imaginativo, entremeado com capítulos de uma aventura de vingança bárbara que se passa no século XII, escrita por Gonçalo Mendes Ramires, o protagonista. Trata-se de uma novela chamada *A Torre de D. Ramires*, em que antepassados de Gonçalo são retratados como torres de honra sanguínea, que contrastam com a lassidão moral e intelectual do rapaz.

Aos 40 anos casou com Emília de Castro, com quem teve 4 filhos: Alberto, Antônio, José Maria e Maria.

Morreu em 16 de Agosto de 1900 na sua casa de Neuilly-sur-Seine, perto de Paris. Teve funeral de Estado, estando sepultado em Santa Cruz do Douro.

Foi também o autor da *Correspondência de Fradique Mendes* e *A Capital*, obra cuja elaboração foi concluída pelo filho e publicada, postumamente, em 1925. Fradique Mendes, aventureiro fictício imaginado por Eça e Ramalho Ortigão, aparece também no *Mistério da Estrada de Sintra*. Seus trabalhos foram traduzidos em aproximadamente vinte línguas.

Obras: O Mistério da Estrada de Sintra (1870), O Crime do Padre Amaro (1875), A Tragédia da Rua das Flores (1877-78), O Primo Basílio (1878), O Mandarim (1880), As Minas de Salomão (1885) (tradução), A Relíquia (1887), Os Maias (1888), Uma Campanha Alegre (1890-91), O Tesouro (1893), A Aia (1894), Adão e Eva no paraíso (1897), Correspondência de Fradique Mendes (1900), A Ilustre Casa de Ramires (1900), A Cidade e as Serras (1901, póstumo), Contos (1902, póstumo), Prosas Bárbaras (1903, póstumo), Cartas de Inglaterra (1905, póstumo), Ecos de Paris (1905, póstumo), Cartas familiares e bilhetes de Paris (1907, póstumo), Notas contemporâneas (1909, póstumo), Últimas páginas (1912, póstumo), A Capital (1925, póstumo), O Conde de Abranhos (1925, póstumo), Alves & Companhia (1925, póstumo), Correspondência (1925, póstumo), O Egito (1926, póstumo), Cartas inéditas de Fradique Mendes (1929, póstumo), Eça de Queirós entre os seus - Cartas íntimas (1949, póstumo).

*Wikipédia
Janeiro, 2014*

NOTAS BIOGRÁFICAS POR: Z. ZAGALO

À EX.ma SR^a CONDESSA D'ABRANHOS

Minha Senhora: – Tive, durante quinze anos, a honra tão invejada de ser o secretário particular de seu Ex.mo Marido, Alípio Severo Abranhos, Conde d'Abranhos, e consumo-me, desde o dia da sua morte, no desejo de glorificar a memória deste varão eminente, Orador, Publicista, Estadista, Legislador e Filósofo.

V. Ex^a, Sr^a Condessa, ergue-lhe neste momento, no cemitério dos Prazeres, um mausoléu comemorativo, onde o cinzel do escultor Craveiro faz reviver a nobre figura do Conde.

Respeitosamente me arrojo, Sr^a Condessa, a imitar o piedoso ato de V. Ex^a, e neste livro – como o artista esculpiu no mármore o seu invólucro físico – eu pretendo reconstituir o seu ser moral. A estátua é assim completada pela biografia: na pedra, as gerações contemporâneas poderão contemplar a grandeza da sua atitude e a expressão do seu rosto; no livro, admirar-lhe-ão a elevação do espírito e a retidão da alma.

E quem melhor do que eu poderia tornar conhecido este português histórico – eu, a quem ele fez a confiança das suas crenças, da sua filosofia tão profundamente religiosa, da sua alta ambição, do seu puro amor da Pátria, da sua vasta ciência política? Eu, que tenho presente a sua correspondência, – cuidadosamente arquivada no copiador – os seus manuscritos, os rascunhos dos seus discursos, naquela letra larga e ampla que apresentava similitude com a sua alma; eu, que tive o piedoso cuidado durante quinze anos, de recolher as menores palavras que saíam dos seus lábios – ai! que a anemia ia adelgçando tão cruelmente – e, apenas entrava no meu quarto andar da Rua do Carvalho, – ninho doméstico que a sua generosidade me permitiu adquirir – escrevia as conversas que, à hora do chá, ou mais tarde no seu escritório, me enlevavam de admiração.

Eu fui a testemunha da sua vida. Outros o viram em S. Bento, nas Secretarias, no Paço, no Grêmio, – mas só eu o vi, perdoe-me V. Ex^a, Sr^a Condessa, a familiar expressão – em chinelos e de “robe-de-chambre”.

Todos conhecem o grande homem. Eu, conheço o homem. Eu – e V. Ex^a, de quem ele me dizia, pouco antes de morrer, no momento em que lhe dava a colher de bromureto de potássio: –“Zagalo amigo, ao fim da experiência de oito anos de casamento, a Lulu (porque nos momentos de expansão comigo, era este o nome que ele lhe dava, Sr^a Condessa – pois que, ordinariamen te, aos

inferiores dizia, a Condessa, e aos seus iguais, a D. Catarina) a Lulu, amigo Zagalo, tem sido mais que uma esposa, tem sido “um bálsamo”. Referia-se o ilustre marido de V. Ex^a às circunstâncias dolorosas do seu primeiro casamento, a que ele se costumava, referir, chamando-lhe “uma chaga”.

Tais são os motivos, Sr^a Condessa – o desejo de lhe erguer um monumento espiritual e o meu conhecimento íntimo da sua vida – que me levam, depois de demorada reflexão, a escrever esta biografia do Conde d'Abranhos.

Eu conheço – ainda que as minhas tentativas literárias têm recebido do país um acolhimento remunerador – que me escasseiam as qualidades de Estilo e de Crítica, para escrever a história complexa deste grande homem: seria necessário, para bem o pintar, um Plutarco, ou, nos tempos mais modernos, um Victor Cousin (que ele tanto admirava), ou ainda, contemporaneamente, um Herculano, um Rebelo, um Castilho – um desses astros que se destacam no céu da nossa Pátria, com uma luz de serenidade eterna. Eu sei, além disso, não serem necessárias apoteoses biográficas para que o país reconheça o homem que perdeu no Conde d'Abranhos. A dor de toda a Lisboa devia ser bem grata à sua alma. Sim, Sr^a Condessa, devia ser bem grato ao seu espírito imortal, já arrebatado à serenidade dos eleitos, ver, cá em baixo, nesta Capital que ele amava, nestas ruas que ele tão bem conhecia, a imponente cerimônia do seu préstito fúnebre: o camarista que representava S. M. El-Rei; o presidente do conselho que, apesar da firmeza da sua vontade de ferro, não podia conter as lágrimas que lhe humedeciam as pálpebras; a deputação dos meninos do Asilo de S. Cristóvão, por quem ele tomava um interesse tão delicado e a quem chamava, com aquela graça que nas horas felizes era o encanto da sua conversa, – “os meus pintainhos”; a deputação das duas casas do Parlamento, levando à frente o orador da maioria, o poeta maravilhoso dos “Sonhos e Enleios”, que me disse estas palavras memoráveis que ficarão na História: – “Vimos em nome da Viúva...” – E como eu lhe perguntava, admirado: – “Em nome da Sr^a Condessa?” – “Não – respondeu o poeta – em nome da Tribuna, viúva do Gênio!” – E enfim, fechando o préstito, vinte carruagens particulares, vinte e cinco da companhia e algumas de praça – entre as quais notei com admiração alguns operários da Sociedade “Probidade Cristã”, que ele tanto ajudara a formar, e que vinham pagar um tributo derradeiro ao homem que, mais que nenhum em Portugal, amou, protegeu e educou o operário! Ali vinham, quatro numa tipóia, nos seus casacos dos domingos, as lágrimas nos olhos, a fé no peito, levar com saudade à sepultura aquele que um dia exclamara na Câmara dos Deputados (sessão de 15 de Agosto, “Diário do Governo” nº 2758): – “Não podemos dar ao operário o pão na terra, mas obrigando-o a cultivar a fé, preparamos-lhe no Céu banquetes de Luz e de Bem-aventurança!”

E quem negará aí que não seja esta a verdadeira maneira de promover a felicidade das classes trabalhadoras?

Mas não foram estas as únicas demonstrações de luto social. A Imprensa – a que ele se orgulhava de pertencer, e a que chamava, com tanta elevação, o “porta-voz do progresso” – dedicou-lhe páginas que, pela unanimidade do sentimento, e até, se me é permitido descer a estes detalhes, o tipo grande dos artigos, entre tarjas negras, lembravam os funerais de um Rei.

As musas mesmo o choraram, e quem esquecerá essa jóia da poesia portuguesa, que dedicou à sua morte o nosso grande lírico, o autor melodioso dos “Cânticos e Suspiros”? Ah! Sr^a Condessa, recitemos ambos, na nossa dor comum, esta estrofe, digna dos Hugos, dos Passos e dos Leais:

*Teu corpo desce à terra escura e fria...
Terra de Portugal. Treva sombria
Te cobre e te devora!
Mas não perecerá teu gênio altivo,
E surges para a História redivivo
como da Noite a Aurora...*

A música mesmo (para que todas as Artes se reunissem no coro de prantos) lá lhe vai dar o seu tributo, nessa inspirada com posição—e “A Civilização” – valsa dedicada à memória do ilustre Conde d'Abranhos, pelo padre Abílio Figueira!

Era tempo, pois, Sr^a Condessa, que eu, que nessa grande explosão de dor me conservei taciturno e retraído (devendo dizer-se que o severo ataque de fígado que então me prostrou, resultante das longas noites de vigília à cabeceira do grande enfermo, me forçou a um silêncio involuntário) – venha enfim depor sobre o seu túmulo esta memória humilde.

A Ele, Sr^a Condessa, devo tudo. O pão do corpo e o pão da alma, me deu ele com generosidade larga e fidalga. Nunca o esquecerei. Por vezes, quando me via (sobretudo depois da bronquite de que padeci no Inverno de 1870) um pouco pálido ou debilitado, ele próprio ia ao armário do seu escritório e por sua mão me servia de um, às vezes dois cálices de vinho do Porto de 1815. Nos dias em que tinha gente a jantar, nunca se esquecia de mandar guardar alguma sobremesa para eu levar a meus filhos, que lhe devem, além desta lembrança mimosa, a educação sólida e cristã de que gozam e que os habilitará, espero, a entrar um dia, com justo mérito, nas Repartições do Estado.

Mas, Sr^a Condessa – eu sou feliz em o poder dizer bem alto – o que acima de tudo devo ao Conde d'Abranhos, é ter-me ele feito um ser moral. Eu, que na mocidade, sob a influência perniciosa de leituras inconvenientes e de camaradagens fúteis, partilhava as ideias que a sociedade condena, fui

transformado pelo seu exemplo, pelos seus conselhos, pela sua eloquência e pela sua proteção. Sim, Sr^a Condessa, seu ilustre marido encontrou-me pobre, e portanto repastando-me de leituras perniciosamente democráticas, e acompanhando com moços de talento, é certo, mas inteiramente devorados pelos estragos de unia filosofia materialista e de uma sociologia anárquica; empregando-me como seu secretário particular, com um ordenado suficiente às necessidades de minha família (eu casara então com a minha angélica Madalena), o Conde d'Abranhos deu-me os meios materiais de me tornar um conservador convicto, um defensor fervoroso das instituições, um amigo da ordem. Pondo-me ao abrigo da pobreza, digo-o bem alto, pôs-me ao abrigo da depravação intelectual, moral e social.

E de V. Ex^a, Sr^a Condessa, que direi, que o não tenham dito na terra os pobres de que V. Ex.^a cura os males e afasta a necessidade, e no Céu, os anjos de quem V. Ex.^a é seguramente predileta – e decerto futura companheira? Permita-me pois, Sr^a Condessa, que ponha aos pés de V. Ex^a este trabalho, no qual consignei a primeira fase da carreira admirável do Conde d'Abranhos, essa ascensão vertiginosa às culminâncias do poder, de modesto filho de Pena fiel a ministro ilustre, e onde deixei o que na minha alma existe de melhor, de mais nobre, de mais duradouro – a minha respeitosa admiração pela grande figura do Conde d'Abranhos.

Sou de V. Ex^a

o mais humilde criado

Z. Z.

*Ex-secretário do Ex.mo Sr. Conde
d'Abranhos,*

sócio honorário

do Grêmio Recreativo do Rio Grande do Sul.

108 – Rua do Carvalho

Lisboa – 1^o de Janeiro de 1879.

O CONDE D'ABRANHOS

Alípio Severo Abranhos nasceu no ano de 1826, em Penafiel, no dia de Natal.

A Providência, por um símbolo sutil e engenhoso, fez nascer no dia sagrado em que nasceu Jesus de Nazaré, aquele que em Portugal devia ser o mais forte pilar e o procurador mais eloquente da Igreja, dos seus interesses e do seu reino.

Muitas vezes o Conde se comprazia em contar que, nessa noite de 24 de Dezembro de 1826, Inverno que ficou na história pelas grandes neves que caíram, seus pais – segundo a tradição venerada na família – tinham armado um presépio, como era costume nesses tempos em que a boa fé portuguesa amava a piedosa devoção dos altares íntimos. Ao centro do presépio, florido de muita verdura, entre os animais da narração evangélica, o Menino Jesus sorria, nos braços de uma Virgem, obra delicadamente trabalhada por Antão Serrano, o grande santeiro de Amarante. Em torno, ardiam as velas de cera; na cozinha, cantavam nas frigideiras os rojões da ceia; o lume de lenha húmida estalava jovialmente, e fora, na neve que caía, os sinos repicavam para a missa do Galo – quando a mãe do Conde, subitamente

Sentiu o tenro ser...

como diz o nosso grande lírico no seu poema, *A Mãe*.

O parto foi singularmente feliz, e, aludindo a esta circunstância, o Conde muitas vezes me dizia, que, segundo o seu velho amigo Dr. Flores, a facilidade em nascer era o indício misterioso de um destino fácil e de imprevistas fortunas. Todos os homens providenciais – Napoleão I, o nosso Santo Papa Pio IX, o grande estadista Fonseca Magalhães, nasceram – como dizia o Conde com chiste – “com uma perna às costas!” A fortuna começa-lhes no ventre maternal: a porta da vida abre-se-lhes a dois batentes, mostrando-lhes uma sequência de épocas gloriosas, como salões festivos. Outros têm de arrombar com dor essa mesma porta, saindo para um destino escuro como uma estrada de Inverno. Providenciais antíteses da Sorte!

E o parto da mãe do Conde foi tão feliz, que, meia hora depois das primeiras dores, o pequeno Alípio foi trazido triunfantemente para a sala. A comadre sentara-se casualmente diante do presépio, e os dois meninos – o que havia de ser um homem, e o que fora um Deus – sorriam-se à claridade das velas festivas do Natal, ambos nuzinhos, ambos ao colo, enquanto de fora, lançados vivamente, vinham os repiques do sino, através dos flocos de neve!

Tocante quadro; e poucos conheço – se atendermos à glória do Conde d'Abranhos – que mais mereçam ser lançados na tela ou esculpidos no mármore.

Os pais do Conde, é geralmente sabido, eram pobres. Mas a origem da sua família não só é plebeia – como afetavam supor os seus adversários de ideias – mas, bem estudada, revela uma origem tão nobre como a das melhores casas do norte de Portugal.

Os Abranhos são originários de Amarante e aliados, pelas mulheres, à ilustre casa de Noronha. Em 1758, D. Jacinta Ana de Sobral Vieira Alcoforado e Noronha, viúva do capitão-mor Teles Azurara, senhora já avançada em anos, mas ainda de aspecto imponente, casara com Manuel Abranhos, que, pelas suas formas atléticas e beleza viril, era chamado o *Apolo de Amarante*. Manuel Abranhos não era decerto um fidalgo, mas é inteiramente inexato o dizer-se, como se imprimiu na *Revolução de Setembro*, então na oposição, que era um carniceiro: estas insinuações pérfidas desonram as grandes lutas intelectuais da política!

D. Jacinta Ana concebera por ele uma dessas paixões, como aquelas que a poesia tem celebrado, e, apesar da renitência dos parentes – que faz lembrar a dos Capuletos, pai e irmão da doce Julieta (tanto as famílias históricas se assemelham nos grandes sentimentos que as agitam) – D. Jacinta apoderou-se do belo Abranhos, e o casamento foi celebrado (recordo-o a título de curiosidade histórica) pelo padre Vicente Tardinho, reitor de Varzelhe, que depois tanto se celebrizou num processo retumbante. Já então, digamo-lo de passagem, sob a influência dessa vaga aragem revolucionária que soprava de França, tinha principiado esta longa perseguição ao clero, que um dia devia tomar proporções que de certo modo lembram as perseguições de Diocleciano.

Alípio Severo Abranhos nasceu no ano de 1826, em Penafiel, no dia de Natal. A Providência, por um símbolo sutil e engenhoso, fez nascer no dia sagrado em que nasceu Jesus de Nazaré, aquele que em Portugal devia ser o mais forte pilar e o procurador mais eloquente da Igreja, dos seus interesses e do seu reino...

O casamento, escrevo-o com dor, não foi feliz. Não possuo os documentos necessários para decidir a quem pertence a responsabilidade das desinteligências crescentes, mas é certo que o belo Apolo que, como dizia com um chiste adorável o Conde, “frequentava muito o seu colega Baco”, espancava tão imprevisivelmente D. Jacinta, que obrigou muita vez esta dama a refugiar-se em casa dos seus parentes, levando apenas sob as suas formas, que tinham conservado uma grande majestade aristocrática, um saiote de flanela! Apesar, porém, destas violências, a paixão de D. Jacinta, que eu respeitosa comparo à mulher de Putifar ou às Fedras da lenda antiga, trazia-a de novo, submissa e amorosa, à casa comum e ao leito conjugal, até que um dia, (e aqui

textualmente copio uma carta, existente no arquivo da família e escrita por Segismundo de Noronha, irmão da dama espancada): "...a sova foi tão forte, que vimos a mana Jacinta entrar-nos pelo portão da casa em camisa e tendo nos ombros nódoas tão roxas e dilatadas, que o padre Simões, o nosso bom capelão, as comparou, com o devido respeito, às nódoas roxas nos ombros do Redentor depois de 12 horas de Via Dolorosa".

A família Noronha exigiu uma reparação. D. Jacinta veio viver com seus irmãos, e cinco meses depois deu à luz um menino que, por se julgar que não sobreviveria, foi à pressa batizado pelo capelão Simões, com o nome poético de Florido. Sobreviveu, porém, felizmente. E aqui encontro um fato que, por respeito às duas famílias Abranhos e Noronhas, não cerco de comentários; é ele igualmente justificável e condenável. Biógrafos irreverentes e temerários poderiam talvez emitir uma opinião nítida, cortante, definitiva: eu abstenho-me, e assim deve fazer todo o historiador honesto, sempre que se trate de fatos em que duas famílias, ambas ilustres, ambas históricas, tenham um conflito de interesses: a ordem social repousa nestas respeitadas reticências.

O fato é este na sua nudez histórica: o menino Floridozinho foi lançado à roda.

Um irmão, porém – e aqui dou amplamente saída ao meu desejo de glorificar os Abranhos – um irmão, porém, de Apolo (que Apolo a esse tempo desaparecera de Amarante) reclamou Florido, adotou-o, educou-o, e foi recompensado desta nobre dedicação, porque Florido Abranhos foi um espelho de virtudes e uma flor de honradez. É talvez aqui a ocasião de destruir outro erro que tende a introduzir-se na História: o irmão de Apolo, tio de Florido, sem estar decerto numa alta situação social, não era todavia, como perfidamente insinuou em tempos a *Gazeta de Portugal*, um padeiro. Como dizia o Conde com grande elevação moral, estas pesquisas miúdas, mesquinhas, na intimidade familiar de um homem de Estado, são singularmente odiosas.

Florido, que pelo lado materno era um Noronha, casou em Penafiel, e a sua vida teve a tranquilidade límpida de um belo rio de águas claras que corre entre margens de serenidade idílica. Viveu, amou, trabalhou...

Et sa vieillesse fut comme le soir d'un beau jour...

Teve dois filhos – uma menina que herdou a beleza de seu avô Apoio, e um rapaz que foi Antônio Abranhos, o pai feliz que na noite de Natal de 1826, diante da pompa do Menino Jesus no seu presépio iluminado, apertou nos braços o seu filho único – Alípio Severo de Noronha Abranhos, futuro Conde d'Abranhos.

O Conde, portanto, é da família dos Noronhas – e dos Noronhas que direi que o não saiba a Pátria? O seu nome está na História pelos altos feitos e na Legenda pelos poéticos amores.

Não vos lembrais da nobre canção:

*Aldina na alta torre
Alta torre d'Algeciras,
Chora de noite e de dia
Que condenou-a seu pai
A não ter mais alegria...
Levai-lhe os prantos, oh! rios,
Nuvens, levai-lhe os suspiros...*

Aldina é uma Noronha. Da torre de Algeciras restam vestígios – todo um lanço de alvenaria, evidentemente do século XIII, descoberto ultimamente pelo nosso distinto arqueólogo Macedo Garção, que ofereceu à família Noronha uma formosa fotografia da ruína.

Outra Noronha foi de grande beleza e ilustrou o seu nome e o da sua raça, partilhando o leito do nosso Rei D. Afonso V.

D. Violante de Noronha, de uma beleza clássica que lhe mereceu o nome de Juno (nesta família, a beleza das mulheres iguala a bravura dos homens) recebeu o mesmo alto favor do nosso senhor Rei D. Pedro II.

Dos varões desta casa citarei Fernando de Noronha, tão cioso da sua raça que um dia, entrando no momento em que um criado repelia com força seu filho Afonso que num inocente brinquedo lhe arrepelava os cabelos, mandou decepar a mão direita ao laçao.

Estes atos inspiravam um terror salutar e ainda que nos nossos tempos mais doces poderiam ser desaprovados e o júri decerto mandaria o seu autor para a costa de África, eram todavia necessários nessa época gloriosa da monarquia, para manter as classes nos justos limites indicados pela Providência.

Citarei também Camilo de Noronha, que, já neste século foi notável como toureiro e varredor de feiras. A sua destreza no jogo de pau era tal, que chegava a um arraial, apeava e destroçava a multidão, atirando homens por terra como uma criança que derrota um regimento de soldadinhos de chumbo. Contam-se dele deliciosas anedotas. Na Covilhã, por exemplo, tinha um cavalo adestrado que escoiceava, mal o alegre Camilo de Noronha assobiava. Costumava aproximá-lo de fidalgos e senhoras (mas sobretudo de plebeus)... Um assobio rápido, um coice imprevisto, e o indivíduo ou a dama eram levados em braços, no meio da hilaridade que entre os seus amigos causavam sempre tais façanhas.

Sem inteiramente aprovar estas distrações violentas, não se pode, todavia, deixar de reconhecer que há em tais atos uma plenitude de seiva, de vida animal e de força que agrada em jovens fidalgos.

Estas migalhas de História, apanhadas ao acaso, pintam a traços largos a feição desta família ilustre. Os Noronhas usam sobre o campo de prata três castelos de ouro e este mote: *In Chistro spes meu* (em Cristo a minha esperança), sublime divisa, a melhor, a mais nobre. E foi esta a divisa do Conde d'Abranhos, até que, por decreto do 1º de Janeiro de 1860, S. M. lhe concedeu o título de Conde. Tomou então este outro mote: *Ex corde pro rege* (do coração pelo Rei!) Estas palavras, partindo de um homem que não era um cortesão e até então não mostrara especial dedicação pelo Monarca, parecem-me exemplo alto e resplandecente de reconhecimento, neste século de ingratidões endurecidas e lealdades frouxas.

Foi sempre para mim um motivo de assombro que durante a sua infância, Alípio Abranhos não tivesse – como Napoleão, Chateaubriand ou Lord Byron – revelado a sua futura elevação de espírito e de caráter por alguma dessas estranhas precocidades que são como as faíscas inesperadas que saem de um fogo ainda incubado. Os seus primeiros anos são sem relevo e inteiramente incharacterísticos. Ele mesmo o reconhecia com modéstia, quando dizia, sorrindo: “–Como toda a gente, apanhei ninhos e fiz papagaios de papel...

É certo que o meio em que se passou a sua mocidade não oferecia ocasião a que se revelassem os seus gostos inatos e se acentuassem as suas tendências. Estou bem certo que se tivesse sido educado numa dessas velhas casas morgadas, onde gerações letradas formavam ricas e sábias bibliotecas, veríamos o pequeno Alípio deixar os ninhos e os papagaios, para se ir esconder nalgum recanto da silenciosa livraria, e ali, folhear os antigos romances de cavalaria, ou, o que era mais natural à feição nativa do seu espírito, ler, compreendendo-os mal, os filósofos do passado. E porém sabido que seu pai – e não creio ofender a sua memória revelando-o – tinha um pequeno e honesto estabelecimento de alfaiate, e as únicas publicações que decerto ali se veriam entre os cortes de pano, seriam os volumes do antigo *Espelho da Moda*. Eu creio, porém, que esta falta de vida intelectual foi singularmente favorável ao seu desenvolvimento físico. Não tendo livros que o prendessem em casa, Alípio passava os seus dias pelas hortas e pelos quintais, crescendo em plena natureza, crestado pelo Sol, batido dos largos ares, e, como dizia um poeta antigo, mamando à farta nos peitos de Cíbele.

Foi esta forte educação rural que lhe deu aquelas cores sadias, aquele porte ereto, que destacavam com um tão edificante relevo entre os bustos anêmicos e as faces amareladas da raça lisboeta. E a esta primitiva comunicação com a Natureza que ele deveu o seu espírito reto e tão bem ponderado, amando em tudo a ordem, o equilíbrio, a formosa disposição das hierarquias. *Mens sana in*

corpore sano: que eu por mim tenho que as ideias falsas, anárquicas, são o resultado das organizações debilitadas. As cidades modernas, com as suas ruas mal arejadas, os seus quintos andares abafados, o seu rumor trovejante de fábricas e de veículos, a luz crua do gás, a alimentação insalubre, formam estas gerações pálidas, nervosas, agitadas por um desejo histérico de novidade, de artifício, de desordem e de violência. E esta a origem do espírito revolucionário. O homem que, pelo contrário, habita os campos, que respira o ar dos largos prados, repousa a vista na vasta linha do horizonte, na serenidade silenciosa das aldeias, ganha, num corpo forte, um espírito calmo: odeia a agitação; está naturalmente preparado para respeitar a Autoridade, os Princípios sólidos, a Ordem, toda a ordenação harmônica e bela do Estado.

Tenho, porém, a certeza de que o Conde, com a sua grande modéstia, não exprimia inteiramente a verdade quando atribuía aos ninhos e aos papagaios o privilégio de lhe absorverem todo o interesse! Não! Já então naquele espírito de criança deviam passar ideias, ainda indefinidas mas fortemente marcadas de originalidade: soltando aos ares os seus papagaios, é de crer que pensasse na eterna aspiração da alma para os cimos azulados da graça; e, ao contemplar ovos de pintassilgo, fofamente dispostos no fundo de um ninho muito quente e muito tenro, decerto lhe devia passar na alma a ideia eterna da instituição da família. Um dia mesmo, ao contar-lhe estas suposições que me tinham atravessado o espírito:

– Qual história! – respondeu com bondade o Conde. – Isso são coisas da sua imaginação de poeta. Eu era um cavalo, aqui onde me vê!... Não nego, porém, que desde novo, fui inclinado a agitar questões sociais!...

E quando eu vejo, hoje, moços saídos das escolas, sem experiência da vida, do Estado, da Administração, quererem reformar a Sociedade, como me parece admirável a modéstia deste homem notável, que classificava assim o seu grande gênio filosófico: – *inclinado a agitar questões sociais!*...

Assim, pois, crescia o jovem Alípio Abranhos, quando – do que depende o destino dos homens e muitas vezes a sorte das nações! – sua tia Amália veio a Penafiel consultar um dentista americano, então famoso em todo o Norte.

Esta senhora providencial (em que reaparecia a singular beleza do Apolo de Amarante) casara em nova com um proprietário rico de Amarante, e viúva, sem filhos, vivia em isolamento na sua Quinta dos Miguéis.

Naturalmente, em Penafiel, a tia Amália viu frequentemente seu sobrinho Alípio, e bem depressa a graça, a vivacidade, a esperteza do pequeno cativaram a tia, que, secretamente infeliz por não ter filhos, se vira até então obrigada a empregar o seu fundo de afeição maternal nas aves domésticas e nos diversos

animais da sua quinta. Alípio era como um filho inesperado que lhe aparecia “a meio do caminho da sua vida” (*Dante*).

Não é hoje segredo para ninguém que o Conde d'Abranhos preparava um volume de *Memórias Intimas*, quando o acometeu a doença. E dessas notas interrompidas, truncadas, que eu transcrevo o seguinte parágrafo, relativo a este período decisivo da sua carreira:

“Minha tia Amália concebera o plano – abençoado plano! – de me levar para a Quinta dos Miguéis, e mandar-me dar uma educação que me habilitasse a tomar na sociedade a posição elevada que naturalmente me pertencia pela minha bisavó paterna: numa palavra, fazer de mim um Noronha, digno dos Noronhas.

Abriu-se a este respeito com meu pai, que acedeu prontamente, deslumbrado pela perspectiva de me ver possuidor de uma educação que os seus meios de fortuna não lhe permitiriam dar-me. A sua vontade, porém, encontrou formidáveis escolhos nas lágrimas de minha mãe. Separar-se do filho que ela criara ao seu peito, parecia-lhe tão doloroso como uma amputação. Lembra-me vagamente de a ver abraçada a mim, dizendo, banhada em rios de lágrimas: *Ó Lipinho, que te querem levar! Ai, Lipinho, que querem fazer de ti um doutor!*

Mas meu pai, com o seu bom-senso, minha tia, com as suas promessas, venceram essa resistência, igual à da leoa a que impudente caçador quer arrebatrar os filhos, e numa manhã de Agosto – como recorde o opulento Sol nascente, cravando o mundo das suas flechas de ouro! – parti com minha tia Amália para a pitoresca Quinta dos Miguéis, onde me decorreram a infância e a puberdade, primeiro nos infantis brinquedos, mais tarde em úteis estudos. E nunca revisei a Quinta dos Miguéis, sem uma profunda saudade desses anos descuidados, e sem ir ao pequeno cemitério, – onde minha tia Amália repousa no seu bem tratado jazigo, cercada de floridos goivos – ajoelhar e murmurar uma reconhecida prece, no silêncio da tarde, pela alma simples que me abriu a sua bolsa e me habilitou a cursar as aulas da nossa sábia Universidade.”

Página admirável! – em que se nos revelam as qualidades eminentes do escritor e a tocante bondade do homem! Que quadro aquele em que o vemos, já ilustre, já titular, já ministro, seguir o caminho estreito do cemitério, por alguma tarde suave de Outono, pousar o joelho sobre a relva, descobrir-se, e rezar! Página admirável, repito, repassada de uma saudade grave, num colorido tão delicado de paisagem!

Na Quinta dos Miguéis se passou a mocidade do Conde d'Abranhos. Ali estudou a gramática e o latim, sob a direção do abade de Serzedelo, velho de raras virtudes cristãs. Ali passou as suas férias de formatura.

Eu tive a honra de o acompanhar, quando o Conde foi tratar da sua eleição a Amarante, numa visita à Quinta dos Miguéis. Do portão, uma rua plantada de loureiros conduz à casa de habitação, baixa, sólida, coberta de um dos lados por uma formosa trepadeira, atulhada de rosinhas brancas. Um lanço de escadas de pedra, ornado de velhos vasos azuis, leva ao salão, grande, pintado de oca, com cortinas vermelhas e brancas, e nas paredes litografias das batalhas de Napoleão. Tudo é simples, patriarcal e grave. O Conde mostrou-me o seu quarto e o rebordo da janela onde, em pequeno, pendurava gaiolas de grilos, com a sua folhinha verde de alface. Dali descobre-se a estrada, no traçado do antigo caminho, onde o Conde (segundo ele próprio me contou) via com inveja passar as liteiras que levavam a Braga e ao Porto os fidalgos das vizinhanças. Já então, um sentimento vago – pressentimento do seu alto destino ou simples aspiração de um espírito distinto para os centros letrados e inteligentes – o levava constantemente a desejar a existência das grandes cidades.

Ao fundo da quinta foge um pequeno regato, muito claro, muito pausado, cujo rumor tem a tristeza das águas mansas que correm entre ervas altas; as margens são cobertas de salgueiros; na Primavera os rouxinóis enchem de ninhos aquele lugar assombrado e terno.

Como a noite que passei na quinta era muito calma, fomos depois de jantar, passear junto ao *Ribeiral*, que é o nome daquele canto de paisagem elegíaca, e nunca esquecerei a bela confiança com que ali me honrou o Conde.

– V. Ex^a – tinha eu observado – devia, muitas vezes, durante as férias, vir passear aqui e sentir-se inspirado...

O Conde, que por causa da frescura da noite se estava cuidadosamente agasalhando no seu cachênê, parou e disse, com aquele gesto grave que tanto impressionava a Câmara:

– Não o conte em Lisboa, Zagalinho, mas uma noite, aqui compus versos!

Eu não me atrevia a pedir-lhe que mos recitasse, mas, sem dúvida, a claridade da Lua no meu rosto revelou um desejo tão intenso de os ouvir, que o Conde, sempre bom, me tomou o braço e disse:

– Era uma noite de apetite: eu andava aqui a passear, a pensar, fumando o meu charuto, – que a tia Amália tinha horror ao fumo do tabaco – quando, de repente, a Lua ergueu-se por detrás dos salgueiros e um rouxinol pôs-se a cantar... e sem saber como, fiz uma quadra. Não a repita! Lembra-me perfeitamente:

*Deus existe! Tudo o prova,
Tanto tu, altivo Sol,
Como tu, raminho humilde*

Onde canta o rouxinol!

Não pude conter um bravo, respeitoso mas sentido.

– O pensamento é bonito, mas não o diga em Lisboa, Zagalinho. Se os jornais soubessem que fiz versos... Que gostinho para a oposição...

Eu exclamei, rindo:

– Que gostinho para a oposição, mas que glória para o ministério...

Ele acrescentou:.

– Enfim, são rapaziadas. Todos nós, mais ou menos, em rapazes, fomos poetas e republicanos... Antes isso que andar a bebericar genebra nos botequins e frequentar meretrizes... Mas quando se entra na verdadeira vida política, é necessário pôr de lado esses sentimentos ternos...

Eu então citei, com respeito, alguns dos nossos homens de estado, que foram, são ainda, poetas de alta imaginação.

– Pois sim... – interrompeu o Conde. – Mas lá têm o seu lugar marcado na formação do Ministério... Um poeta não pode ser Ministro do Reino, mas pode muito bem ser Ministro da Marinha.

Grande verdade política!

Quando entramos, eu atrevi-me a pedir a S. Ex^a que escrevesse aquela formosa quadra no álbum de minha esposa, que trouxera comigo, esperando obter, no Porto e em Braga, autógrafos de alguns poetas e prosadores das províncias do Norte.

O Conde tomou o álbum, sorrindo, e retirou-se para o seu aposento. Qual não foi, na manhã seguinte, a minha alegria, quando ele mo restituiu, e li ao abrir a página:

*Deus existe! Tudo o prova,
Tanto tu, altivo Sol,
Como tu, raminho humilde
Onde canta o rouxinol!*

Estes versos, que eu escrevi quando me verdejavam na alma as ilusões da mocidade, poderia escrevê-los hoje que a experiência da vida me tem demonstrado que fora de Deus, não há senão ilusão e vaidade...

Conde d'Abrunhos.

Quando voltei a Lisboa e mostrei esta página preciosa à minha Madalena – que surpresa, que arrebatamento! Falamos até tarde, essa noite, da bondade do Conde e da vastidão do seu gênio.

Se eu me detive neste incidente íntimo de uma existência histórica, foi para mostrar que o Conde não era um homem destituído de sentimento poético e de imaginação idealista. Naquele cérebro todo ocupado de legislação, de reformas, de economia política, de debates parlamentares, tinha havido um momento, na sua mocidade, em que florescera, como uma violeta isolada mas fresca, a flor delicada do sentimentalismo. E quis também provar que a poesia não é inteiramente unia arte subalterna e própria de espíritos efeminados, pois que um homem de tão robusto gênio prático não desdenhou um dia, sob a influencia de uma paisagem romântica, servir-se dela para exprimir um alto conceito filosófico. Estou certo de que os poetas contemporâneos, os Hugos épicos, os delicados Tennysons, os Campoamores de humorística melancolia, se orgulhariam deste colega que eu lhes revelo, e que, se apenas uma vez feriu a lira, fê-lo com tal originalidade, vigor e elevação, que esse simples verso isolado sobe mais alto no céu da Arte do que muitas sinfonias majestosas dos Mussets debochados ou dos Baudelaires históricos:

*Deus existe! Tudo o prova,
Tanto tu, altivo Sol,
Como tu, raminho humilde
Onde canta o rouxinol!*

Não farei uma narração detalhada da mocidade estudiosa do Conde. Este estudo não é propriamente uma biografia em que deva seguir, ano a ano, a carreira intelectual do seu vasto espírito. São simples apontamentos, quadros destacados de uma nobre carreira, que servirão para que um mais alto engenho (na frase enérgica do Épico) reconstrua, com suficiente relevo, esta soberba figura histórica.

Desde os onze anos, pois, Alípio Abranhos viveu na companhia de sua tia Amália, e a não ser nas férias do segundo ano, em que a doença da mãe o chamou imperiosamente a Penafiel, não tornou a ver seus pais.

Compreender-se-á facilmente que o jovem Alípio, tendo penetrado num meio mais elevado, habituado no Porto, onde estudara parte dos preparatórios, e depois em Coimbra, às convivências eruditas, cultivadas, educadas, se achava extremamente deslocado na companhia pobre e iletrada de seu pai. Quando, durante anos, se tem vivido pela imaginação com os heróis da História e do Romance, quando se tem o ouvido habituado à nobre linguagem dos Cíceros, dos Titos Lívios, quando se tem acostumado o espírito aos interesses da Ciência, da Lógica e da Metafísica – não é fácil suportar-se a conversação de pessoas que só se preocupam com pequenos interesses locais e “mexericos de vila pobre”.

Depois das largas salas e dos vastos horizontes da Quinta dos Miguéis, a pequena casa do pai, com o chão atravancado de retalhos de fazenda e o ar abafado do cheiro acre dos estrugidos, a pequena vila escura, onde os vizinhos vão de noite despejar as imundícies, causavam aos costumes fidalgos daquele Noronha uma repulsa instintiva.

Já então revelava o seu gosto pelo luxo, pelas largas habitações tapetadas, pelo serviço harmonioso de lacaios disciplinados. A pobreza e os seus aspectos eram-lhe odiosa. Quanta vez, mais tarde, quando ele subia o Chiado pelo meu braço, eu me vi forçado a afastar com dureza os pobres, que à porta do Baltresqui, ou da Casa Havanesa, vinham, sob o pretexto de filhos com fome ou de membros aleijados, reclamar esmola; o Conde, se os via muito perto, “ficava todo o dia enjoado”. Todavia a sua caridade é bem conhecida, e o Asilo de S. Cristóvão, a que em parte deveu o seu título, aí está como um atestado glorioso da sua magnanimidade.

Além disso, ele reconhecia que a caridade era a melhor instituição do Estado. Quanto ao pauperismo, tinha-o como uma fatalidade social: fossem quais fossem as reformas sociais, dizia, haveria sempre pobres e ricos: a fortuna pública devia estar naturalmente toda nas mãos de uma classe, da classe ilustrada, educada, bem nascida. Só deste modo se podem manter os Estados, formar as grandes indústrias, ter uma classe dirigente forte, por possuir o ouro e base da ordem social.

Isto fazia necessariamente que parte da população “tiritasse de frio e rabeasse de fome”. Era certamente lamentável, e ele, com o seu grande e vasto coração que palpitava a todo o sofrimento, lamentava-o. Mas a essa classe devia ser dada a esmola com método e discernimento: e ao Estado pertencia organizar a esmola. Porque o Conde censurava muito a caridade privada, sentimental, toda de espontaneidade. A caridade devia ser disciplinada, e, por amor dos desprotegidos, regulamentada: por isso queria o Asilo, o Recolhimento dos Desvalidos, onde os pobres, tendo provado com bons documentos a sua miséria, tendo apresentado bons atestados de moralidade, recebessem do Estado, sob a superintendência de homens práticos e despidos de vãs piedades, um teto contra a chuva e um caldo contra a fome. O pobre devia viver ali, separado, isolado da sociedade, e não ser admitido a vir perturbar com a expressão da sua face magra e com a narração exagerada das suas necessidades, as ruas da cidade. “Isole-se o pobre!” dizia ele um dia na Câmara dos Deputados, sintetizando o seu magnífico projeto para a criação dos *Recolhimentos do Trabalho*. O Estado forneceria grandes casarões, com celas providas de uma enxerga, onde seriam acolhidos os miseráveis. Para conseguir a admissão, deveriam provar serem de maior idade, haverem cumprido os seus deveres religiosos, não terem sido condenados pelos tribunais (isto para evitar que operários de ideias subversivas que, pela *greve* e pelo deboche, tramam a

destruição do Estado, viessem, em dia de miséria, pedir a esse mesmo Estado que os recolhesse). Deveriam ainda provar a sobriedade dos seus costumes, nunca terem vivido amancebados nem possuírem o hábito de praguejar e blasfemar. Reconhecidas estas qualidades elevadas com documentos dos párocos, dos regedores, etc., seria dada a cada miserável uma cela e uma ração de caldo igual à que têm os presos.

Mas, dir-se-á, o Estado, então sustenta-os de graça? Não, – poderia exclamar triunfantemente o Conde, mostrando as páginas admiráveis do seu regulamento, em que se estabelecia, com um profundo sentimento dos deveres do cidadão para com a cidade, que todo o pobre admitido seria forçado a uma considerável soma de trabalho, segundo as suas aptidões. O mais útil parágrafo, a meu ver, é aquele que determina que grupos de pobres sejam forçados a calçar as ruas, colocar as canalizações de gás, trabalhar em monumentos públicos, etc. Tais serviços, todos em favor da Câmara Municipal, obrigá-la- iam a concorrer para a despesa desta instituição, aliviando assim o Estado de uma grande parte dos gastos.

Uma vez admitidos, os recolhidos perderiam o direito de sair – a não ser que provassem que iriam dali ser empregados, de tal sorte que não lhes fosse possível recair nos acasos da miséria.

Em nenhuma legislação humana conheço instituição tão justa, tão eficaz, tão profundamente cristã, tão beneficentemente social. E mesmo muito preferível ao *Work-House* inglês: ali, o pobre conserva uma soma de independência que lhe faz supor a existência de uma soma de direitos: considera-se ainda um cidadão, tem pretensões ao respeito, à igualdade, à consideração: desobedece, revolta-se, foge do *Work-House*, recai no deboche, na fome, na desordem, no vício. Aqui, não: o pobre fica prisioneiro da caridade! Perde o direito de ter fome. E as classes dirigentes, tendo a certeza de que os seus pobres lá estão, bem aferrolhados, com uma razoável enxerga e um caldo diário, podem dormir descansadas, sem receio de perturbações da ordem ou de revoltas do pauperismo.

Infelizmente este projeto tão perfeito, de que todos os jornais sérios falaram com palavras de comovida admiração, nunca conseguiu passar nas Câmaras. Motivos mesquinamente governamentais impediram uma tão bela instituição de resolver o grande problema da miséria, pois é com estas sábias medidas que ela se arranca do seio da sociedade, e não com as vossas reformas hipócritas, sofistas da revolução social!

Foi esta instintiva repulsão pela pobreza, pelas maneiras rudes, pelas instalações incômodas, que impediu Alípio, desde que gozava na Quinta dos Miguéis as vantagens da educação e os regalos da riqueza, de visitar amiúde a casa modesta de seus pais li porém uma calúnia dizer-se – como o disseram

certos panfletos indecorosos – que o Conde, já rico, já ministro, *renegara a sua família*.

É para mim uma honra, vir hoje, perante Portugal, explicar, destruir esse erro voluntário e hostil.

Logo que o Conde entrou na Câmara, fez o seu casamento tão rico e se estabeleceu em Lisboa, pensou sem demora em elevar paralelamente a situação social de seu pai. Encontrou nele, porém, exigências tais que tornaram impossível a realização dos seus desejos. As negociações foram longas, muito delicadas, muito secretas. Tenho nas mãos toda essa correspondência, e posso dizer que nela o Conde mostra um tato, uma prudência, uma previdência geniais. Seu pai, ao princípio, desejou que o Conde lhe fornecesse meios de abrir em Lisboa um grande estabelecimento de alfaiate. Isto era naturalmente inaceitável. Como o Conde me disse muita vez, não podia passar, com o correio de ministro atrás, pela rua onde reluzisse a tabuleta “*Abranhos, Alfaiate*”. Como conseguiria ele, na Câmara, aniquilar um adversário que lhe poderia responder: – “Tudo isso é muito bonito, mas o pior é que o senhor seu pai me estragou inteiramente este par de calças e roubou-me na fazenda!

Era impossível esta permanente tortura moral. E o pai do Conde tanto o compreendeu, que escreveu (não cito textualmente, pois que nem a sua ortografia, nem a sua gramática poderiam ter lugar num livro correto): – Se não queres que eu possua um estabelecimento do ofício em que me criei, que é honrado e me tem ajudado a viver, e à tua mãe, então o melhor é que eu vá para a tua companhia, para tua casa, onde tua mãe, que é tão econômica e tão hábil nos arranjos, pode ser uma governanta útil e poupar a tua mulher todos os incômodos “dos azeites e vinagres”. (Esta expressão é dele).

O Conde recusou com indignação. Realmente a exigência é curiosa. Virem aquele homem e aquela mulher de Penafiel, com os hábitos, os modos, as figuras, a fala de dois trabalhadores de Penafiel, viver numa casa onde se recebia a fidalguia de Lisboa, os representantes dos Reis estrangeiros, a flor da literatura, a Maioria! Absurdo! Se o Conde, como ele dizia, não fosse um homem público, poderia sacrificar-se a essa companhia plebeia. Mas como Estadista, a presença na sua casa daquele pai de feição reles, a comer o arroz com a faca, a escabichar os dentes com as unhas, a perguntar às senhoras – *então como vai essa bizzarria?* – com o seu catarro, cuja expectoração perpétua era repulsiva, só serviria para diminuir a autoridade moral do Conde e o prestígio do seu talento. Em nome dos interesses superiores do Estado, devia repelir aquela proposta. Se um dia tivesse a jantar o Ministro de Inglaterra ou de França, no momento de uma negociação delicada e de alto interesse para Portugal, como poderia impressionar os diplomatas estrangeiros, com o pai, ao lado, a tirar cera dos ouvidos?

Foi por isso que ele informou o pai de que só o receberia em sua casa, com a condição de nunca aparecer aos jantares ou às *soirées*. O velho, decerto mal aconselhado por intrigantes políticos, respondeu com uma carta (que, pelas razões dadas, não cito textualmente) em que lhe diz que, desde que o filho se envergonha de seu pai, todos os arranjos são inúteis, e que cada um siga o seu caminho; eu (diz ele) não posso, aos 55 anos, mudar os meus hábitos e o meu catarro: sou como sou; não tenho as maneiras de um elegante, mas tenho a minha honra e os meus sentimentos. Que meu filho jante na sala e me faça jantar na cozinha, não! Continua a ser Abranhos deputado, que eu continuarei a ser Abranhos alfaiate. Mas nem por isso deixo de ser tão homem de bem como tu.

Homem de bem! Não o era decerto, dando, pela sua ingrata obstinação, motivo a que – se um dia se soubesse, como se soube, este incidente – o Conde fosse insultado na imprensa e escarnecido na Câmara!

Esta resposta do pai desgostou muito o Conde; mas com uma bondade quase sobre-humana, escreveu-lhe novamente, remetendo-lhe 200\$000 réis, e afiançando-lhe que se algum dia, por falta de trabalho ou doença, se encontrasse em necessidade, o avisasse logo, pois que, apesar da sua carta ofensiva, nunca ele, como filho cristão, perderia o respeito que lhe devia!

A esta carta tão nobre, tão filial, o velho alfaiate respondeu devolvendo a letra, nas dobras de um papel onde havia uma palavra única: – M....! – Não transcrevo a palavra (que de resto a inteligência dos que me lêem logo compreenderá) porque me respeito, e nunca ponho nos meus livros essas obscenidades que se permitiu escrever o visionário autor dos *Miseráveis*, esse épico enfático de uma democracia estéril!

M....! Essa palavra foi para o Conde o desgosto grave da sua vida. Era evidente que seu pai, perdendo o respeito próprio, propendia para a obscenidade! Boa razão tivera ele, pois, em não o admitir em sua casa, no convívio da sociedade mais *raffinée de Portugal*!

Deste incidente da vida do Conde, que mais direi que o não saiba o País? É conhecido hoje (tanto o escândalo popularizou o episódio) que, obstinando-se na sua ingratidão, o alfaiate morreu pobre, sem nunca ter escrito a seu filho, que só o soube quando o velho se tinha enterrado. Mas o Sr. Carvalhosa, o deputado da oposição por Penafiel, com essa perfídia que inspira o despeito político, apenas teve conhecimento de que o velho expirava na miséria, apressou-se com pompa, com evidência, a ir-lhe a casa, levar-lhe um médico e enterrá-lo à sua custa. Para quê? Para que se pudesse imprimir nos jornais da oposição – que o Sr. Ministro deixara morrer o pai numa mansarda infecta e que fora o deputado da oposição quem, por misericórdia, lhe chegara aos lábios a última malga de caldo!

Eu vi o Conde chorar na intimidade da sua livraria. Lágrimas de raiva, que para outras não havia lugar. Aquela morte isolada, obscura, silenciosa, numa miséria voluntária, – *era a vingança do pai!* Deixava-lhe aquela vergonha permanente. Quem sabe mesmo se o alfaiate não teria combinado com a oposição toda aquela lúgubre cena, a enxerga, a aparição do Carvalhosa, a tumba de esmola!

– Ai, Zagalo – disse-me o Conde abraçando-me – o maior erro da minha vida foi nascer de semelhante pai!

E foi! Por isso o Conde, na sua severa justiça, deixou que o corpo do alfaiate repousasse na vala onde o levava a tumba de misericórdia.

Diante de Deus, como ele dizia, considerava-se filho de sua tia. E a ela, filialmente, elevava aquele belo monumento onde o Anjo chora sobre uma coluna truncada que sustenta um livro, símbolo da educação que facultara ao Conde, e uma pequena bolsa, emblema da fortuna em terras que por testamento lhe deixara.

Mas estas digressões necessárias (pois que, repito, eu não conto na sua disposição cronológica os episódios de tão ilustre existência, mas apenas dou, a traços largos, as feições essenciais da sua fisionomia histórica) trouxeram-me aos anos, não distantes, em que o Conde d'Abranhos viu, por assim dizer, Portugal a seus pés.

Volte pois o leitor comigo a essa formosa estrada do Porto, onde, numa liteira, acompanhado pelo procurador de sua tia, vai o nosso Alípio em direção a Coimbra.

Os sete anos que aí viveu foram serenos e graves.

Muitas vezes o Conde me disse que a Universidade lhe fizera uma impressão profunda, não tanto como edifício – ainda que seja imponente aquele monumento no alto do monte, severo e isolado, como uma imutável fortaleza de vetusta ciência – mas sobretudo como Instituição. Eu confesso não ser talvez competente para avaliar estas questões de Ensino e de Educação. A pobreza de meus pais não me permitiu a honra vantajosa de ser bacharel, mas tendo convivido com tantos homens ilustres, eu sou como aquele antigo fabricante de ídolos, que, à força de viver entre eles, guardava nas mãos e na túnica alguma coisa do seu dourado. Além disso, neste assunto, como em todos, sigo, por admiração muda e reconhecimento correto, as ideias e opiniões do Conde d'Abranhos.

A primeira vantagem da Universidade, como instituição social, é a separação que se forma naturalmente entre *estudantes* e *futricas*, entre os que apenas vivem de revolver ideias ou teorias e aqueles que vivem do trabalho. Assim, o estudante fica para sempre penetrado desta grande ideia social: que há duas

classes – uma que sabe, outra que produz. A primeira, naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda, sendo a mão, opera, e veste, calça, nutre e paga a primeira.

Dois mundos – como diz o nosso poeta Gavião – que se não podem confundir e que, vivendo à parte, com fins diferentes, caminham paralelamente na civilização, um com o título egrégio de Bacharel, outro com o nome emblemático de Futrica. *Bacharéis* são os políticos, os oradores, os poetas, e, por adoção tácita, os capitalistas, os banqueiros, os altos negociadores. *Futricas* são os carpinteiros, os trolhas, os cigarreiros, os alfaiates... O *Bacharel*, tendo a consciência da sua superioridade intelectual, da autoridade que ela lhe confere, dispõe do mundo; ao *Futrica* resta produzir, pagar para que o Bacharel possa viver, e rezar ao Ser Divino para que proteja o Bacharel.

O Bacharel, sendo o Espírito, deve impedir que o Futrica, que é apenas a Matéria, aspire a viver como ele, a pensar como ele, e, sobretudo, a governar como ele. Deve mantê-lo portanto no seu trabalho subalterno, que é o seu destino providencial. E isto porque um *sabe* e o outro *ignora*.

Esta ideia de divisão em duas classes é salutar, porque assim, educados nela, os que saem da Universidade não correm o perigo de serem contaminados pela ideia contrária – ideia absurda, ateia, destruidora da harmonia universal – de que o futrica pode saber tanto como sabe o bacharel. Não, não pode: logo as inteligências são desiguais, e assim fica destruído esse princípio pernicioso da igualdade das inteligências, base funesta de um socialismo perverso.

Como pode realmente o homem que todo o dia trabalhou no seu tear, e à noite, depois do caldo de couves, dormiu do sono brutal da fadiga física, participar do governo da coisa pública – como esse outro homem que conhece as línguas, tem os princípios da Introdução aos três remos, estudou o Direito Romano, se penetrou do Direito Canônico, leu os poetas do século, discutiu as leis no Parlamento, fez administração nas Secretarias?

Irrisão?

Outra vantagem da Universidade é a organização dos seus estudos. O Conde considerava-a admirável e a melhor garantia da Ideia Conservadora. E aqui copio textualmente o relatório que acompanha o seu notável *Projeto de Reforma do Ensino*:

“Têm alguns espíritos ávidos de inovação, ainda que no fundo sinceramente afeiçoados aos princípios conservadores, sustentado que o sistema da *Sebenta* (como na sua jovial linguagem lhe chama a mocidade estudiosa) é antiquado. Eu considero, porém, a *Sebenta* como a mais admirável disciplina para os espíritos moços. O estudante, habituando-se, durante cinco anos, a decorar todas as

noites, palavra por palavra, parágrafos que há quarenta anos permanecem imutáveis, sem os criticar, sem os comentar, ganha o hábito salutar de aceitar sem discussão e com obediência as ideias preconcebidas, os princípios adotados, os dogmas provados, as instituições reconhecidas. Perde a funesta tendência – que tanto mal produz – de querer indagar a razão das coisas, examinar a verdade dos fatos; perde, enfim, o hábito deplorável de exercer o livre-exame, que não serve senão para ir fazer um processo científico a venerandas instituições, que são a base da sociedade. O livre-exame é o princípio da revolução. A ordem o que é? – A aceitação das ideias adotadas. Se se acostuma a mocidade a não receber nenhuma ideia dos seus mestres sem verificar se é exata, corre-se o perigo de a ver, mais tarde, não aceitar nenhuma instituição do seu país sem se certificar se é justa. Teríamos então o espírito da revolução, que termina pelas catástrofes sociais!

Hoje, destruído o regime absoluto, temos a feliz certeza de que a Carta liberal é justa, é sábia, é útil, é sã. Que necessidade há de a examinar, discutir, verificar, criticar, comparar, pôr em dúvida? O hábito de decorar a *Sebenta* produz mais tarde o hábito de aceitar a Carta. A *Sebenta* é a pedra angular da Carta! O Bacharel é o gérmen do Constitucional.”

Conheço na filosofia contemporânea – sem mesmo excetuar os livros dos Thiers, dos Guizots, dos Bastiats, dos Pagès – poucas páginas tão profundas. A frase é tersa, viril, nobre, bem ponderada; a argumentação é sã e cerrada, inexpugnável; a ideia tem a solenidade severa de um dogma. Nobre página! E pensar que aquele que a escreveu não escreverá outra, e repousa sob o pedestal da sua estátua, com as mãos em cruz, na terra bruta!

Não menos maravilhoso parecia ao Conde o sistema das relações entre o *estudante* e o *lente*.

O hábito de depender absolutamente do lente, de se curvar servilmente diante da sua austera figura, de obter por meio de empenhos que a sua severidade se abrande, forma os espíritos no salutar respeito da autoridade. O sentimento excessivo da dignidade pessoal leva ao amor exagerado da independência civil. Cada um se torna por este modo o seu próprio dono, o seu chefe, o seu Rei, o seu Deus. E a anarquia! Assim educado, durante cinco anos, a curvar-se, a solicitar, a sorrir, a obedecer, a lisonjear, a suplicar, a depender, o bacharel entra na vida pública disciplinado, e, em lugar de ser o homem que quer tomar na vida o lugar que lhe convém (o que seria a desorganização das posições sociais) vai humildemente colocar-se, com um sorriso, no lugar, na fila, no cantinho que lhe marcam os que governam. Assim se forma uma imperecível harmonia social.

O jovem Abranhos bem depressa mostrou, em Coimbra, o seu profundo amor da Disciplina e da Ordem.

O lente de Direito Natural era então o velho Dr. Pascoal; já muito míope, a sua veneranda ciência, os seus achaques, os seus serviços de decano, inspiravam a todos os que admiram estes vetustos sábios encanecidos nos comentários de vetustos compêndios, uma admiração simpática.

Havia, porém, nesse curso (a recordação recente das guerras civis de algum modo o explica) temperamentos rebeldes e perniciosos, que, por o ancião pertencer a uma velha família Miguelista, procuravam como dizia o Conde, *achincalhar a preleção*. Foi assim que uma ocasião, de repente, de entre os bancos, um morcego solta o voo, e estonteado pela luz, esvoaça furiosamente, vai bater nos vidros, vai bater nas paredes, vai bater, finalmente, no rosto venerável do Dr. Pascoal. O velho grita, o arqueiro corre... Mas, como diz o nosso grande poeta, autor dos *Cânticos do Céu*:

*Quem sabe donde vem a aragem fresca?
Quem sabe donde vem o voo d'ave?*

Quem sabe de onde vinha o morcego?

No dia seguinte, tinha justamente o venerando doutor aberto a *pauta* – quando outro morcego, maior, mais negro, começa a esvoaçar furiosamente pela aula! O respeitável Dr. Pascoal fechou a *pauta*, saiu da aula, todo trêmulo, todo branco...

Alípio, porém, vira o condiscípulo indigno que soltara os morcegos, e ali mesmo, na geral, decidiu, por amor da disciplina violada e do professorado ultrajado, acusá-lo ao decano. Mas como repugnava ao seu caráter leal ir, de viva voz, a casa do Dr. Pascoal, denunciar o condiscípulo, redigiu uma carta anônima com estas palavras:

O vilão que arrojou o morcego às faces de V. Ex.^a perturbou o recinto escolar, é o nº 89!

Era um certo Adriano Cravilho, que – posto que de uma inteligência notável e de um temperamento honesto – tinha, como se diz em Coimbra, “o furor de fazer partidas”.

Uma semana depois, condenado por um processo secreto e sumário, era riscado da Universidade perpetuamente. O respeitável Dr. Pascoal, porém, ficara tão reconhecido ao “anônimo” que lhe revelara o autor do malefício, que costumava dizer no conselho da faculdade, que, se soubesse quem era, “pespegava-lhe um *accessit* no fim do ano. Porque enfim, colegas, livrou a aula de um malvado!”

Estas palavras, espalhadas, impressionaram Alípio. O seu ato apareceu-lhe revestido de uma importância inesperada; examinando-o, descobria-lhe a

nobreza, via-o como um verdadeiro serviço feito à Ciência, à Disciplina, à Ordem, ao princípio autoritário. E considerava que se é justificado o pudor que nos faz ocultar o serviço feito a um amigo, há uma falsa modéstia em esconder um benefício prestado à sociedade. Pode esquivar-se ao reconhecimento quem salva um homem – não quem salva um princípio!

E dias antes dos atos, dirigiu-se a casa do Dr. Pascoal, e escrevendo diante dele as palavras textuais da carta anônima, convidou-o a comparar as letras, provando ao venerável professor que era ele, Alípio Abranhos, quem prestara aquele serviço tão marcante à Disciplina.

– Pois faz favor de deixar o seu nome... faz favor de deixar o seu nome – exclamou o ancião, que estava na idade em que a memória é como tela gasta, que, repuxada, se esgaça.

Alípio deixou o seu nome – e no fim do ano recebia o 1º *accessit*.

Teve ainda o 1º *accessit* no segundo ano – ano em que ele, justamente, dedicou a sua dissertação sobre o *Direito das Gentes* ao Dr. Capelo, conhecido pela redundância dos seus períodos, com esta dedicatória: “Ao Deus da Eloquência, Ex.mo Dr. Capelo, of. d. c. Alípio Abranhos, discípulo deslumbrado”.

Teve uma *distinção* no terceiro ano – ano, exatamente, em que (segundo vejo nas suas notas) a tia Amália lhe aumentou a mesada, o que habilitou Alípio a fazer presentes delicados a D. Rosalinda Carreira, que a calúnia então apontava como concubina do seu lente de Direito Civil.

No quarto ano recebeu enfim o segundo prêmio – para o que concorreu uma sabatina em que, argumentando com o lente, o sofista Dr. Abreu, e enleado por um sofisma complexo, lhe lançou estas belas palavras: “não sei o que hei de responder; a luta é desigual: eu só tenho por mim o estudo e V. Exª, tem o gênio!”

No quinto ano, ignoro que recompensa recebeu a sua fecunda aplicação.

Estas honras, porém, não eram dadas unicamente ao seu talento: eram, também o prêmio da sua conduta moral. Nunca o moço Alípio fora visto em conflitos com futricas ou em noitadas nos bilhares da Baixa. O seu ódio à estroinice era tão grande, que, para evitar a brutalidade burlesca do entrudo, refugiava-se em Celas, para onde ia a pé, em deliciosas excursões pelas margens suaves do Mondego. Não se pense, porém, que as severidades do estudo – tão justamente comparadas pelo nosso lírico a um *vento esterilizador*, – tinham ressequido no jovem Alípio as florescências naturais do sentimento moço. Se eu não receasse afetar uma forma preciosa, compará-lo-ia a um código dentre cujas folhas saísse uma flor de amor-perfeito. Neste *urso* (nome pitoresco que se dá em Coimbra aos premiados, que, absorvidos pelo estudo, se descuidam de

cultivar as graças exteriores) neste *urso*, havia um *gamo* – se tomarmos o gamo como símbolo animal das naturais vivacidades e das irreprimíveis simpatias. Somente Alípio era destas naturezas prudentes que cuidadosamente ocultam o que o Destino, o Acaso ou a Providência, lhes deu de mais excessivo ou desregrado.

Todo o homem tem vícios, ou paixões, ou gostos perversos, mas o seu dever é escondê-los e mostrar-se apenas aos seus semelhantes como um ser regrado e bem equilibrado. Era assim, por exemplo, que apesar de gostar de genebra, Alípio nunca se entregava a esta inclinação na publicidade brutal dos botequins ruidosos: aí, tomava regradamente o seu copo de orchata. Mas, tendo assim cumprido o seu dever de homem, de cidadão, de premiado, dando um exemplo severo de sábia sobriedade, julgava poder, sem escrúpulos, depois de satisfeito o dever, satisfazer a inclinação; e em casa, no seu quarto solitário, usava com largueza da garrafa de genebra que guardava debaixo da cama, no caixote da roupa suja. Tocante exemplo de respeito pessoal e de submissão à decência!

A mesma discrição usava no que se refere aos sentimentos temos: seria incapaz de ir com condiscípulos, “numa troça”, a casa dessas Vênus vulgares que batem o lajedo com sapatos cambados e cujo leito é como uma praça pública. Mas se a natureza, nas suas iniludíveis exigências, que às vezes os eflúvios da Primavera ou a preguiçosa e tépida atmosfera do Outono tornam mais mordentes, o solicitasse, esperava pela noite, e, com sapatos de borracha para que nem lhe ouvissem os passos, procurava as velas mais retiradas, onde, depois de ter pactuado com a paciente que lhe seria guardado absoluto segredo, sacrificava com seriedade no altar de Vênus Afrodite.

Foi por essa discrição tão digna que ninguém – nem os seus companheiros – souberam de um terno episódio passado durante o seu quinto ano. Ele era então hóspede das Barrosos, respeitáveis velhas onde estudantes encontravam carinhos maternos por preços discretos. A servente, uma Júlia, tinha 18 anos, era virgem, e, segundo me confessou o Conde, a sua beleza delicada e tocante fazia lembrar esses tipos de odaliscas que se encontram nos *Keepsakes*, recostadas em coxins, à sombra de arcadas mouriscas, acariciando com a ponta aguçada dos dedos ideais uma gazela familiar. Tanta beleza, tão nobre, numa condição tão rasteira – a natureza compraz-se por vezes nestas irônicas antíteses – comoveram o coração de Alípio, e, uma noite em que a servente dormia na sua água-furtada, o jovem quintanista atreveu-se a subir, em pontas de pés, a admirar a forma delicada, mais bela na sua camisa de estopa do que as Vênus que os artistas florentinos recostavam em coxins de seda, com rouparias de damasco... Mas ao ranger perro da porta a servente acordou: ia gritar, assustada, quando Alípio, tapando-lhe a boca com a mão (sem a magoar contudo) rogou, na balbúcia suplicante do desejo:

– Mas ouve, filha, ouve primeiro o que te vou dizer...

O que lhe disse? Quem sabe o que ao arvoredo diz o vento, o que dizem as alegres águas correntes às relvas dos prados, o que diz o rouxinol na sombra dos salgueiros, quando sobre a colina, serena e branca, se ergue a Lua?

Desde essa noite, Alípio não trocava aquela água-furtada, onde a calíça caía com a umidade, pelas salas de mármore do Vaticano! Mas, admirável exemplo da seriedade do seu espírito, mesmo ali, não esquecia o seu trabalho: levava os expositores, a *sebenta*, os apontamentos, e, depois do primeiro transporte amoroso, enquanto, como ave fatigada, a servente se aninhava na cova da enxerga, o nosso Alípio, à luz de uma vela de sebo, ia estudando as mais altas questões do Direito Penal – até que o Desejo, ferrão despótico, o arremessava de novo aos braços brancos que o sono enlanguescia. Delicioso idílio!

E quantas vezes, nos seus anos ilustres, quando ele fazia História, decerto lhe volveriam à memória, como um trecho de mal lembrada melodia, aqueles meses de Verão e de amor romântico, em que a bela Júlia e o jovem Alípio, abafando as suas risadas, faziam no quarto miserável, sob as telhas, a caça aos mosquitos nas paredes e aos percevejos nas frinchas... Ah! bem o têm dito os poetas: a mocidade, como o sol, tudo esbate e envolve numa vaga névoa de ouro; e os mosquitos que se matam aos vinte anos, numa alcova amada, parecem deliciosos àqueles, que, aos quarenta, dormem sob cortinados de seda, sentindo na rua, junto à porta, o passo respeitoso da sentinela protocolar!

Quando Alípio, concluída a formatura, deixou Coimbra, Júlia estava no terceiro mês da sua gravidez. No entanto conservou-lhe sempre uma estima terna, até que um companheiro, daí a tempos, lhe escreveu, dizendo que Júlia fora expulsa da respeitável casa das Barrosos (como de resto era justo) e que, achando-se sem emprego, formosa e com um filho a sustentar, se lançara na prostituição.

Desde então o nosso grande Alípio só concebeu por ela desprezo e repulsão – porque naquele espírito nobre sempre houvera o horror das miseráveis, que, esquecendo o que devem ao respeito próprio à sociedade, à família, ao filho, vão pedir ao indolente abandono do lupanar o pão que deveriam obter das severas fadigas do trabalho. Recusou mesmo, com indignação, a esmola que ela lhe mandara pedir, temendo que os pouco mil-réis que lhe poderia remeter, fossem porventura, contribuir para enfeitar e arrebicar uma nova sacerdotisa da Vênus das vielas. Tanto a esta alma severa e forte repugnavam as moles condescendências e as vãs piedades!

Dois anos depois da sua formatura, encontramos Alípio Abranhos em Lisboa, numa casa da Rua do Ouro que faz esquina para o Rossio, e praticando no escritório do famoso Dr. Vaz Correia.

O Conde nunca me deu pormenores minuciosos sobre estes primeiros anos de Lisboa, nem encontro nas suas notas elementos pelos quais possa fazer deles uma narração detalhada. O País tinha então atravessado a grande crise social que e popularmente conhecida pelo nome da *Maria da Fonte*. Não me proponho, neste estudo puramente íntimo, fazer crítica histórica ou apreciar as consequências desta formidável convulsão da nossa política portuguesa.

Uma vantagem, porém, – e insisto nela porque se prende indiretamente com a carreira política do Conde d'Abranhos – tiramos da Junta: e foi essa vantagem o ficar provada a impossibilidade em Portugal de um desses ministérios à Polignac e à Cabral, que vão, com uma obstinação ativa e brutal, contra as tendências do espírito público e pretendem impor-se pela força em lugar de conquistar pela habilidade. O povo é como um desses monstruosos elefantes da Índia de que tenho ouvido contar: de uma pujança indomável e de uma simplicidade risível, o mundo inteiro, pela violência, não o pode obrigar a caminhar contra a sua vontade, e uma criança, pela astúcia, obriga-o a fazer cabriolas grotescas. O povo tem a força de um elemento e um regimento não lhe pode impor uma ideia que um simples advogado hábil em declamação lhe faz aceitar sem esforço. Isto eram verdades já velhas no antigo mundo helênico. Os Polignacs, os Guizots, os Cabrais, são portanto culpados, não de falta de civilização, mas de falta de astúcia. Para que se há de combater um monstro invencível, quando é tão simples iludi-lo?

Os Romances de Cavalaria dão-nos uma alta lição política, quando nos pintam esses medonhos gigantes que guardavam as entradas das pontes, sobre torrentes tenebrosas: as lanças dos melhores cavaleiros, tentando forçar a passagem, quebravam-se de encontro à pele coriácea dos temerosos brutos, até ao dia em que um bravo Percival ou um Lancelote, flor de cavalaria, lhe mandavam um anão pérfido e hábil em manhas, que adormecia profundamente o colosso – e os cavaleiros podiam, impunemente, trepar-lhe sobre o ventre monstruoso, como sobre uma montanha inerte, e entrar no castelo desejado onde os esperava um seio branco e os vinhos raros que vêm das colinas de Inspruk.

Polignac, Guizot, Cabral, quebraram as lanças de encontro ao gigante; ainda hoje viveriam, e decerto estariam no castelo, coroados de rosas, nos braços da Princesa, se, em lugar do heróico e vão esforço, tivessem mandado adiante o anão, profundo em manhas.

Os políticos da geração moderna compreenderam e aceitaram a grave lição da *Maria da Fonte*. O sistema da violência foi abandonado como inútil, e começou, com êxito, o dúctil método da habilidade.

O Conde d'Abranhos, com a sua alta intuição, sentiu que se estava preparando uma nova política, que, condizendo com o seu temperamento, seria o elemento

natural em que a sua fortuna medraria como num terreno propício. Ele bem sabia que o governo nada perdia do seu poder discricionário – mas que apenas o disfarçava. Em vez de bater uma forte patada no país, clamando com força: – Para aqui! Eu quero! – os governos democráticos conseguem tudo, com mais segurança própria e toda a admiração da plebe, curvando a espinha e dizendo com doçura: – Por aqui, se fazem favor! Acreditem que é o bom caminho!

Tomemos um exemplo: o eleitor que não quer votar com o Governo. Ei-lo, aí, junto da urna da oposição, com o seu voto hostil na mão, inchado do seu direito. Se, para o obrigar a votar com o Governo o empurrarem às coronhadas e às cacetadas, o homem volta-se, puxa de uma pistola – e aí temos a guerra civil. Para que esta brutalidade obsoleta? Não o espanquem, mas, pelo contrário, acompanhem-no ao café ou à taberna, conforme estejamos no campo ou na cidade, paguem-lhe bebidas generosamente, perguntem-lhe pelos pequerruchos, metam-lhe uma placa de cinco tostões na mão e levem-no pelo braço, de cigarro na boca, trauteando o Hino, até junto da urna do Governo, vaso do Poder, taça da Felicidade! Tal é a tradição humana, doce, civilizada, hábil, que faz com que se possa tyrannizar um País, com o aplauso do cidadão e em nome da Liberdade.

Quantas vezes me disse o Conde ser este o segredo das Democracias Constitucionais: “Eu, que sou governo, fraco mas hábil, dou aparentemente a Soberania ao povo, que é forte e simples. Mas, como a falta de educação o mantém na imbecilidade, e o adormecimento da consciência o amolece na indiferença, faço-o exercer essa soberania em meu proveito... E quanto ao seu proveito... adeus, ó compadre!

Ponho-lhe na mão uma espada; e ele, baboso, diz: eu sou a Força! Coloco-lhe no regaço uma bolsa, e ele, inchado, afirma: eu sou a Fazenda! Ponho-lhe diante do nariz um livro, e ele exclama, de papo: eu sou a Lei! Idiota! Não vê que por trás dele, sou eu, astuto manejador de títeres, quem move os cordéis que prendem a Espada, a Bolsa e o Livro!”

E eu que, durante quinze anos, vivi na honrosa intimidade do Conde d'Abranhos e me penetrei nas suas ideias, estou tão crente desta verdade, que – dado um Chefe de Estado irresponsável, ministros e uma Câmara eletiva – me comprometo, oh! leitores, a fazer governar esse grande e velho reino da Taprobana pela Camila Pelada, do Beco dos Cavaletes! Como procederei eu? Tomo a Pelada, enamoro dela o Chefe do Estado, o que é fácil, hoje que o deboche tem as persuasões de uma religião e os métodos de uma ciência. Dirigido por ela, o Chefe do Estado escolhe os ministros, e os ministros, como no conto popular, convencem os eleitores, que nomeiam os deputados, que os legalizem a eles, ministros, e às suas fantasias, decretos, empréstimos e discursos! O povo, satisfeito, afirma: Eu sou o dono! Eu, rio-me. A dona é a

Camila – e se eu, por acaso, for o Serafim da Camila, sou eu, afinal, quem governa a Taprobana, dentre os lençóis de uma alcova, no Beco dos Cavaletes!

Tudo isto o sentiu num relance o Conde, quando, depois da *Maria da Fonte*, os ministérios da Força cederam o passo aos ministérios da Astúcia. A *Maria da Fonte* foi a introdução no Estado de uma nova tática social.

Entretanto, querendo vir à arena com todas as armas, o Conde preparava a sua reputação literária, como redator-chefe da *Bandeira Nacional*, jornal de que, atendendo ao brilho que lhe deu a colaboração de Alípio e à sua curta existência, eu poderia dizer, parafraseando o conhecido verso de Malherbe sobre a rápida vida das rosas – que viveu o que vive um foguete, o espaço de um estalo e de um clarão!

A *Bandeira Nacional* era um destes muitos jornais, que fundados sem capitais e não correspondendo a nenhuma necessidade intelectual, têm na sociedade um lugar isolado e sem valor, arrastam uma vida difícil, tendo que mendigar, aqui e além – ou da oposição ou do governo – a esmola de um subsídio, e, quando este lhes falta, se extinguem por si mesmos no silêncio e na obscuridade.

Os fundadores da *Bandeira*, moços ambiciosos que rondavam em torno das repartições do Estado, tinham encontrado um patrono num homem político, alta figura de relevo na história Constitucional, o conselheiro Gama Torres. A proteção que dispensava porém à *Bandeira* este homem notável, era, como dizia finamente o Conde – *platônica, toda platônica!* Não lhe dava dinheiro, porque, chefe de família, entendia, e muito bem, que a política não deve sorver fortunas, mas, pelo contrário, produzi-las. Não dava tão pouco ideias, porque, apesar da sua alta ilustração, que o torna um dos nossos grandes contemporâneos, a sua prudência, a sua reserva eram tais, que raras vezes se lhe tinha ouvido uma opinião nítida.

Sabia-se que aquela fronte um pouco calva, de entradas largas, estava recheada de ideias; somente conservava-as como um tesouro escondido. Era, por assim dizer, um avaro intelectual. As suas ideias eram para si; no silêncio do seu gabinete, agitava-as como o velho Grandet agitava o seu ouro, regalando-se do seu brilho e da sua sonoridade. Mas se alguém entrava de repente, aferrolhava tudo à pressa no cofre do cérebro, e a sua larga testa, de entradas altas, não oferecia mais que uma fachada impenetrável e monumental, que impressionava a todos e não aproveitava a ninguém.

Era alto, encorpado, e os seus olhos, azulados e redondos, tinham uma singular falta de expressão e de intenção. Porém, todos sabiam que por trás daquele olhar parado um mundo de ideias fermentava.

É curioso observar quantos homens públicos do nosso país têm esta aparência apagada, vazia, vaga, abstrata, sonâmbula; e, todavia, eu que pelo Conde fui admitido a conhecê-los, sei quanto gênio habita em segredo naquelas cabeças calvas ou cabeludas, a que os superficiais, não lhes conhecendo as secretas riquezas, acham um aspecto alvar. É que nós somos uma raça reservada, inimiga da ostentação e das atitudes: ao inverso dos franceses, que mal têm uma ponta de talento, tratam de o fazer brilhar, reluzir, deslumbrar, nós, com vastidões de gênio no interior, desprezamos estas demonstrações vaidosas e guardamos para nós mesmos as nossas riquezas intelectuais. Assim faz o árabe, que cerca os seus jardins deliciosos e as suas habitações douradas de um muro negro de pedra e lama, de modo que se julga ver uma cabana onde realmente existe uma Alhambra! Mas não somos nós de raça árabe?

Por isso nunca o Conselheiro Gama Torres se dignou fazer à *Bandeira Nacional* a esmola de uma ideia. Deu-lhe, porém, a proteção do seu nome; dizia-se “a *Bandeira* do Gama Torres” e isto trazia ao jornal uma autoridade imprevista.

Muitas vezes, segundo me contou o Conde, durante os meses de Estio em que a política, refugiada na sombra das quintas ou na frescura das praias, dormita, o redator da *Bandeira*, sem assunto para o seu artigo de fundo, recorria ao gênio do Conselheiro, como um pobre envergonhado. Gama Torres, porém, colocando-se no meio da casa, as pernas afastadas, o ventre saliente, as mãos atrás das costas, fitava o soalho e bamboleando o crânio fecundo, murmurava surdamente:

– Ele há muitas questões!... Há questões terríveis. Há a prostituição... o pauperismo... Ele há muitas questões...

Mas, repito-o, era um avaro intelectual que não gostava de fazer a esmola de uma ideia. Não o censuro, pois é sabido que ele dava todo o seu tempo e todo o seu gênio às grandes questões sociais. Elas preocupavam-no tanto que era usual – sempre que diante dele se falava de assuntos políticos – ouvi-lo murmurar soturnamente:

– Ele há muitas questões! Questões terríveis: o pauperismo, a prostituição! São grandes questões! Questões terríveis!

E pareciam com efeito terríveis essas questões, de uma tenebrosidade de abismo, quando se via o olhar esgazeado com que ele parecia contemplá-las mentalmente.

Pouco tempo antes da sua morte, lembro-me de o ter visto, uma noite, em Casa do Conde, numa ocasião de crise ministerial, e nunca esquecerei a terrível impressão que me deixou aquele grande homem, de pé no meio da sala, esgazeando o olhar em redor e dizendo cavamente:

– Os senhores podem crê-lo, nem tudo são chalaças; ele há questões terríveis... A prostituição, o pauperismo, o ultramontanismo... Questões terríveis.

E no silêncio apavorado que deixara aquela voz profética, em que se sentia a ameaça de graves tormentas sociais rolando do fundo do horizonte, aproximei-me instintivamente do Conde, como quem procura asilo seguro.

Tal era o diretor da *Bandeira*. Devo acrescentar que os únicos artigos que ele dava para o jornal anunciavam as suas jornadas para a Ericeira, ou os partos frequentes de sua esposa, ou ainda os progressos da sua doença de bexiga: artigos curtos, de resto, mas numa linguagem tersa, firme, grave, em que se sentia o homem de Estado!

A colaboração de Alípio Abranches na *Bandeira Nacional* veio dar ao jornal anêmico um sangue novo e vivo. Eu possuo – precioso presente do Conde – uma coleção da *Bandeira*, ricamente encadernada, e muitas vezes, abrindo-a com veneração, me repasto desses artigos, que, como prosa e como argumentação, lançam na sombra os famigerados Girardins, os Sampaivos tão preconizados. Queria transcrever alguns desses modelos de literatura jornalística, mas a estreiteza deste estudo apenas me permite extrair um trecho, por onde o leitor presentirá o colosso, como Cuvier, por uma vértebra, adivinhou o mastodonte.

O jornal, a quem o ministério desse período recusara, sem razão, um honroso subsídio, fazia uma oposição amarga. O ministro apresentara um projeto de *reforma administrativa*. Estas reformas têm sido tão numerosas em Portugal – tal é o honroso esforço de todos os governos para um ideal melhor – que não posso precisar os princípios sobre que esta se baseava: de balde tenho perguntado aos homens públicos que então a discutiram e votaram: nenhum se recorda. Deduzo, porém, dos artigos da *Bandeira*, que o seu espírito era centralizador. Foi então que Alípio escreveu esse artigo, tanto mais admirável quanto é certo que ele concordava inteiramente com os princípios defendidos na *reforma*. Porém, jornalista de oposição, não duvidou fulminá-los – tal era a sua lealdade aos compromissos políticos.

Eis a conclusão desse trecho imortal:

“...A centralização, pois, chamando toda a vida política do país ao centro, à capital, à cabeça da Nação, cria, por assim dizer, um estado político pletórico e apoplético, em que é o centro que tem todo o sangue, todo o vigor, e as extremidades, onde não chega a circulação necessária para que elas se conservem num calor benéfico e saudável, arrefecem, e, em breve, definham, ficando como organismos mortos, apenas ligados, para assim me exprimir, por tendões artificiais, que o mais pequeno choque despedaça, o que produz a situação anormal dum corpo que, por falta duma vitalidade que o mantenha

intato e compato, se vê a cada momento arriscado a perder membros essenciais, cuja falta lhe faz imediatamente sentir a aproximação da morte, sendo já tarde para lhe insuflar à pressa uma vida, que, de resto, apenas poderá ser artificial, e que rapidamente se extinguiria, deixando, conseqüentemente, a gangrena moral fazer a sua sinistra obra de destruição e de decomposição. Que o saiba, pois, o Governo, que, em desprezo de todos os princípios mais provados da Economia e do Direito, está à frente da nossa entidade nacional: se a sua reforma for avante, arrisca-se a que o país se decomponha socialmente e que a posteridade um dia, vendo o seu cadáver à beira da estrada da civilização, diga, apontando com horror para os loucos que têm nas mãos culpadas as rédeas da governação: eis aí os assassinos!”

Mostrem-me, se a conhecem, em todo o jornalismo contemporâneo, uma página igual! Como o período se desenrola em curvas lustrosas e fluentes, seguindo na cadência melódica – e quando o leitor, extático, imagina que ele vai findar, ei-lo que se reergue e se arqueia, mais límpido e mais fácil, para fechar num remate sonoro e magistral.

Assim, nas praias do mar Tirreno, se sucedem e se produzem umas das outras as ondas de curvas moles em que os antigos viam as linhas harmônicas de Vênus, mãe do Amor!

Que imagem aquela, em que a posteridade, à beira da estrada da civilização, depara com Portugal exangue, fulminado pela apoplexia causada pelo excesso de sangue administrativo no cérebro, – e exclama: *eis aí os assassinos!*, mostrando faces pálidas de estadistas que se encolhem na sombra!

Não me admira por isso, que, sempre que em Portugal se anuncia uma reforma administrativa, este sublime artigo reapareça textualmente, palavra por palavra, nos periódicos que por dever de partido combatem a centralização, causando sempre a mesma impressão profunda.

Somente, com respeito o digo aos meus colegas da imprensa, é lamentável que o reproduzam como obra original – tanto mais que todos os letrados lhe conhecem o autor, e até a *Seleta* para o curso de Português do segundo ano dos liceus o colecionou, como um modelo de estilo oratório e jornalístico.

De resto, a facilidade do Conde era extraordinária. Prova-o bem uma anedota, que me é referida por um sábio professor de economia política, que ao tempo escrevia na *Bandeira* folhetins de muita imaginação. Como disse, o governo tinha recusado um subsídio a esta folha (tanto em Portugal é pertinaz a tradição cruel de esfomear o Gênio!) e a *Bandeira* rugia na oposição, quando o ministro fez a nomeação de um certo Abranches (hoje personalidade esquecida), nomeação considerada por toda a gente de bem como um favor torpe. Havia de

resto no caso uma complicação asquerosa de esposa cedida à concupiscência de um estadista lúbrico.

Era uma magnífica ocasião “de escachar” o ministério, e o nosso Alípio, imediatamente compôs um artigo – que o sábio professor que me relata a anedota compara às sátiras de Juvenal e às verrinas clássicas de Cícero indignado.

O Governo, porém, que a essa hora sentira que era imperioso abafar todo o protesto, calculou logo que o ataque mais violento lhe viria decerto da *Bandeira Nacional*. Por isso viu-se, à meia-noite, o gerente do jornal, que fora chamado a casa do ministro, precipitar-se desvairado na redação, exclamando:

– O Governo dá a cheta! duzentos mil-réis por mês!

E correndo à janela, berrar com força para o fundo do pátio, onde era a tipografia:

– Tio Marçal, suspenda a tiragem! Traga cá acima a desanda! Temos cheta!

E enquanto o tio Marçal mandava desfazer a verrina, o nosso Alípio, tomando a pena, improvisou outro artigo, louvando o despacho do Abranches – que o sábio professor que me conta este notável incidente, compara, pelo seu vigor, a sua lógica, a sua elevação moral e a penetração dos seus argumentos, às defesas mais célebres da história – alguma coisa de semelhante a Lorde Brougham, defendendo, na Câmara dos Pares de Inglaterra, a desolada princesa Carolina!

Quando um homem possui tais poderes intelectuais e faz deles um uso tão útil, a sua carreira política está marcada, e, olhar para ele, é como ver uma prolongação verdejante de altos arcos triunfais.

Mas – tal é a tradicional ingratitude dos grandes – o Governo, depois de obter aquela defesa sublime do seu patrocínio torpe, suspendeu imediatamente o subsídio, porque já então era claro que a *Bandeira*, desamparada de assinantes – em lhe faltando aquele apoio, findaria a sua gloriosa marcha avante.

Na sua justa cólera, Alípio quis escrever um terceiro artigo em que o caso Abranches fosse revelado na sua realidade abjeta. Mas era tarde: passara um mês, a opinião desinteressara-se do incidente, e o Abranches, inamovivelmente instalado na sua sinecura, parecia indiferente às cóleras da opinião ou à crítica dos poderes públicos. A *Bandeira*, pois, despediu-se dos seus leitores num artigo admirável em que Alípio exclama: “A *Bandeira* não morre: enrola-se por um momento, em virtude de considerações particulares, mas para se desfraldar ovante, um dia, cedo, e palpar então bem alto no parapeito da Civilização, a todos os ventos da Liberdade!

Desgostado com as lutas da imprensa por este indigno procedimento do ministério, Alípio recomeçou a aplicar-se ao seu trabalho de advogado, sendo mais assíduo ao escritório do famoso Dr. Vaz Correia, com quem praticava. Vaz Correia, de quem Alípio celebrara muitas vezes na *Bandeira* os triunfos forenses, tinha por Alípio uma consideração a que se misturava tocantemente uma simpatia paternal. Quem não conheceu de resto aí o Dr. Vaz Correia?

Ele oferecia plenamente o tipo do *rábula*. Que esta palavra não seja tomada no seu sentido grotesco: o Dr. Vaz Correia era um resplandecente espelho de lealdade. Os seus olhinhos vivos que espreitavam por cima dos óculos, a sua canta redonda e enrugada, as duas repas de cabelo grisalho, espetadas como orelhas de diabo de cada lado da calva, a alta gravata de seda preta às pintas, o colete de xadrezinho, e o hábito de falar com as mãos atrás das costas, tornando saliente a sua barriguinha próspera, são feições dele bem conhecidas em Lisboa.

O que menos se conhecia era a sua grande bondade, que me faria dizer – se eu não odiasse as preciosidades de linguagem – que naquele Pegas havia um S. Cristóvão! E digo S. Cristóvão, porque, entre toda a população santificada do Reino dos Céus, este bom gigante, com a sua bonomia, a sua paciência, o seu ar paterno, me parece um modelo amável de bondade terrestre.

Eu, na realidade, ignoro os atos de bondade do Dr. Vaz Correia. Devia-os ter porém, e grandes: mas a sua história íntima é-me desconhecida. Todavia, a avaliar pelo seu procedimento com Alípio, justifica-se que eu o compare com S. Cristóvão, que, apoiado ao seu pinheiro, ajudava os fracos e os fatigados a passar a torrente traiçoeira.

Uma crise, com efeito, estalara na vida serena de Alípio Abranhos. Sua tia Amália, de cujas mesadas vivia e com cuja fortuna contava, acabava, inesperadamente, de contrair segundas núpcias com um jovem delegado de Amarante. Nem a idade, nem a obesidade (que lhe viera nos últimos anos), nem o respeito dos próprios cabelos grisalhos a retiveram, e, possuída de uma chama tardia mas exigente, trocou a delícia toda moral de apoiar a ilustre carreira do sobrinho, pelos encantos baixamente materiais de um esposo robusto. Foi para o futuro estadista um golpe severo. Sua tia, é certo, não lhe suspendia presentemente a mesada: mas a certeza da sua fortuna dissipava-se, porque, não só uma dama de paixões tão ardentes poderia, apesar da idade, ter descendência, mas decerto, acorrentada à vontade do marido, veria todas as suas posses passarem para os bolsos do delegado e dos parentes esfomeados que lhe cercavam as propriedades com olhos ávidos e cobiçosos.

Alípio teve dias de amargura: não era daqueles seres orgulhosos que erguem alto a cabeça e crêem que podem apoderar-se da fortuna pelo jogo simples das suas energias naturais. Pelo contrário, o nosso Alípio era destes sábios espíritos que nunca se arriscam na estrada da vida sem irem bem amparados da esquerda e da direita, sem alguém que os alumie adiante, e alguém que por trás os proteja das feras imprevistas.

Este desalento do seu espírito espalhava-se-lhe na expressão; e o Dr. Vaz Correia, sabedor do caso, vendo-o dobrado sobre os autos como “sobre o rio do destino”, segundo a expressão bíblica, perguntou-lhe um dia, do fundo da sua poltrona:

– O amigo conhece o Desembargador Amado?

– Não conheço, senhor doutor. Isto é, conheço de reputação, de vista, mas não pessoalmente.

O doutor mergulhou sobre o papel selado, e, durante minutos, a sua longa pena de pato fez prosa sábia. Por fim, recostando-se novamente na poltrona:

– Então o amigo não conhece o Desembargador Amado?

– Não conheço, senhor doutor. Isto é, repito, pelo menos pessoalmente. Pessoa muito estimável, dizem.

O doutor anediou as duas repas grisalhas da calva, e depois de tossicar:

– Pois se o amigo quer, eu levo-o a casa do Desembargador Amado, que são amanhã os anos da filha. Conhece a filha?

– Não conheço, senhor doutor. Isto é, do mesmo modo, não conheço pessoalmente.

– Boa moça!

– Muito galante – disse respeitosamente Alípio.

Este diálogo foi, poderia dizer-se, a origem do casamento do Conde d'Abranhos, de que eu, segundo as notas do próprio Conde e os relatos de testemunhas presenciais, quero dar uma narração detalhada.

O Sr. Desembargador Amado era de uma boa família do Norte e tivera uma carreira singularmente fácil. Dizia-se dele: “aquele deixou-se ir e chegou”.

Sustentado pela vasta influência da parentela, fora com efeito levado, sem abalos nem choques, numa ascensão gradual e confortável, até à sua poltrona de damasco vermelho da Relação de Lisboa. Aí se deixara cair com o peso da sua obesidade, e cruzando as mãos sobre o estômago, começara a ruminar regaladamente. Que de modo nenhum se creia que eu queira diminuir com azedume os méritos deste varão obeso: quero somente mostrar a natureza, toda de indolência e de egoísmo, do Desembargador Amado, ocupado em se nutrir com abundância, atento exclusivamente ao jogo das suas funções, assustado se a bexiga, ou o baço, ou o fígado denunciavam alterações, sem ter coragem de se mexer do sofá durante noites inteiras, completamente desinteressado dos homens – e mesmo de Deus.

O nosso imortal José Estevão, vendo-o um dia entrar numa recepção em casa do chorado duque de Saldanha, exclamou, designando-o com um verso conhecido de Juvenal:

– Aquele ventre que ali vem, é o Amado!

Era com efeito um ventre, que em certos dias da semana punha sonolentemente os óculos, e assinava com a mão papuda, onde os colegas lhe indicavam com o dedo; da sua ciência jurídica, nada direi, para não envergonhar as paredes e os móveis deste quarto onde escrevo; da sua honestidade, sei que a sua grande fortuna e as suas propriedades de Azeitão o tornavam indiferente às tentações do dinheiro: mas condenaria Jesus e absolveria o mau ladrão, se o peitassem com um casal de patos bem gordos ou com um salmão fresco do Rio Minho.

Fazia, ao comer a sopa, um *glou-glou* nojento e repelente, e atirava para o soalho os escarros que merecia na face. Tal era esta besta obesa. O Conde detestava-o. E eu mesmo, apenas o respeito que lhe devia como sogro de S. Ex^ª, me impediu certa noite – ainda tremo ao recordá-lo! – de lhe atirar estas mãos ao pescoço gordalhufo, e apertar-lho, apertar-lho até que lhe pendesse, inchada e negra, aquela língua onde a banalidade era mais usual que a saliva, e lhe saíssem das órbitas aqueles olhos que só tinham fixado neste mundo com algum interesse as postas de vitela de que se abarrotava.

Era uma noite que ele passara em casa do Conde. Desde o jantar, estirado numa poltrona, só denunciando a sua presença por arrotos frequentes, tinha dormido o sono bestial do seu enfartamento senil. Eu estava justamente contando à Sr^ª Condessa, que me escutava com interesse, uma deliciosa anedota do Sr. D. João VI que lera nessa tarde – quando ouvi, do fundo da poltrona onde dormitava o Vitellius, estas palavras, naquela voz espessa e brutal que era a repercussão sonora da sua inteligência:

– Olá, senhor secretário, veja lá em baixo se já vieram com a sege!...

Eu fiquei petrificado, com a lividez da cal. Mas a Sr^a Condessa que – sejam quais forem as suas culpas – tinha delicadezas tocantes, acudiu imediatamente.

– Oh papá!

E agitando a campainha, dirigiu-se ao João que aparecera.

– Veja se já está a carruagem do papá!

Enquanto fui secretário do Conde, tratei com Fidalgos, com Ministros, com Embaixadores, com Augustos Personagens, e só recebi de S. Ex.^a – e poderia dizer de S.S. MM. e AA. – aquela benévola consideração que talvez as minhas aptidões justificassem, mas que eu recebia como preciosa recompensa da minha dedicação. Mesmo junto dos degraus do Trono, só encontrei bondade, e a mão que eu ia beijar na humildade tradicional, apertava a minha com uma simpatia que me deixava na alma impressões inesquecíveis.

Só aquela obesa carcaça se arrojou a tratar-me como um laçoi!

Morreu. Morreu da bexiga. Notou-se com admiração o fétido que lhe saiu do corpo, depois de morto, e a decomposição muito rápida das matérias serosas: isto talvez fosse a dissolução do corpo; mas o cheiro asqueroso vinha da sua alma torpe que se soltava, dando a exalação de uma latrina que se destapa.

O caixão em que o levaram pesava arrobas, e quando o embalsamaram e lhe extraíram o cérebro, viram que não era mais volumoso que o de um bacorinho recém-nascido. Na cavidade craniana meteram-lhe um pedaço de esponja velha, decerto mais útil e tão inteligente como o cérebro que substituíra!

Amortalharam-no na sua beca de cetim, – que não cobre agora um desembargador mais morto e mais pútrido do que tinha coberto nos dias de sessão da Relação de Lisboa. Levaram-no ao Alto de S. João, ao passo de quatro éguas cobertas de panos negros; e as quatro éguas agitavam a cabeça, parecendo vaidosas do cadáver que arrastavam: foi o único orgulho que inspirou jamais a companhia da sua pessoa. Ali apodrece aquele resto de matéria mal organizada, que rebolou durante anos pela terra, sob o nome desacreditado de Justiniano Sarmiento Amado.

Este ventre – segundo a frase de José Estevão – era naturalmente um títere, um títere obeso nas mãos de sua mulher: era ela quem lhe puxava as gaitas da vontade. D. Laura Amado, de aspecto, dava a impressão de uma régua: esguia, chata, ereta, perpendicular, com o seu vestido de seda negra, parecia, não uma senhora, vivendo num prédio à Estrela, mas uma criação pitoresca do ilustre Dickens. Moralmente, tinha a mesma rigidez dura e inflexível, o mesmo retilíneo de régua. Era uma devota, de uma pontualidade de máquina no cumprimento da sua devoção. Desde nova até ao dia em que a levou uma benemérita

escarlatina, rezou, rezou imperturbavelmente, cronometricamente, com um tique-tique-tique, de relógio.

Era dotada de uma língua feroz com que lacerava todas aquelas – porque raras vezes, decerto por pudor, se referia aos homens – que não exerciam uma devoção tão complicada, ou tinham os gozos, os luxos, as paixões que lhe proibiam o seu Deus, um Deus especial, dela – um Deus terrível, que vivia na Igreja de S. Domingos, insaciável de louvores, pródigo de catástrofes, sempre pronto a despedir, como raios, doenças mortais ou desgostos com as criadas, e que era necessário abrandar constantemente com promessas, missas, ladainhas e ofertas, porque o seu divino temperamento, de uma irritabilidade fora do vulgar, o mantinha no desejo frenético de fazer mal.

O sacerdote particular deste Deus, o intérprete na terra das suas vontades, era o padre Augusto, que morava numa casa de hóspedes às Portas de Santo Antão, e de quem D. Laura recebia a direção espiritual, as ordens, os conselhos, as admoestações e as baforadas do hálito impregnado de alho.

Pode parecer irrespeitosa esta apreciação da família Amado, mas, para minha justificação, direi, que o Ex.mo Conde a abominava. E todavia – tanto a sua polidez era perfeita – nunca deixou de beijar respeitosamente a mão de sua devota sogra – mão magra, amarela e seca como um caranguejo, de longos dedos que ela tinha sempre postos em atitude de reza, contra o peito, na igreja, sobre o regaço, na sala, e em cima do prato, à mesa.

Desta devota, e do outro, do montão de gordura de que falei acima, tinha nascido um anjo.

Que me perdoe a memória do Conde, mas D. Virgínia Sarmento Amado, primeira Condessa d'Abranhos, era um anjo!

Não ignoro os seus erros: mas se, para os atenuar, não bastasse lembrar-me que há 1800 anos, Jesus de Nazaré defendeu das pedras farisaicas a pobre mulher amorosa prostrada a seus pés, bastar-me-ia recordar a bondade de D. Virgínia, a sua tocante delicadeza, o mimo das suas maneiras, aquela necessidade de ver todos à volta dela confortáveis e contentes... Era um anjo, tanto na sua alma, *viva e toda espontânea*, como nos seus cabelos loiros, sempre um pouco desordenados, nos seus grandes olhos ativos e banhados num largo riso doce, no seu nariz tão fino, de um tom de marfim, na sua figura delicada, patricia, de movimentos de ave... Era um anjo!

Desta família, o pai foi magistrado condecorado, a mãe, devota respeitada, e a filha – segundo a lei e a moral corrente – criminosa repulsiva. Hoje, dormem os três no jazigo monumental do Alto de S. João, e eu estou bem certo que esta opinião dos homens não foi corroborada por Deus. A devota estimada está, não

o duvido, atravessada pelo espeto tradicional, que um diabo, por toda a Eternidade, vai fazendo girar, para a assar ora de um lado ora do outro. O pai, magistrado coberto de honras, impossível para ser de Deus, muito abjeto para ser do Diabo, deve estar nesse lugar tenebroso, latrina da Eternidade, onde os Vitellius torpes e os Amados pútridos chafurdam para todo o sempre numa massa líquida, feita dos excrementos dos homens e da baba das feras.

E ela, a doce culpada, a loira condessa, parece-me vê-la, com um vestido cândido, a palma verde na mão, os fios de ouro fino dos seus cabelos soltos, banhada na luz paradisíaca e mística que sai dos olhos de Deus.

Que não me acusem de ir, nestas apreciações, de encontro à moral social, ou, possuído de um orgulho sobre-humano, de dar indiscretamente um conselho a Deus. O crime de Virgínia é horroroso – mas a sua pessoa era adorável. À que pecara como ela,

Cristo perdoou, e – lavada a culpa pelo perdão divino – o que nos resta é uma deliciosa criança loira, daquele loiro que um dia cantou em versos inolvidáveis o mavioso poeta das *Névoas*:

*O ouro da tua trança
Vaie os milhões dum avaro;
Não é pagar muito caro
Morrer por a ter beijado!...*

Este anjo fazia 18 anos na noite em que o Dr. Vaz Correia conduziu Alípio à casa apalaçada do Desembargador Amado.

O Conde, que era supersticioso como Napoleão e Lamartine, contou-me depois que entrara na sala com o pé esquerdo.

Preocupado com isto, quando se achou defronte de uma grande barriga que um amplo colete branco vestia, em lugar de dizer “Sr. Desembargador”, titubeou “Sr. Conselheiro”, o que foi tão agradável ao obeso magistrado, que, ao apresentar Alípio à sua seca e hirta esposa, exclamou:

– É já colega do Vaz... Diz que é um talentarrão!...

Isto fez má impressão na devota senhora, que, em todos os homens novos e com talento, via invariavelmente inimigos da religião.

Mas o nosso Alípio desfez bem depressa esta impressão hostil, afiançando a D. Laura, o que era de resto exato, que sempre, *antes* e *depois* dos atos em Coimbra, ia à Sé Nova, prostrar-se aos pés da imagem de Nossa Senhora da Saúde, *antes*, a implorar a sua mística influência nos lentes, *depois*, a agradecer humildemente o *nemine discrepante*. E corroborou esta descrição da piedade

dos seus costumes, mostrando a gravidade das suas maneiras: em vez de procurar a companhia das meninas, que, de boquinha ao lado e olhos doces, perturbam a paz dos espíritos puros, foi de preferência juntar-se ao grupo severo dos magistrados e sólidos negociantes. E isto fez dizer a D. Laura que Alípio parecia ser “um moço de propósito”.

A *soirée* era de resto animada; e pelo conhecimento que eu mais tarde tive da famosa sala do Desembargador e das pessoas que habitualmente a frequentavam, e pensando na influência que essa noite exerceu no destino do Conde d'Abranhos, mais de uma vez me tenho entretido a reconstituir essa *soirée*, com os seus personagens, os seus agrupamentos e a sua decoração.

Ali está, sob o retrato a óleo do Desembargador, o alto sofá de damasco vermelho e as quatro poltronas empertigadas e sentenciosas em que se sentam D. Laura e as duas ricas manas Vitorino, ambas magras, cor de cidra, de nariz acavalado, bandós achatados, com enfeites pretos, todas de uma tonalidade negra onde destaca o lenço branco, sustentado na mão seca de cordoveias fortes, sobre o regaço. Muito liberais, seu irmão, magistrado, fora enforcado no Porto no tempo de D. Miguel, e este incidente patético, de que ainda falam, parece ter-lhes perpetuado a tristeza na alma e a amarelidão na face.

Ali vejo também o velho Serrão, coronel reformado, com o seu espesso bigode grisalho, aparado à tesoura, a calça cor de flor de alecrim esticada pelas presilhas, ainda rijo, cheio de opiniões, censurando com rancor as promoções do exército e acompanhando uma filha, aquela magrinha de vestido de cassa com pintinhas, dentes maus do abuso dos doces, omoplatas salientes sob o estofado transparente, e tendo, a falar com os homens, a impertinência familiar de quem está sempre a pensar nos seus vinte contos de réis de dote. Na sombra, quase a um canto, lá está a pobre D. Joana Carneiro, triste e macerada, com o seu cirro no estômago, muito lamentada por todos, que admiram a sua resignação, apesar de lhe censurarem o mau hálito.

Junto ao piano, vejo ainda D. Amália Saraiva, cujos seios enormes parecem dois pequenos odres; traz sempre sua filhinha, de 7 anos, a Julinha, que durante toda a noite, muito sossegada, com o cabelo encaixando-lhe a canta magra, folheia o volume ilustrado da *Ásia Pitoresca*, admirando pagodes índios e selvagens seminus, até que a chamam para recitar: então, no círculo admirador, sob o olhar ansioso da mãe, cujos odres arfam de emoção, diz, numa vozinha fina e igual, como o correr do fiozinho de água numa torneira estreita:

*Vai alta a Lua na mansão da morte,
Já meia-noite com vagar soou...*

Ao fundo, junto à mesa do voltarete já armada, o Conselheiro Andrade, atraído para ali pela paixão das cartas, vai fazendo a sua paciência devagar, e

explicando os seus contratempos de lavoura ao amigo Torres Pato e a outro personagem taciturno, apenas conhecido pelo nome de “o Doutor”, que, muito apertado numa sobrecasaca azul, só quebra o seu silêncio lúgubre para murmurar, com a testa franzida numa grande concentração de espírito:

– É notável! Homem, é notável!

Mais além, vejo ainda, de peito alto e penteado soberbo, a bela Luísa Fradinho, casada há pouco com o Dr. Fradinho, advogado e publicista, que aparece atrás, fincando no nariz a luneta de ouro ou retorcendo entre os dedos finos a ponta das suíças de azeviche.

D. Luísa é, nas *soirées* do Desembargador, a *bella*, a sereia. O coronel, o conselheiro, os magistrados admiram os seus soberbos olhos, o seu corpo de estátua, as suas *toilettes* de enxoval; diz-se baixo que inspirou uma paixão a um Augusto Personagem; os seus movimentos, os seus olhares, os seus gestos, são seguidos por olhos vorazes de velhas que a criticam, sob a vaga sensação da influência que deve ter nos homens aquela soberba criatura de cor de pele tão brilhante: uma, acha que ela ri atabalhoadamente e com coquetismo; outra, que arruína o marido em vestidos; e quando ao fim da noite o Dr. Fradinho lhe diz: “são horas, filha, vai-te agasalhar” – todos, o coronel, o conselheiro, as damas, a doente do estômago, os seguem com os olhos, com um pensamento involuntário ao leito conjugal, onde decerto se vão recolher.

Ao canto do sofá, no seu lugar consagrado, lá vejo também, de grande casaco negro e volta branca, com a face gorda, grave, trigueira, muito barbeada, o reverendo padre Augusto.

Junto da janela, a adorável Virgínia e as duas amigas, as filhas do Conselheiro Andrade, cochicham vivamente, com as cabecinhas muito juntas.

E ao pé da mesa do voltarete, numa poltrona, enfartado e obtuso, dormita o obeso Amado.

Tal devia ser então uma *soirée* em casa do Desembargador; e naquele meio um tanto incharacterístico, a figura aprumada do jovem redator da *Bandeira*, seria, decerto, de vivo destaque.

Alípio era então, digo-o afoitamente, um formoso moço: de elevada estatura, bem proporcionado, a testa larga e alta como a ideia que abrigava, os ombros sólidos de quem pode, sem esforço, sustentar um mundo, o olhar azulado, penetrante, preparado pela natureza para sondar, nas suas mais longínquas consequências, as altas resoluções políticas – um desses olhares que atravessam e exploram num breve relance todo um problema complicado – a barba aloirada, em colar, como nesse tempo era ainda a moda, e se vê no retrato do imortal Garrett – tal era, aos 26 anos, o futuro Conde d'Abranhos. E posso dizer

que não foi sem desapontamento (que me perdoem este expressivo galicismo) que Virgínia, as Andrades, e, ousado afirmá-lo, a bela Fradinho, viram aquele esbelto moço afastar-se da sua companhia graciosa, para ir, pausado e grave, conversar com o conselheiro, o coronel e o amigo Torres Pato.

Aconteceu mesmo que ao chá, quando Alípio – já então o excessivo calor de uma sala lhe dava opressões asmáticas – se aproximava da janela, notou que a bela Fradinho conservava na mão a sua chícara vazia. Imediatamente, como um verdadeiro Noronha, muito homem de sala, muito homem de corte, Alípio apressou-se a tomar-lha da mão, depositando-a sobre o piano. D. Luísa agradeceu, e logo com grande volubilidade:

– Creio ter visto V. Ex^a na galeria da Câmara dos Deputados.

– Eu frequento com regularidade as sessões da Câmara, minha senhora – foi a resposta grave do redator da *Bandeira*.

E como havia junto da bela Fradinho uma poltrona vazia, sentou-se respeitosamente, e bem depressa a conversa, dirigida pela inteligente senhora, tomou um tom elevado e crítico. Falavam de oradores ilustres, dos folhetins notáveis da *Revolução*, de poetas e de Arte – quando Alípio percebeu com terror que as matronas, o coronel, o conselheiro, D. Laura e as duas colegiais, tinham os olhos cravados naquele diálogo isolado. Afastou-se logo um pouco, endireitando-se na poltrona; mas isto só tornava mais saliente a gesticulação animada da bela Fradinho! Então, aterrado de suspeitas possíveis, Alípio ergueu-se bruscamente. Para ele nada existia mais sagrado que a *Família*, e esses assaltos à honra conjugal, que a sociedade, culpadamente, complacientemente admite e até idealiza, considerava-os, como muitas vezes mo afirmou, o *cúmulo da torpeza*, sobretudo tratando-se de senhoras que, pela sua posição social, muito observadas, não podem trazer ao sedutor senão desgostos e embaraços na sua existência, além de darem um exemplo funesto às classes subalternas.

Foi sempre fiel a este severo princípio. É certo que o acusaram de ter relações culpadas com a mulher de um tal Bento, correeiro nas Portas de Santo Antão, mas este caso é inteiramente diferente. O correeiro era tão insensível à honra do seu lar, que consentia que sua mulher fosse visitar diariamente uma tia – que ele sabia ter falecido havia meses. Além disso, pela sua posição modesta, esta ligação nunca poderia ser posta em evidência nem andar nas conversas da cidade, não correndo assim o risco de ser uma lição perniciosa para a mocidade.

Por estas considerações – que ele pesou conscienciosamente antes de se entregar a atos libidinosos com a mulher do correeiro – Alípio julgou poder, sem risco para a ordem social e sem prejuízo para a sua carreira, permitir-se este gozo oculto.

De resto, ele compensou com nobreza a injúria moral que fizera ao correeiro, pois que, quando este artífice faliu, Alípio, então deputado, proporcionou-lhe uma proveitosa situação numa repartição do Estado.

Foi, pois, sob a influência destes altos princípios que ele se arrancou com dignidade à conversa cativante da bela Fradinho, indo mesmo dizer ao marido, que, de perna traçada, fumava na saleta próxima:

– Acabo de ter uma conversa muito filosófica com sua Ex.ma esposa, e raras vezes tenho visto uma senhora tão instruída... Discutimos Vitor Hugo...

– Ah, ah! Sim, é apreciadora! ... E eu não lhe proíbo esse gostinho, porque sou do meu século e entendo que uma mulher, para fazer figura na sociedade, deve ter o seu bocado de literatura e o seu vernizinho de filosofia.

– Tem V. Ex^a muita razão...

Mas tinha-se feito na sala um silêncio e havia em todos os rostos um riso mudo de aprovação complacente. Dirigida por D. Amália, de seios cheios como dois odres, Julinha estava no meio da sala, amarelinha, esguia, de membrozinhos moles e olheiras fundas, e da sua boquinha aberta como o bico de um pintainho que espera um grão de milho, saía uma vozinha trêmula que dizia:

*É noite, o astro saudoso
Rompe a custo o plúmbeo céu;
Tolda-lhe o rosto formoso
Alvacento, úmido véu...*

Esta precoce menina foi depois D. Júlia de Mendonça, esposa do meu chorado amigo Carlos Luís de Mendonça, hábil taquígrafo da Câmara dos Deputados. Não correspondeu, porém, a sua vida de mulher ao seu delicado sentimento de criança, pois, como é sabido, esquecendo o que devia a si própria, a Carlos Luís e à Sociedade, foi encontrada, na própria alcova conjugal, nos braços plebeus de um Alfredo, galã do Ginásio. E era tal a sua perversidade – estes pormenores não são indiscretos, pois que os dois esposos repousam no cemitério dos Prazeres – que tirava da gaveta do seu esposo as melhores camisas e as ceroulas mais finas, com que presenteava o abjeto comediante, que a seduzira pelos cabelos encaracolados e os olhos langorosos de trovador de balada. Ah! bem mal pagou os desvelos de sua mãe, que a educou no culto de tudo o que é fino e delicado, ensinando-lhe, de pequena, os poemas dos nossos melhores líricos, cercando-lhe a mocidade de exemplos tão elevados. Os cândidos lírios que tinham sido semeados naquela alma refloresceram mais tarde em venenosas plantas!

Aos sete anos, porém, era um pequenino anjo, dotado de extraordinária memória: e nada mais doce do que o meigo langor dos seus olhos, quando dizia, apertando as mãos contra o peitinho, onde decerto já se rosavam os dois frutos gêmeos do seio:

*Meiga Lua, os teus segredos
Onde os deixaste ficar?
Deixaste-os nos arvoredos
Das praias d'além do mar?*

E mesmo o nosso Alípio, impressionado pela revelação de uma alma tão sensível num corpo tão franzino, não pôde conter uma exclamação:

– Bravo à Julinha! Há de ser uma mulher de grande ilustração!

– Bravo, bravo!

E Julinha, devorada de beijos, passava dos lindos braços cheios de rendas da bela Fradinho, para os joelhos do respeitável coronel, que lhe dizia:

– Ah! sua pequena, essa cachimônia é que eu queria para a minha Catarina... Mas aquilo para versos é uma tumba...

– Pois é grande prenda, coronel...

– É grande prenda para a sociedade, Sr^a D. Vitorina... Mas a rapariga nunca teve memória, e eu nunca quis puxar por ela, porque é delicada, e filha única.

– Tem razão, coronel.

– Parece-me que tenho, Sr^a D. Vitorina.

Foi então que Alípio, que voltara para a saleta onde os homens fumavam, viu, com espanto, o Dr. Fradinho aproximar-se dele, pedir-lhe em nome das senhoras que recitasse “alguma coisa” ao piano, e, sem quase lhe dar tempo a colocar no parapeito da janela o charuto meio fumado, arrastá-lo para a sala, exclamando:

– Aqui o trago à força! ... E agora é obrigá-lo!

Debalde Alípio expôs que a seriedade dos seus trabalhos não lhe facultara nunca a oportunidade de decorar as poesias sublimes dos Garretts ou dos Castilhos... Não aceitaram a desculpa. Custava a compreender, realmente, que um bacharel formado não soubesse alguma poesia bonita, de mais tendo, durante anos, dirigido com tanta eloquência a *Bandeira Nacional!* Não, as senhoras não lhe perdoavam. Ali estava a D. Luísa ao piano, com o pezinho no

pedal dos *graves*! Era necessário ser complacente! Era dia de anos – e de folia – como disse padre Augusto.

Alípio via, em redor, rostos abertos num riso de admiração antecipada, e parecendo-lhe que os olhos de D. Virgínia, cujos cabelos loiros o tinham impressionado, se fixavam nele com uma suplicação quase tocante, apoderou-se das costas de uma cadeira, e depois de passar o lenço sobre os beiços, disse com gravidade:

– Eu obedeço a V. Ex^{as}. Somente devo dizer que não sou recitador. E apenas por comprazer... Em Coimbra, às vezes, por brincadeira, recitava, mas, realmente, não tenho nenhuma poesia estudada... Enfim, vou dizer *Ciúmes do Céu*, do nosso chorado Gomes Guiães.

A bela Fradinho feriu o teclado, e Alípio começou estes formosos versos, que um acompanhamento doce, gemente e triste, acentuava deliciosamente:

*Recordas-te, Elvira, dessa praia triste
Onde passeamos, uma noite, sós?
O luar brilhava sobre o mar quieto,
E tu murmuravas, a tremer-te a voz:*

*Para que levantas, sem cessar, poeta,
A frente, e contemplas a Lua sem véu?
Não vês tu, poeta, dentro dos meus olhos,
Segredos mais fundos que os que tem o céu?*

Mas os *Ciúmes do Céu* são bem conhecidos. Não há em todo Lamartine um canto mais desolado e mais filosófico. Elvira queixa-se que os olhos do poeta se elevem constantemente, explorando os céus, indo procurar, lá longe, o ideal, quando ele está ali perto, num olhar do ser que o adora. Mas o poeta explica a sua alma: encontra nas grandes alturas, a que se eleva, um gozo divino que nunca encontraria na terra. E Elvira, toda zelosa de que haja no Universo alguma coisa que o poeta lhe prefira, mesmo o Céu, mesmo a divina face de Deus, promete fazer-lhe conhecer um gozo maior que lhe fará esquecer o mistério insondável que o atrai: “Sou tua!” exclama, unindo os seus lábios aos dele num beijo infindável. E o poeta, recordando esse momento, em que a sua alma conheceu o êxtase supremo, exclama, torturado pela saudade:

*Vento que murmuras, onde estão os ecos,
O timbre divino dessa meiga voz?
Onde estão, rochedos, os ais magoados,
Tristes, que soltamos nessa noite sós?*

Sobre a areia branca reclinaste o corpo,

*Eu prendi-te a cinta na mão palpitante...
E um beijo infinito desfez-se na aragem,
Rosa desfolhada na brisa distante!*

Mas nesse momento, erguendo casualmente os olhos para a porta da sala, o nosso Alípio viu com espanto o Dr. Vaz Correia, em bicos de pés, que lhe fazia com os olhos, com os beijos, acenos impacientes que pareciam significar: Não! não! Cuidado! Então?...

Mas D. Luísa bateu uma nota grave e Alípio, atarantado, começou a seguinte estrofe:

*Que divinos beijos, que soluços brandos,
Que momento doce, que ideal anseio...
A Lua de prata, no azul suspensa,
Inundava a curva branca do teu seio.*

*Seio d'alabastro, cor d'espuma,
Luminoso, quente, palpitante – e meu!
E que me faria esquecer o mundo,
Renegar a crença, proclamar-me ateu!*

Vaz Correia então não se conteve: lançou no silêncio pesado a sua grossa tosse catarrosa; e quando Alípio, naturalmente, ergueu a vista para ele, como de resto todos os presentes, viu-o mudo, hirto, apoplético, cravando-lhe um olhar chamejante. Mas, levado pelo ritmo da música, Alípio, enfiado, teve de continuar:

Não mais os meus olhos quero erguer a Deus...

A voz seca e dura de D. Laura cortou a recitação:

– Virgínia! Vá lá para dentro! Vá lá para dentro, menina, que isto não é para senhoras!

E Alípio, aterrado, reconheceu que tinha provocado um escândalo.

Com a sua penetração maravilhosa, compreendeu logo que só se poderia salvar se conseguisse improvisar algumas estrofes, em que o poeta, findo o seu reprovável delírio, repelisse a sedução da carne representada por Elvira, e voltasse a orgulhosa frente para o Céu, vivo espelho da alma. Isto daria decerto uma formosa intenção moral ao canto lúbrico... Mas Alípio não era poeta! Como ele me disse depois, teria dado, naquele momento, todos os seus trabalhos, a sua soberba dissertação acadêmica, os seus maravilhosos artigos políticos, para ter a potência imaginativa de um Hugo ou de um Garrett, e improvisar um fecho

profundamente religioso, que imediatamente lhe conciliasse aquelas honradas senhoras! Mas, na impossibilidade de o fazer, embrulhou versos, saltou estrofes, e apressado, concluiu:

*Não te esqueças nunca desse instante, Elvira,
E o que me dizias, a tremer-te a voz,
E o luar de prata, que inundava a praia
Onde nos amamos, uma noite, sós.*

Calou-se. Vozes discretas disseram, aqui e além:

– Muito bonito! muito bem!

E coberto de suores frios, Alípio enfiava para a saleta, quando Vaz Correia lhe travou do braço, rosnando com uma voz apopléctica:

– Fê-la bonita! Limpe a mão à parede! Está tudo perdido... Fez escândalo grosso!.

– Ó senhor doutor, mas...

– Tudo pela água abaixo! Um homem de bom-senso, um premiado! Pôs-se a recitar dessas indecências! A mãe está como uma fera! Tudo perdido!... escute V. Ex^a...

– Não escuto nada. Lavo daí as minhas mãos. O senhor imagina que se encontra todos os dias uma rapariga bem-educada, e bonita, com doze mil cruzados de renda?

– Quem? Que quer V. Ex^a dizer?

– Quero dizer que o trouxe aqui para agradar à pequena, à mãe, ao pai, ao padre

Augusto, às Vitorinos – e que o senhor, como um simplório, scandaliza as Vitorinos, o padre Augusto, o pai, a mãe e a pequena! Limpe a mão à parede, e... chafurde no atoleiro!

– V. Ex^a é severo...

– Severo? O senhor chama-me severo? O senhor acha de bom-senso, pôr-se no meio de uma sala a dizer obscenidades?

– É uma poesia...

– É uma obscenidade!

– Eu não sabia... E uma poesia conhecida... Recita-se em toda a parte.

– Isto aqui não é toda a parte. Isto aqui é a casa da D. Laura e do padre Augusto.

Aqui recita-se o *Agnus Dei* e a ladainha... E em dias de festa, em dia de anos, por exeção, a pequena, por galantaria, recita a *Lua de Londres!*...

– Vou pedir desculpa à Sr^a D. Laura – disse Alípio com decisão.

– Lavo daí as minhas mãos – respondeu o doutor friamente.

E Alípio, imediatamente, com aquela enérgica decisão que mais tarde, nas crises políticas, tantas vezes lhe deu o triunfo, dirigiu-se para o sofá de damasco vermelho, onde D. Laura, ereta, pálida, o nariz mais longo, o recebeu de olhos chamejantes.

– Minha senhora, eu venho dar uma explicação a V. Ex^a.

– E uma indecência, senhor doutor... vir a uma família...

– Eu rogo a V. Ex^a o favor de um momento, um momento só. V. Ex^a é muito cristã para me condenar sem me ouvir. Direi só a V. Ex^a crê V. Ex^a que eu viria a uma casa, a casa de V. Ex^a, que eu respeito, que sempre respeitei como uma das senhoras mais virtuosas de Lisboa, um modelo de qualidades cristãs, um anjo de caridade, uma mãe exemplar – que eu viria de caso pensado afrontar os princípios mais sagrados – princípios que são os meus? V. Ex^a responda a isto. Eu peço a V. Ex^a que responda a isto.

– Foi justamente por isso, Sr. Alípio, que me escandalizei...

– Que V. Ex^a considere. Pedem-me para recitar. Para ser agradável...

D. Casimira Vitorino, que estava ao lado, hirta, sinistra e enrugada, interrompeu:

– Escusava, para ser agradável, de se pôr a dizer porcarias.

– O Sr^a D. Casimira, ó minhas senhoras, por quem são! V. Ex.^{as} bem vêem... Os *Ciúmes do Céu*, são uma poesia conhecida, considerada pela melhor crítica como uma magnífica peça lírica... Refiro-me à forma. O assunto, confesso, é torpe, é infame... Mas, quando se recita, é para se apreciar a forma. E como uma música ao ouvido... Eu não sei outra poesia de cor... Não me lembrei, de repente, daquela abjeta cena no areal... Depois, levado pelo fogo da declamação... Mas acreditem V. Ex.as que compreendo a sua desaprovação, acuso-me, quero-me mal por a ter recitado – como além disso se recita em casas muito respeitáveis... Mas confesso que o assunto é torpe... V. Ex^a não me conhecem – mas o Dr. Vaz Correia conhece os meus princípios morais, o meu

horror à devassidão, a minha indignação com todos os casos de infidelidade conjugal, enfim, as minhas convicções. Apelo para ele...

E sem esperar a resposta, curvando-se profundamente, afastou-se, atravessou a sala, indo encalhar junto da mesa do voltarete.

– Frescalhotes, os versos – disse-lhe o Conselheiro Andrade.

Alípio acudiu:

– Oh! Sr. Conselheiro, nem me fale nisso! Que desgosto... Eu não imaginei...

– Qual história! Eu, não me pareceu bem por causa das pequenas, mas cá por mim, gosto de versinhos picantes... Lembra-se do Bocage? *Sete vezes amor voltou*, é... O quê, três matadores? O amigo Torres, o senhor muda-lhes as cores, com certeza!

No entanto Alípio, da mesa do voltarete, seguia os movimentos do padre Augusto; vira-o erguer-se pesadamente da cadeira, ir fazer uma cócega no pescoço da Julinha; depois, com as mãos por baixo das abas do casaco, fazendo-as saltar, conversar, curvado, com a bela Fradinho: finalmente, devagar, ir para a *Saleta dos Fumistas*. Alípio precipitou-se logo, e dirigindo-se vivamente a ele:

– Ó Sr. Padre Augusto, eu, sem ter a honra de conhecer V. Ex^a, venho pedir-lhe um favor. V. Ex^a é um sacerdote de grande ilustração, de grande virtude, de grande eloquência, e deve compreender a minha situação. Eu, pediram-me para recitar...

O padre Augusto que conservava uma das mãos com o cigarro por trás das costas, disse, raspando o queixo com a outra:

– Homem, ele não é lá por dizer... Mas olhe que os versos são de arrepiar... Eu estava a vê-los diante de mim, no areal, a mulher deitada, o homem... Ó senhor doutor!...

– Mas V. Ex^a sabe o que é poesia: questão de imaginação, de exageração!

– Mas é que realmente está a gente a vê-los. È que se me não tira o quadro dos olhos! A mulher toda desapertada... Foi um desgosto para a Sr^a D. Laura. E se V. Ex^a soubesse com que cuidado, com que recato tem sido educada a Virgínia. E a primeira que ela ouve... É a primeira – e é de mão-cheia!

– Pois Sr. Padre Augusto, V. Ex^a é um sacerdote, e eu, acredite, tenho pelo clero o respeito mais profundo. Verdadeiramente, curvo-me diante de V. Ex^a porque tem experiência, e sei que virtude, que saber, que dedicação se escondem debaixo de uma batina modesta... E realmente o que eu desejo é que V. Ex^a seja verdadeiramente um sacerdote cristão. Isto é, que restabeleça a harmonia e

que dissipe a irritação da Sr^a D. Laura. Eu já lhe expliquei, já lhe supliquei... Mas fi-lo a tartamudear... A sua virtude inspira-me um respeito! Desejo que V. Ex^a a convença de que eu, foi na minha boa fé, na minha inocência, por estupidez – aí está o que foi – por estupidez, sem reparar, que comecei a recitar... E aqui lho digo em segredo, suprimi várias estrofes, as piores! Lembrei-me a tempo... V. Ex^a faça-me isto. Não lhe ofereço a minha dedicação, porque ela lhe é inútil; mas se, como advogado, como jornalista, como homem, como crente, puder um dia ser-lhe prestável, é dizer: – *aqui, Alípio!* – e Alípio lá estará, ao pé de V. Ex^a.

– Ó senhor, muito obrigado, muito obrigado! Não é para tanto. Deixe estar que eu falarei a D. Laura. Eu falarei. Há de se arranjar... Há de ficar tudo em paz.

– Agradeço muito a V. Ex^a – disse Alípio; e ia a retirar-se quando a voz do padre Augusto o chamou com um *psiu!* discreto.

Alípio voltou-se, e o padre, levando-o para o vão de uma janela:

– Desculpe a curiosidade. Mas eu, nestas coisas de literatura, sou curioso. Sou apreciador. Gosto de bons versos... quando são bons! –E baixando a voz: – Vamos lá a ver como são as tais quadras...

– Quais? As que suprimi?

– Sim, as que suprimiu.

– Ah, deliciosas! – E, complacente, o nosso Alípio recitou ao ouvido do padre

Augusto estas estrofes de um ardente erotismo lírico:

*Fria, me dizias! Fria, tu, mulher?
Mas esses teus braços que s'estorcem, loucos,
Esse frágil corpo que o delírio agita,
Dessa ardente boca os gemidos roucos?*

*Porque balbucias no delírio, diz?
Porque desfaleces, adorada amante?
Oh! dá-me os teus lábios, oh, invoca a morte...
Que morrer é doce neste doce instante!*

O padre Augusto coçou vivamente a cabeça:

– Hum! E o que eu dizia, é estar a vê-los. É que os estou a ver! Pois é uma bela poesia... E lá direi a D. Laura: tudo se acomoda, tudo se acomoda... Bela poesia!

Durante o resto da noite a atitude de Alípio foi reservada e prudente. Passou-a junto da mesa do voltarete, em silêncio, seguindo com uma atenção grave o

interessante movimento das vazas. Mas, como me confessou mais tarde, “tinha a cabeça em fogo”. As palavras do Dr. Vaz Correia voltavam-lhe constantemente à memória, tocando a rebate e alvoroçando-lhe a imaginação: “Eu trouxe-o aqui para agradar à mãe e à pequena! E parecia-lhe então que no seu futuro, que ultimamente se carregara, apareciam, aqui e além, como abertas reluzentes, clarões entrevistos de felicidades possíveis!

Doze mil cruzados de renda! E o Desembargador, com aquela obesidade, mórbida, D. Laura, com aquela amarelidão artrítica, não podiam decerto, coitados, durar muito... Os cabelos de Virgínia eram na realidade deliciosos... E uma cadeira em S. Bento tornar-se-ia decerto acessível a quem dispusesse de uma renda de doze mil cruzados. Excelente casa aquela: mobília sólida e útil, boas pratas, bom piano!

E o seu desejo de agradar à família, aos amigos, era tão intenso, que, tendo o Conselheiro (que perdia) falado com irritação em “calistos”, o nosso prudente Alípio levantou-se sem ruído, afastando-se discretamente.

A sua *soirée* fora até ali singularmente infeliz: querendo ser amável com a bela Fradinho, vira nos olhares indignados das senhoras que se suspeitava das suas intenções; desejando dar à sociedade o gozo de uma bela poesia bem recitada, ofendia os sentimentos pudicos de D. Laura; pensando lisonjear o Conselheiro pelo prazer que manifestava em o ver jogar, *encalistava-o!* Então, para não chocar nenhuma susceptibilidade, para não ferir nenhuma conveniência – como um homem que numa loja de *bric-à-brac* não se move, com medo de partir alguma peça cara – o nosso Alípio refugiou-se no vão de uma janela, e ali ficou, entre as cortinas, solitário, imóvel. Esse isolamento voluntário, porém, foi-lhe a breve trecho amplamente compensado: quando examinava, através da vidraça, o céu que se toldava, um ruge-ruge de seda correu sobre a esteira da sala, e voltando-se, pôde ver D. Virgínia que passava, e que lhe deu um longo olhar, um olhar de muda repreensão, como se ela também lhe quisesse dizer:

*Para que levantas, sem cessar, poeta,
A frente e contemplas a Lua sem véu?
Não vês tu, poeta, dentro dos meus olhos,
Segredos mais fundos que os que tem o céu?*

Foi grande a sua tentação de entrar na sala, de falar com ela. Reteve-o, porém, o receio da indignação de D. Laura, quando visse o homem que recitava versos lúbricos em conversa íntima com sua filha.

Por isso, e porque eram onze horas, foi despedir-se de D. Laura; e qual não foi a sua comoção quando a ouviu, com uma voz que, agora, era quase branda e amiga, dizer-lhe:

– Quando quiser, senhor doutor, esta casa está às suas ordens. Teremos muito gosto em o ver...

Ao pé dela, padre Augusto sorria – e o nosso Alípio compreendeu que era à diplomática intervenção do honrado sacerdote que ele devia aquela benevolência inesperada.

Que influência ele tinha, o reverendo! Tudo em D. Laura mudara: a voz, o olhar, e até a mão que, agora, lhe pareceu menos hirta, mais quente, mais humana.

E ao descer, abafando-se cuidadosamente no seu cachênê, perguntou ao criado que o acompanhava:

– Sabe-me dizer onde mora o Sr. Padre Augusto?

– Às portas de Santo Antão, 36, segundo, meu senhor. Em casa da Gervásio.

E daí a dois dias, como havia em casa da Adelaide Gervásio um quarto devoluto, Alípio tomava-o e passava a ser o companheiro, o confidente e o amigo do benévolo sacerdote.

Muitas vezes me disse o Conde, anos depois, que esta convivência com o padre Augusto lhe fora extremamente instrutiva, porque o esclarecera definitivamente sobre os costumes íntimos dos senhores eclesiásticos, e destruíra muitos prejuízos que uma tradição injusta formou em volta do clero, em hostilidade aos excessos dos frades. Assim se convenceu que é absolutamente infundada a reputação que têm S. Ex.as de costumes lúbricos. “Durante dezoito meses que vivi com o padre Augusto, Zagalinho, nem por palavras, nem por olhares, nem por obras, o vi desviar-se da regra imposta pelos votos. Um modelo de castidade, Zagalinho! Um modelão!

Ele mesmo, pelos seus olhos, se certificara desta verdade. O seu quarto e o do padre Augusto eram separados por um tabique, onde outrora houvera uma comunicação sem porta. Esta abertura, para isolar os dois quartos, fora depois tapada com uma simples lona coberta de papel pintado, onde um pequeno rasgão triangular permitia a Alípio mergulhar um olho observador no interior do quarto do reverendo. Conseguiu assim verificar que este homem inteligente poderia ser comparado (se tal comparação não fosse ofensiva da sua qualidade de sacerdote cristão) ao profeta do Islã, de quem as lendas do deserto celebram os costumes simples e o amor das ocupações domésticas. O reverendo sacerdote, ele próprio, passava as suas meias, cosia as suas voltas e limpava a batina com benzina; vivia arrumando, espanejando o quarto, e todos os dias polia o seu candeeiro de latão, com uma dissolução de ácido oxálico que ele mesmo ia comprar à Farmácia Azevedo. Pendurado defronte da janela, tinha um canário de que tratava com cuidados femininos. À noite, ao recolher, dispunha sobre a mesa um covillete de marmelada, uma garrafa de Porto (de

que D. Laura o tinha sempre bem provido) e com satisfação e método, tomava a sua ceia, tendo defronte o breviário aberto que ia lendo. Alípio nunca o viu tomar mais de meio cálice de Porto, aos pequenos goles, que conservava um momento na boca, saboreando-lhe o aroma, e que engolia com um estalo plácido. Depois, despiá-se, dobrava a roupa com método minucioso – e daí a pouco ressonava com estridor. Vida de um santo!

Uma tarde de grande calma, em meados de Agosto, a engomadeira da casa, depois de levar a roupa a Alípio, entrou no quarto do padre Augusto. Era uma formosa rapariga. Alípio imediatamente correu a aplicar o olho ao rasgão da lona, a observar o que faria o eclesiástico, só no quarto com a engomadeira, naquela tarde de Verão em que a casa estava solitária e calada. Padre Augusto dormitava na sua poltrona, com o lenço de seda sobre o rosto, as pernas estendidas, as mãos sobre o ventre. Alípio julgava que passaria ao menos os dedos pelo queixo da rapariga, que lhe beliscaria o braço apetitoso. Pois não: ergueu a ponta do lenço, e vendo com o olho meio fechado que era a engomadeira, continuou a sua sesta plácida! Excesso de quebreira, dir-se-á. Não, porque daí a pouco Alípio ouviu-lhe dizer por baixo do lenço:

– Ó menina, que não esqueça o par de peúgas que ficou da outra vez.

Tão grande era a sua indiferença às tentações do amor!

Era, além disso, sóbrio – o que destrói inteiramente a conhecida e lendária gula Canônica – e não de todo hostil às profanidades da arte, pois que, sempre que o homem do realejo fazia, ao cair das tardes de Verão, o seu giro no bairro, padre Augusto propunha entre os hóspedes da D. Adelaide uma subscrição de cinco-réis por cabeça, para mandar tocar ao italiano as peças escolhidas da *Norma*, que ele escutava com deleite.

O fraco deste santo era o alho; gostava dele cru: esfregava com alho o gume da faca, o miolo do pão, o fundo do prato, e dizia sempre depois desta operação:

– Muito estomacal, caros companheiros, muito estomacal...

Não era um fanático; nunca a sua conversação recaía sobre “questões religiosas”. Quando se falava diante dele do progresso das ideias revolucionárias, não se exaltava, mas, coçando o queixo, dizia:

– Pois será o que quiserem, caros companheiros, será o que quiserem. Mas lembrem-se das palavras de Cristo: “Não prevalecerão contra ele as portas do Inferno; a barca de Pedro não se submergirá!”

E se ouvia algum dos companheiros – um certo Azevedo do Ministério do Reino, sobretudo, proferir impiedades ou achincalhar os dogmas, o bom sacerdote sorria:

– Tudo isso é muito bom enquanto se tem saúde, amigo Azevedo. Mas quando vem a velhice, e as doenças, e o final... Eh! Eh! O amigo verá como se chega às boas ideias. Verá como ainda me manda chamar! Não, que a Eternidade é coisa séria!

Tal era este santo homem. As suas ocupações eram simples: de manhã, dizer missa em S. Domingos; durante o resto do dia, salvar a alma de D. Laura.

Nem gula, nem lubricidade, nem ambição. Os três *Inimigos da alma*, da Cartilha, os três sinistros colegas – Mundo, Diabo e Carne – que de braço dado rondam em volta da humanidade, à caça das almas indefesas, ou nunca ousaram aproximar-se deste varão impecável, ou, se o fizeram, foram vergonhosamente escorraçados, como ratos – se me permitem a comparação – surpreendidos sobre um velho pedaço de queijo.

A admiração que ele inspirou a Alípio foi grande e duradoira.

Muitas vezes ouvi o Conde afirmar, quando se agitavam as grandes questões do Clero, do Ultramontanismo:

– Não, não... Não é tanto assim! O Clero é extremamente virtuoso. Olhe, um padre conheço eu, o padre Augusto, que foi meu companheiro nas Portas de Santo Antão... Uma vez...

E era certo então vir alguma deliciosa anedota, em que as virtudes do padre Augusto resplandeciam, como jóias fulgurantes delicadamente engastadas.

E julgando todos os eclesiásticos, de todo o Universo, por este sacerdote que conhecera na mocidade – tanto o seu espírito prático amava as opiniões *a posteriori* e fundadas na experiência – o Conde nunca concebeu o clero senão como uma classe cheia de virtudes, passajando meias, indiferente às engomadeiras e cheia de benevolência pelas fraquezas humanas.

Poucos dias depois da sua instalação na casa de hóspedes de D. Adelaide, a intimidade de Alípio com o padre Augusto era tão completa, que à noite, depois de deitados, ainda conversavam através do tabique. O assunto nunca variava: os Amados, as virtudes de D. Laura, as prendas de D. Virgínia, as capacidades do Desembargador, os méritos da Ana cozinheira – de tal sorte que ao fim de uma semana Alípio conhecia os Amados, os seus hábitos, os seus fracos, as suas propriedades, os seus gostos, as suas ideias, melhor do que se, com a sua própria imaginação, os tivesse concebido e descrito nas folhas manuscritas de um romance.

Foi deste modo que ele veio a esclarecer qual o tipo de marido que D. Laura desejava para sua filha. Esse tipo não demonstrava ambições desordenadas: um

bacharel, de costumes honestos, com uma carreira começada, temente a Deus, sem tísicos na família, observando os jejuns, econômico, caseiro e pontual à missa.

Alípio, com uma grande humildade, interrogou-se, sondou-se, folheou-se como quem folheia um livro, e achou que correspondia exatamente ao *tipo* de D. Laura. Estou certo de que, se encontrasse em si condições divergentes – se se reconhecesse inclinado à frequência dos bilhares, ou fraco diante da beleza, ou se algum seu parente tivesse deitado sangue pela boca, estou certo (pois conheci bem aquele caráter retilíneo e rígido), de que ele se teria considerado indigno de ser o marido da loira Virgínia. Mas como nenhuma destas circunstâncias objetáveis concorria nele, Alípio não hesitou, e, habilmente, deixou ver ao padre Augusto que ali, do outro lado do tabique, existia um bacharel com todas as qualidades de saúde, de fé, de moral e de disciplina que D. Laura exigia do futuro marido de sua filha Virgínia, *loira como os loiros trigos*, segundo a formosa expressão do poeta.

Padre Augusto, de resto, reconhecia-o; e a sua simpatia crescia por aquele moço que não blasfemava, o acompanhava no seu passeio higiênico ao comprido do Cais do Sodré, que o tinha presenteado com duas formosas navalhas de barba, e que, uma noite em que ele estava sofrendo de um defluxo terrível, lhe pusera um sinapismo de mostarda com cuidados e carinhos de enfermeira. De tal sorte que esse moço exemplar, benévolo, doce, instruído, se tornara a preocupação dominante do bom sacerdote; e mal chegava a casa do Desembargador, ainda antes de se servir a sopa, padre Augusto, puxando o guardanapo para o pescoço, encetava o assunto querido: – Alípio!

Todavia, D. Laura podia verificar por si mesma as qualidades de Alípio – ou pelo menos aquela que mais a interessava: a sua devoção. Na missa das nove, em S. Domingos, no Lausperene, no Santíssimo, no Mês de Maria, ela podia ver aquele bacharel impecável, ora de joelhos, devorando as orações do seu *ripanço*, ora de pé, a cabeça caída numa meditação grave, ora estático, contemplando a edificante cintilação dos altares. Nunca os seus olhos se distraíam, solicitados por algum chapéu mais alto em que se destacasse a cor viva de um ramallete, ou por qualquer ruge-ruge de folhos de seda. Não. Ali estava, sério, compenetrado, circunspecto, reverente. À saída, ao passar por D. Laura, uma cortesia respeitosa; e depois, taque-taque-taque, no seu caminho, com o seu livro debaixo do braço, os olhos nas pedras da calçada.

– É um modelo – dizia um dia D. Laura. – Um rapaz assim é que dá gosto a uma mãe.

Estas palavras, repetidas à noite pelo padre Augusto, mostraram a Alípio que ele podia enfim, com honestidade, fazer ao sacerdote a confidência do seu sentimento e da sua ambição.

Fê-lo com palavras dignas, graves, elevadas... Desde que vira D. Virgínia, amava-a. Amava-a, menos pela sua beleza – que era grande, que era cativante – do que pelas qualidades morais que ela não podia deixar de ter, sendo “filha de tal mãe”. Não se atrevera, ao princípio, a dizer-lho a ele, padre Augusto; não o conhecendo bem, poderia suspeitar que, pobre bacharel, ele apenas aspirasse ao dote da senhora. Mas agora o padre Augusto conhecia-o, não é verdade? Estava bem certo do seu desinteresse, do seu despreendimento de todas as ambições de dinheiro – não é verdade? Julgava então poder desabafar no seio de um amigo sincero! Amava a Sr^a D. Virgínia! Mas uma coisa pedia ao padre Augusto – uma coisa lhe pedia, ali, como amigo, como companheiro –que não dissesse nada às senhoras! Se ele tivesse urna posição social, uma sólida fortuna em terras, um título de fidalguia deste reino, então, decerto, não hesitaria em revelar o alto anelo do seu coração! Mas estava apenas no começo da sua carreira, infelizmente. Por modéstia, por dignidade, por circunspeção, devia calar-se... E todavia, sentia em si energias, delicadezas, todas as condições para fazer feliz, bem feliz, uma menina... Sabia o padre Augusto o que ele desejava? Casar com ela, ter uma pequenina casa em Campolide, ilustrar-se na carreira do foro, viver com conforto, e ter um velho amigo respeitável que viesse todos os dias comer a sopa com intimidade e fazer a sua partida de voltarete... Um amigo como o padre Augusto... Que se ele casasse, o padre Augusto não havia de ficar a viver ali, no quarto estreito da Adelaide Gervásio, com janela para as pedras do saguão! Havia de viver com eles, ter o seu talher à mesa, a sua roupa branca bem tratada, o seu caldo de galinha à noite, os carinhos de uma família... Mas enfim, tudo aquilo eram sonhos...

Daí a dias, ao sair da Igreja de S. Domingos, Virgínia – que, como me afirmou o Conde mais tarde, tinha, em rapariga, o hábito de escutar às portas – ao ver Alípio, corou prodigiosamente.

Na semana seguinte, Alípio recebeu do padre Augusto um convite verbal para ir passar a noite com os Amados. Aceitou. Foi uma *soirée* íntima grave, um pouco silenciosa, edificante. Alípio falou da sua excelente tia, da sua caridade – e da caridade dos Noronhas. Contou a maravilha de um velho, ao pé de Penafiel, que vivia havia vinte anos em estado de graça; narrou anedotas piedosas de Fr. Bartolomeu dos Mártires; provou como todos os países protestantes – a Inglaterra, a Alemanha, a Suécia – iam numa decadência progressiva e fatal; voltou as páginas da *Prece à Virgem* que Virgínia tocou com mimo ao piano, e fez, com padre Augusto, o voltarete do Sr. Desembargador.

E, quando recolhia com o sacerdote às portas de Santo Antão, teve o gozo de lhe ouvir estas palavras memoráveis:

– Não há que ver, o amigo deu no goto às senhoras! E todos aprovamos. Isto é, o nosso Desembargador é que parece um bocado renitente...

– Se a Sr^a D. Laura quiser... Isto é, se o padre Augusto quiser!...

– Não digo que não. Estimam-me na família... Vão muito pelo que eu digo... Mas às vezes o nosso Desembargador tem birras!

Tinha começado a chuvejar, e para que o padre Augusto, tão sujeito a defluxos, se não constipasse, o nosso Alípio, sempre bom, sempre afetuoso, tomou generosamente uma tipóia.

As birras do obeso e obtuso Amado eram realmente singulares. Sem razão, de repente, *embirrava*. E era então como o obstáculo bruto, inerte, material, de um enorme pedregulho numa estrada. Era uma resistência passiva e espessa: as bochechas tornavam-se-lhe mais balofas, as pálpebras papudas mais pesadas, e sem dar razões, rosnava surdamente:

– Não estou pelos autos... Não vai... Não me calha.

E causava indignação e horror, sentir aquela massa bestial e adiposa, atravancando obstinadamente o caminho!

O Dr. Vaz Correia, que todas as manhãs pedia a Alípio que lhe fizesse o relato do *estado do negócio*, tinha-o avisado:

– E cuidado com esse animal! Se ele começa a dizer que não calha, acabou-se. Você esbarra e não há de ir para diante.

Como conseguiu Alípio desvanecer a resistência inerte e espessa do Desembargador? Não possuo documentos em que possa basear uma narração anedótica fidedigna. Sei apenas que ao fim de três meses – Alípio ia então todas as quintas e domingos a casa dos Amados – o Desembargador, segundo a expressão pitoresca do Dr. Vaz Correia, começou a “derreter”. Já dizia:

– Não é mau rapaz... Começa a calhar-me!

Pude averiguar que o nosso fino Alípio lhe dera uma receita para fazer chá de erva cidreira, que aliviava o Desembargador nas suas digestões monstruosas. No dia dos seus anos, publicou na *Semana* uma leve biografia, em que, num grandioso estilo à Plutarco, a integridade do Desembargador era comparada à dos Sênecas e dos Catões.

Por fim teve ocasião de lhe prestar um serviço resplandecente, que muito deve ter contribuído para o “derretimento” do Desembargador.

A história foi-me assim contada: no escritório do Dr. Vaz Correia praticava, havia anos, um certo Dr. Pimentel, moço estimável, mas que, segundo a expressão moderna, “tinha telha”.

Era um mancebo franzino melancólico, de grande nariz e lunetas de ouro, que passava horas em silêncio, catando um a um os pêlos do bigode.

Excessivamente metódico, sempre, antes de sair, lavava cuidadosamente os bicos das penas de pato, para que não se estragassem. Tinha sobre a mesa pequenas caixas feitas de cartas de jogar, com dísticos em letra gótica que lhes designavam a serventia: *caixa das penas, caixa da borracha, caixa do limpa-penas, caixa das obreias*, etc. Era tão escrupuloso das coisas que lhe pertenciam, que fazia no alto dos seus lápis uma larga incisão onde escrevia o seu nome. Tinha casado novo e quando se referia a sua mulher, dizia sempre: *a minha senhora*. Fora ela que lhe bordara a almofada de veludo verde sobre que se sentava. Esta almofada era para ele objeto de uma veneração supersticiosa: antes de se sentar, espanejava-a cuidadosamente, e ao levantar-se, quando saía, cobria-a religiosamente com um pedaço de cassa. O seu terror Constante era que, na sua ausência, alguém se sentasse sobre a almofada de *sua senhora*; por isso, tinha preparado um letreiro que colava com uma obreia às costas da cadeira e onde se lia, escrito a tinta azul: *“Pede-se que se respeite esta cadeira, que é do Dr. Pimentel”*. Isto, porém, incitava indivíduos facetos a sentarem-se com ferocidade sobre a almofada sagrada, e por vezes, ao entrar subitamente no escritório, o Dr. Pimentel ficava petrificado, vendo um corpanzil profano repoltreado sobre os veludos que sua senhora, com as suas próprias mãos, bordara amorosamente! Tais irreverências, para ele, eram *crimes*, e, com uma estrita ideia de justiça penal e a perversidade natural aos hipocondríacos, inventou uma desforra medonha: arranjou um prego, muito agudo, de cabeça muito chata, que colocava sobre a almofada de bico para o ar, de modo que se algum jocoso ousasse profanar a sua almofada, o horrível prego penetrava-lhe na carne, sendo assim o *delito* imediatamente seguido da *penalidade*. Não revelou a ninguém esta perfídia, nem sequer destruiu o aviso escrito a tinta azul, como se, para gozar melhor a vingança, quisesse facilitar a ofensa.

Foi por esse tempo que uma manhã em que o Dr. Pimentel saía, o Desembargador Amado apareceu inesperadamente no escritório: tinha uma demanda com um vizinho, proprietário de Campolide, e vinha falar com o Dr. Vaz Correia, que nesse momento trovejava na Boa Hora.

Alípio, apenas avistou na porta o ventre enorme do Desembargador, precipitou-se a tirar-lhe o chapéu das mãos, a perguntar-lhe pelas senhoras; ofereceu-se mesmo para ir à Boa Hora buscar o Dr. Vaz Correia.

– Nada de incômodos – disse Amado – eu espero. Que, com este calor, até não se me dá de descansar...

– Quer V. Ex^a um copo de orchata? (o Dr. Vaz Correia tinha sempre, na saleta de dentro, uma caixa de orchata fresca, nos meses de Verão).

– Pois venha de lá a orchata. Vai de refresco. Alípio entrara na saleta e preparava a bebida – quando um berro medonho vindo do escritório atroou a casa! Correu, aterrado. De pé, junto à poltrona do Dr. Pimentel, lívido, os olhos esgazeados, a boca aberta, exalando mugidos de dor, o Desembargador apertava nas duas mãos abertas as suas rotundidades posteriores!

– Que foi, Sr. Desembargador, que foi?

– Enterrou-se-me uma coisa!

O escrevente que acudira, pálido, aos mugidos do magistrado, teve um grito de horror:

– Deve ser o prego do Sr. Dr. Pimentel!

E desapareceu, aterrado decerto das consequências de tão grande crime.

Sem perder o sangue-frio, o nosso Alípio puxou o ferido para junto da janela, acorrou-se, levantou as abas do casaco, e logo descobriu a cabeça amarela de um prego reluzindo sobre a calça preta de S. Ex^a, cravado na carne.

O Desembargador, quase desmaiado, com camarinhas de suor frio na testa, não queria que Alípio arrancasse o prego: ouvira dizer que uma faca, um punhal, um ferro que se arrancam de uma ferida, causam imediatamente a morte pela hemorragia. E com gemidos roucos, pedia um médico.

Mas o escrevente desapareceu cobardemente – Alípio estava só no escritório. Então, com uma decisão brusca, como as que se contam de Dupuytren, de Nélaton, dos grandes operadores clássicos, Alípio puxou vivamente o prego. O Desembargador deu um mugido terrível, e Alípio, sustentando-o, amparando-o nos braços, levou-o até à poltrona amiga do Dr. Vaz Correia.

S. Ex^a, porém, arquejava de dor. Parecia-lhe que tinha ali uma brasa, sentia o sangue empapar-lhe a ceroula... Queria um médico.

Então, num relance, Alípio sentiu que tinha ali, ferido, necessitando auxílio, um magistrado, um proprietário, um cristão, um semelhante, o pai de Virgínia, e com uma voz repassada de cuidado e de solicitude:

– Não se assuste, Sr. Desembargador. Não é nada... Venha V. Ex^a comigo...

E amparando-o sempre, levou-o consigo a um quarto desabitado, que era a cozinha daquele primeiro andar: aí havia um lavatório e uma esponja dependurada na parede por um barbante.

Com cuidado, tirou o casaco ao Desembargador, desabotoou-lhe com respeito as calças, as ceroulas de linho, e acocorando-se, examinou a parte ferida de onde corria um fio de sangue breve, como um pedacinho de retrós vermelho.

– É muito fundo? – gemeu o magistrado.

– Uma bagatela, Sr. Desembargador, uma arranhadura.

Limpou com a toalha o breve fio de sangue; encheu a bacia de água fresca, tomou a esponja e pedindo ao respeitável magistrado que se agachasse, ele mesmo, Alípio Abranhos, da casa dos Noronhas, esponjou com amor a nádega obesa de S. Ex^a!

– Que alívio! – roncava o magistrado, respirando com esforço.

– Fresquinho, hem, Sr. Desembargador?

E esponjava solícito, tomava mais água na cova da mão, chapinhava a carne mole.

– Melhor, Sr. Desembargador?

– Mais aliviado, amigo, mais aliviado...

Depois, com uma toalha limpa, secou a pele, repuxou a camisa, apertou as ceroulas de S. Ex^a, que o deixava fazer, com os braços moles, as pálpebras mórbidas, bufando, a face lívida, toda banhada de suores dolorosos.

Depois, deu-lhe um copo de orchata, acomodou-o no canapé, e agarrando no chapéu, correu a buscar uma tipóia.

Ele mesmo o acompanhou a casa – recomendando ao cocheiro que fosse devagar, para que os solavancos não irritassem a parte ferida.

O Desembargador esteve uma semana no leito: e ao médico que o vinha ver, ao padre Augusto, a D. Laura, a Virgínia, a todos os amigos da casa, repetia:

– Aquilo foi o meu Anjo salvador!

Referia-se a Alípio, que, dois meses depois, numa manhã de Outubro, casava com D. Virgínia Sarmento Amado, encantadora herdeira de doze mil cruzados de renda.

Foram passar a lua de mel para a casa de Campolide. Porém, deste período de felicidade profunda, nada deve escrever a minha pena. A alcova nupcial tem o

augusto recato de um templo, e à sua porta o anjo dos amores delicados vela com as asas abertas, o olhar risonho, e o dedo sobre os lábios.

Deixemos, pois, este par enamorado passear sob os murmurosos arvoredos da quinta, ao rítmico som das águas que cantam nas bacias de mármore – e vejamos o que a essa hora se passava na terra.

Para qualquer nação que volvamos os nossos olhos, vemos, sob a aparente tranquilidade, fazer-se uma muda transformação interior.

É este realmente o momento em que se preparam os fatos que deram à história do século XIX o seu caráter grandioso.

Ali vemos, no pequeno Estado da Prússia, um militar com cara de freire velho, sob um capacete de forma bárbara, preparar ocultamente, por desconhecidos processos científicos, a destruição infalível dos antigos exércitos, comandados pelos métodos antigos da inspiração e da bravura; e ao lado, um grosso diplomata de cachaço de touro, tão seguro de si como se tivesse na mão o dado de ferro do destino, tramando apoderar-se da Europa Central, dilatando o pequeno Estado do Brandeburgo até às proporções de um Império Germânico, e soprando um esguio Hohenzollern devoto, até lhe dar a corpulência heróica de um César gótico.

Na Itália, vemos a sinistra matilha republicana e mazinista, a que se aliou, ai! uma dinastia gloriosa alucinada de ambição, arremessar-se, aos clamores fanfarrões de um Garibaldi, contra o trono de S. Pedro – onde um velho sublime ora imperturbavelmente, e aos que lhe arrancam a posse de algumas léguas de terra, responde pela voz de um concílio, apoderando-se do domínio ilimitado da alma universal.

Na Espanha, vemos generais despeitados e insensatos, sôfregos de honras, tramar contra o princípio de que emanam e o trono que lhes dá significação; e decerto veremos mais tarde as paixões plebeias, soltas por eles do garrote providencial que as mantinha, precipitarem-se através da nação espanhola, destruindo tudo sem discernimento, como touros devastadores à solta numa horta bem plantada.

Olhemos para a Inglaterra, esse disforme império artificial, maior que nenhum império clássico, feito de continentes distantes ligados entre si por fios telegráficos que pousam no fundo dos mares. Essa imensa mole mal equilibrada ameaça a cada momento dessoldar-se, aqui e além, na Índia, na África, na Oceânia; uma oligarquia, mais orgulhosa do seu domínio universal que o patriciado romano, mal a pode manter unida pelo ferro e pelo ouro; e no entanto a revolução social, com um movimento preciso, compassado,

geométrico, automático, vai preparando o fim dessa oligarquia obsoleta e a dissolução do imenso Império balofo.

Na Rússia autocrática, a só vontade de um homem, do Homem, do Czar, realiza com uma palavra o que a América do Norte só pode conseguir dispendendo milhares de milhões e regando o solo de sangue: na Rússia e na América os escravos são livres. No império, uma assinatura consegue o que na república só pode alcançar-se com uma guerra civil – profunda lição que nos dá o poder social concentrado nas mãos de um eleito.

Voltemos, enfim, os olhos para a França – a Mater-Gália: nunca mais alta a vimos, gloriosa e firme resplandecendo sob os Napoleões. Nunca a sua homogeneidade pareceu mais sólida e o seu messianismo mais penetrante. Paris reedificado, arejado, verdejante, retilíneo, resplandece. As suas modas são por um momento dogmas, como as suas filosofias: dela o mundo recebe com devoção a *Crinoline* e o Positivismo. A tradição galante das classes fidalgas permanece tão inalterável, que um descendente dos La Trémouille, que tinham precedência sobre o Rei, paga por 25000 cruzados as botinas de cetim com que M.lle Cora Pearl se estreia no teatro.

O formoso desdém gaulês que inspirava *calembours* aos que subiam à guilhotina, conserva-se tão brilhante que, na suave praia de Biarritz, coronéis elegantes, ouvindo o Sr. de Bismark desenvolver os seus planos, murmuram com graça: “Que idiota!” A salutar influência religiosa penetra por tal forma a vida social, que, mesmo nas figuras de *cotillon*, as marcas mais delicadas representam mitrazinhas episcopais e pequenos báculos de chocolate.

A galantaria francesa está tão rediviva, que um letrado da Academia não hesita em assinar os seus escritos: Merimée, bobo de S. M. a Imperatriz. O luxo, que promove a prosperidade industrial, é tão refinado, que custam contos de réis as *robes de chambre* do Sr. Duque de Morny e a dívida de uma virtuosa dama, à sua costureira de roupa branca, ultrapassa a soma fabulosa de noventa e seis mil cruzados!

Formoso espetáculo de um país próspero! – direis. Ai! Ai de nós! – Nesta formosa harmonia se percebem sintomas sinistros: já o imortal Cousin jaz no seu leito de dor, com a sua doença de fígado; já um Thiers ousa condenar a soberba expedição do México; já o espírito frondista das salas aplaude os epigramas de um Prévost-Paradol e os *boulevards* riem quando um garoto, Rocheforte, injuria a cuia de S. M. a Imperatriz; e, suprema dor, já César, devorado pela doença pertinaz, passa os seus dias em banhos de sal, a pálpebra mórbida, o pulso, que um dia salvara a ordem e a sociedade, abandonado entre os dedos do especialista Ricord. E no entanto, de um rochedo do mar da Mancha, um personagem lendário, um S. Paulo romântico da Santa Democracia, tão extraordinário de gênio e tão alucinado de orgulho que se confunde a si

mesmo com Deus e se crê no segredo da Natureza, escreve *Os Miseráveis*, *As Contemplações*, *A Lenda dos Séculos*, e profetisa, em atitudes teatrais, a monstruosa desforra da plebe e uma vaga fraternidade dos homens reconciliados.

Tal é a Europa – enquanto o nosso Alípio murmura ao ouvido de Virgínia aquelas palavras eternas que há três mil anos saem dos lábios dos amantes.

E agora volvamos os olhos para Portugal. Em Portugal, nessa época, não vejo que se passe coisa alguma, a não ser que o Ministério Cardoso Torres acaba de declarar que o seu programa será: Ordem, Moralidade e Economia.

É pois nesta serena e calma unidade nacional que Alípio Abranhos aparece e entra a passos largos nos umbrais da História.

A maneira como Alípio Abranhos foi eleito deputado, parece inteiramente providencial. O ministério Cardoso Torres tinha, como é sabido dos que conhecem a história política dessa época, dissolvido as câmaras. O ministério antecedente, denominado *Ministério Bexigoso* (de cinco ministros, coincidência singular, três eram picados das bexigas) não caíra segundo os métodos parlamentares: aluíra, sumira-se. Em plena maioria, sem razão, sem discussão, de repente, desaparecera – caso singular, depois, muitas vezes repetido, e comparável à conhecida catástrofe da corveta *Saragoça*. A *Saragoça*, num dia delicioso de Junho, num mar tão calmo como uma larga taça de leite, sem borrasca, sem vento, *caiu no fundo do mar*. O casco, parece, estava tão podre que se dissolveu como açúcar numa xícara de chá. Um indivíduo que estava na esplanada vendo-a dar uma curva magnífica sob um sol resplandecente, abaixara-se para apertar um atilho do sapato, e, ao erguer-se, não viu mais a corveta: sondou ansiosamente com o óculo o horizonte azul-ferrete; olhou aflito em redor, pela praia; mesmo, num gesto grotesco mas muito naturalmente instintivo, apalpou sofregamente as algibeiras: – nada! O mar brilhava sereno, azul, imóvel, coberto de sol.

O *Ministério Bexigoso* acabou como a corveta *Saragoça*. O novo ministério foi portanto tirado do mesmo grupo da maioria – e, conseqüentemente, dissolveu as câmaras, precaução exagerada, porque os chefes da maioria afirmavam ao ilustre Dr. Cardoso que dariam ao novo governo – se ele, como o governo anterior, fosse pela *Ordem*, pela *Moralidade* e pela *Economia* – um apoio eficaz e homogêneo.

Razões facilmente compreensíveis determinaram o Dr. Cardoso Torres a persistir na dissolução – tanto mais quanto no primeiro Conselho de Ministros, o Dr. Cardoso e os seus colegas, conferindo a lista de parentes, amigos e notabilidades que desejavam fazer entrar na Câmara, reconheceram que necessitavam de vinte e três círculos, e que havia apenas, presentemente,

quatro vagaturas. E como, além disso, esses vinte e três indivíduos eram geralmente homens de ilustração, de respeitabilidade, de boas letras e de fortuna, a dissolução era justa.

S. M. concedeu-a – o que produziu aquele artigo célebre do *Estandarte*, jornal do *Governo dos Bexigosos*, que ameaçava S. M. com a sorte de Luís XVI ou de Carlos I – exatamente oito dias depois do artigo em que o mesmo jornal comparava S. M., pelas virtudes, a Tito, pela justiça, a S. Luís, e pelo respeito da Constituição, à Rainha Vitória!

A resposta do *Globo*, jornal do Dr. Cardoso Torres, foi enérgica: dizia que só se podia responder com um chicote a um jornalista que ameaçava com o cadafalso S. M., que, pelas virtudes, estava muito acima de S. Luís, e, pelo respeito da Constituição, era incomparavelmente superior a Sua Graciosa Majestade a Rainha Vitória – eloquente artigo, e que apareceu exatamente quinze dias depois de outro, violento, em que, então na oposição, o redator do *Globo*, inspirado pelo Dr. Cardoso, dava claramente a entender que o fim provável de S. M. seria a guilhotina de Luís XVI, ou pelo menos o cadafalso de Carlos I!

Pondo em relevo estes fatos, eu não quero por forma alguma insinuar que haja na imprensa política falta de sinceridade, de lógica ou de dignidade. Quero apenas fazer sentir a perniciosa influência da ambição e da paixão em espíritos cultos. Creio, porém, que S. M., ao ver-se alternadamente destinado, pelo mesmo jornal, ao cadafalso de Luís XVI ou à canonização de S. Luís, decerto não experimentaria nem terror, nem vaidade, pois que nenhuma destas ameaças representavam o desejo íntimo do jornalista, mas eram apenas a explosão de uma cólera biliosa ou de um reconhecimento enternecido, e, muitas vezes mesmo, uma manobra útil na tática da vida pública.

Um dos círculos menos disputados era, nessa ocasião, o de Freixo de Espada à Cinta. Propunha-se como deputado da oposição um obscuro Gervásio Maldonado, proprietário local, com uma parentela larga na terra, interesses de lavoura, etc., e o governo Cardoso Torres combatia-o, apresentando na lista governamental, como candidato por Freixo de Espada à Cinta, o moço bacharel Artur Gavião, filho do presidente do *Banco Nacional*, que o pai, cansado da sua dissipação, queria forçar, pelos deveres que lhe imporia S. Bento – isto é o Parlamento – a uma vida disciplinada, sóbria e útil.

Conta-se que o Sr. Alexandre Herculano, a este respeito, dissera, com aquele espírito misantropo que a sua voz ríspida acentuava de um relevo amargo:

– Se o Gavião queria morigerar o rapaz, devia-o conservar no bordel, e não o mandar para o Parlamento!

Mas o que eu penso do Sr. Alexandre Herculano, dos seus ditos, da sua misantropia, da sua moral e das suas letras, escrevê-lo-ei um dia, desassombradamente.

O Sr. Artur Gavião (que tão desgraçadamente morreu depois afogado ao pé de Caxias), era pois o candidato governamental por Freixo de Espada à Cinta, quando Joaquim Osório Teixeira, ministro da Justiça, declarou, com decisão, que era simplesmente uma afronta ao Bom-Senso, à Câmara e à Dignidade do Governo, nomear por Freixo de Espada à Cinta um indivíduo que, às quatro horas da tarde, descia o Chiado, numa tipóia, com meretrizes andaluzas, inteiramente embriagado.

Gavião pai, mais tarde, afirmava que esta oposição do ministro da Justiça não era inspirada por puros motivos de moralidade pública, mas constituía a vingança pessoal de uma antiga humilhação, caso complicado de letras a três meses, etc., etc... como ele acrescentava com uma reticência maligna.

O Presidente do Conselho, porém, amigo do Gavião, e desejando conservar ao Governo aquele sólido apoio do Capital e da Propriedade, insistia na candidatura do libertino Artur.

Um dia, contudo, Joaquim Osório Teixeira declarou que faria dessa candidatura uma questão pessoal, que ele não podia autorizar o patrocínio legal do deboche, e que, se o Colega Cardoso insistisse, ele, Joaquim Teixeira, trotaria para Sintra a pôr a sua demissão nas mãos de S. M.

Cardoso, receando o conflito, riscou sem mais observações da lista governamental o nome do jovial libertino.

À noite, porém, em casa, ao chá, exprimiu com azedume o seu embaraço: não só descontentava o Gavião pai – um colosso – mas aí ficava o círculo de Freixo de Espada à Cinta vazio, viúvo...

– Homem – acudiu imediatamente o Dr. Vaz Correia, velho amigo da casa – parece-me que tenho exatamente o que lhe convém: o Alípio Abranhos!

Cardoso Torres não o conhecia pessoalmente. Vaz Correia, porém demonstrou-lhe com abundância eloquente as vantagens da escolha: como família, Alípio era um Noronha; como ilustração, um premiado; como posição de fortuna, era genro do Amado; como experiência política, fora redator da *Bandeira*, formado na prudente escola do taciturno e profundo Conselheiro Gama Torres; como maneiras – um fidalgo; como lealdade – um Baiardo!

E Cardoso, apontando-lhe imediatamente no livro de notas que trazia sempre consigo, o nome, a idade, a morada e os prêmios, retomou a sua xícara de chá, dizendo:

– Pois mande-mo cá. Metemo-lo por Freixo!

As eleições realizaram-se daí a três semanas e o ministério teve uma maioria compata, sólida, homogênea.

Os jornais da oposição, é certo, afirmaram que, como corrupção, tricas, violências, peitas, influências obscenas, não só continuavam a tradição obsoleta dos Cabrais, mas ofereciam a evidência dolorosa da nossa decadência social!

O *Estandarte* dizia: “E imenso como torpeza; mas nós aplaudimos, porque um ministério que assim procede, inspira, *ipso facto*, um nojo genérico. Este governo não há de cair – porque não é um edifício. Tem que sair com benzina, – porque é uma nódoa!”

O *Progresso Social* afirmava: “somos o escárnio da Europa!”

A *Nacionalidade* informava com chiste: “Está averiguado que a maior parte das urnas tinham fundos falsos: nada admira o expediente, vindo de um ministério de pelotiqueiros” – aludindo maliciosamente ao ministro das Obras Públicas, cuja perícia em fazer habilidades com cartas era geralmente estimada e muito apreciada na sociedade.

Mas o *Globo*, jornal do Governo, teve esta saída resplandecente: “O *Estandarte*, jornal dos *Bexigosos*, escreve no seu artigo de ontem: “O governo não há de cair – porque não é um edifício. Tem que sair com benzina – porque é uma nódoa!” Este plagiato é torpe: aquela frase foi escrita por nós, *ipsis verbis*, no nº 1214 deste jornal, na ocasião em que os *Bexigosos* elegeram a câmara passada”.

Ambos os partidos se consideravam reciprocamente uma nódoa – e se queriam suprimir com benzina! Ah, quando se compenetrará a Imprensa da elevação do seu sacerdócio?

A única eleição que nunca foi vituperada nos jornais da oposição foi a de Freixo. Com efeito Alípio Abranhos, logo que soube da sua nomeação, prevendo os uivos da minoria, correu as redações, onde, do tempo da sua colaboração na *Bandeira*, conservara ligações afetuosas, e foi dizendo, aqui e além, com uma notável habilidade política:

– Vocês compreendem. Eu venho por Freixo. Venho pelo Governo... Mas eu não me liguei, não me comprometi. Estou na expectativa. Vocês compreendem...

Compreenderam, creio – e a *Nacionalidade* escreveu mesmo: “o melhor resultado destas eleições, foi mandar à Câmara o nosso antigo condiscípulo, o Ex.mo Alípio Abranhos, esposo da formosa filha do digno Desembargador Amado, e que já nos bancos da Universidade era justamente reputado pelos seus dotes notáveis de orador”.

Eu conservo religiosamente a carta que Alípio Abranhos escreveu ao Dr. Cardoso Torres, agradecendo a sua eleição. Considero-a sinceramente um modelo epistolar; ela pode realmente sofrer comparação com todas as cartas históricas – sem excetuar a célebre carta do Dr. Samuel Johnson ao Conde de Chesterfield. Eis esse notável monumento de estilo:

Ex.mo Sr.

Vindo expressar a V. Ex^a o meu reconhecimento imorredouro pela maneira espontânea como V. Ex^a me abriu de par em par as portas da vida pública, eu não julgo necessário produzir bem alto a afirmação da minha profunda adesão ao Governo. O ministério a que V. Ex. preside representa o que há de mais elevado como inteligência, de mais completo como ciência de administração, de mais estrito como moral, e de mais genuíno como elemento conservador. Não há quase mérito em que um homem – que só deseja para o seu país instrução, administração proba, moral e ordem – dê o seu apoio incondicional e absoluto a quem tão alto garante a prosperidade pública.

Quero contudo expressar a V. Ex. a minha dedicação particular para com a pessoa de V. Ex^a e rogar-lhe que me dê o mais depressa possível ocasião de publicamente lha patentear – não porque me pese esta honrosa dívida de gratidão, mas porque me consumo no desejo de dar publicamente um testemunho da minha admiração pelas altas qualidades políticas e individuais de V. Ex^a.

De V. Ex^a, etc.

ALÍPIO ABRANHOS.

Esta carta deu ocasião a que se estabelecesse nas regiões políticas um útil e nobre princípio, que muito tem concorrido para manter perante o país o prestígio dos homens públicos.

Quando, três meses depois de a ter escrito, Alípio Abranhos passou para os bancos da oposição e pronunciou aquele notável discurso em que provou claramente ao país que o Governo Cardoso Torres não possuía nem inteligência, nem ciência, nem ordem, nem economia, nem moralidade, Cardoso Torres, num condenável impulso de vingança mesquinha, quis tornar pública a carta que eu respeitosa e citei.

Não havia decerto nada de desagradável para Alípio Abranhos na publicação dessa eloquente página de prosa, mas tal publicidade, autorizada por tal individualidade, equivalia a desconhecer o salutar princípio do *segredo da correspondência privada*, em matéria política. Por isso, em defesa do princípio, Alípio Abranhos intimou Cardoso Torres a que não publicasse a sua carta.

As negociações foram longas e muito delicadas. Mas em presença da opinião de vários membros do Governo, de numerosos membros da maioria, de jornalistas e notabilidades de todos os credos políticos, ficou estabelecido que uma carta particular não sofria publicação; que tal regra, a desprezar-se, estabeleceria um pernicioso sistema de vinganças e de represálias; que, nesse caso, muitas cartas, que por motivos óbvios convinha guardar nas secretarias, apareceriam a público; e finalmente que era do interesse de todos os partidos e indispensável à sua consideração pública, que nunca vissem a luz da publicidade documentos privados, isto em obediência àquela sábia regra política, tão pitorescamente formulada por Napoleão I: “é necessário que a roupa suja seja sempre lavada em família!”

Temos pois Alípio Abranhos deputado por Freixo de Espada à Cinta. A sua surpresa, ao ver-se subitamente e inesperadamente instalado numa cadeira em S. Bento, foi na realidade deliciosa.

Decerto, contava entrar um dia na vida pública, onde logicamente o chamavam o seu talento e os seus estudos, mas não esperava que fosse tão cedo, apenas chegado da quinta de Campolide e das pieguices da lua de mel. Podia pois dizer com orgulho que não fora a intriga, a corrupção, a pressão que lhe davam a posse daquele círculo, que se tinha aberto de par em par ao seu talento dominador. Ele, de fato, conhecia tão pouco Freixo de Espada à Cinta, que lhe sucedeu dizer no agradecimento que dirigiu aos seus eleitores: “Um dia, meus amigos, irei visitar a vossa bela província do *Minho*, que eu apenas conheço incompletamente, e espero então, ó freixenses, apertar a vossa mão honrada de verdadeiros liberais e de verdadeiros portugueses!” Ora é bem sabido que Freixo de Espada à Cinta não é no Minho: é em Trás-os-Montes.

Porém, este natural equívoco – de que ele mesmo mais tarde se ria com bonomia – é a prova mais decisiva de que Alípio Abranhos foi eleito deputado, não por ter “intrigado” num círculo, mas pela simples evidência do seu formoso talento.

De resto, apenas abertas as Câmaras, tendo-se informado com cuidado dos nomes das pessoas influentes de Freixo de Espada à Cinta, a todas escreveu, oferecendo a sua influência, os serviços da sua eloquência e a sua casa.

E foi infatigável: cartas de empenho, recomendações para examinadores, Cruzes de Cristo, empregos subalternos, licenças para visitar Monserrate, tudo deu prodigamente, espontaneamente aos freixenses. Nenhuma solicitação vinda de Freixo era descuidada. Mesmo um jovem poeta, filho de um influente, que viera implorar a sua proteção teve o orgulho de ver o seu drama – *Vingança de um Rival* – representado em D. Maria, ainda que sofreu no fim o desgosto de uma pateada memorável. Alípio, porém, consolou-o, empregando-o imediatamente na repartição das *Contribuições indiretas*.

No primeiro ano em que eu exerci as funções de seu secretário particular, muitas vezes notei, à mesa, ou à noite na sala, indivíduos silenciosos que se sentavam com timidez na borda das cadeiras, se levantavam sempre que o Conde lhes passava rente, e tinham nas fisionomias e nos fraques o que fosse de insólito: eram freixenses que vinham à Capital e ali encontravam uma hospitalidade benévola, e que, de volta à sua montanha, celebravam o poder do deputado e a sua grande afabilidade. Naturalmente, logo que o Conde foi nomeado Par do Reino, esta benevolência sistemática findou, e ele, segundo a sua engraçada expressão, “livrou-se para sempre daquela horda de carrapatos!”

Como já disse, a sua nomeação causou a Alípio Abranhos uma viva alegria. Mais tarde, a Condessa contou-me que, poucos dias depois da eleição, o surpreendera, uma manhã, diante do espelho, vestido com a sua farda nova de deputado e exclamando:

– Peço a palavra, Sr. Presidente! Ordem! Ordem! Apoiado! Não seremos nós que desertaremos a bandeira do progresso!

A Sr^a Condessa, na sua simplicidade de mulher, ria deste incidente. Mas a mim comoveu-me e fez-me pensar em Demóstenes, ensaiando, junto do mar, as suas apóstrofes sublimes aos tiranos.

Toda a família, de resto, gozava prodigiosamente este triunfo inesperado. Sua tia mesmo escreveu-lhe uma longa carta – que tenho diante de mim – em que a sua ternura divagava nos ziguezagues, da grossa letra de ganchos. Pedia-lhe que nunca se esquecesse de que a ela devia “a grande posição que tinha” e prometia visitá-lo com seu marido, “não só para ver as belezas da Capital, mas para te admirar agora que estás no poleiro!” Até D. Laura, tão desinteressada das coisas da terra, lia o extrato das sessões nos jornais, gozando de ver impresso o nome do genro, e o padre Augusto, apesar da sua habitual pacatez, ia agora todas as noites ao Martinho, para surpreender, no *brouhaha* das conversas, os elogios dados a Alípio Abranhos. D. Virgínia, essa frequentava assiduamente a galeria da Câmara, até ao dia em que o estado adiantado da sua gravidez não lhe permitiu, como ela dizia, “mostrar-se decentemente em público”.

Contudo, Alípio conservava na Câmara um silêncio discreto. Eu poderia dizer, parafraseando um dito histórico, que não estava embatucado, mas sim concentrado. No entanto, preparava-se: ia-se penetrando dos hábitos parlamentares, estudava o regulamento, o mecanismo legislativo, as tricas; por assim dizer, aguçava devagar e com prudência as finas lâminas do espírito loquaz. Formava então a sua biblioteca de homem de Estado: munira-se dos discursos de Mirabeau, de Berryer, de Lamartine, de Guizot; adquiriu o útil dicionário de conversação; estudou aturadamente as instituições da Bélgica; mas, sobretudo, frequentava, escutava os velhos parlamentares, os venerandos

práticos da política constitucional. Como Aquiles, recolhido na sua tenda, Alípio Abranhos forjava as suas armas para a batalha.

A sua estreia, isto é, a primeira palavra que soltou na Câmara, foi singularmente admirada. Não foi propriamente um discurso: apenas um curto *aparte*. Mas, como num gole de água se contém um mundo de organismos, num *aparte* pode existir toda uma revolução.

Temos um exemplo clássico, desta verdade política, na sessão da Convenção que precedeu a queda de Robespierre: o sinistro e seco ditador, na tribuna, sente de repente a voz perturbar-se-lhe, sumir-se-lhe...

– É o sangue de Danton que te sufoca! – grita-lhe Lemaillet.

O estremecimento, o grito de apoio que corre nas galerias a esta lúgubre apóstrofe, prova que Robespierre está bem abandonado pela França, que chegou enfim o glorioso Termidor!

O *aparte* do nosso Alípio não teve decerto esta ênfase trágica, porque não se tratava, felizmente, de abater um tirano. Era simplesmente a discussão da resposta ao discurso da Coroa: falava o obeso Sr. Gomos Barreto, da minoria, afeto aos *Bexigosos*, que, o rosto incandescente, o punho alto, atacava o ministério Cardoso Torres em períodos brutais.

– Quem sois? Para onde ides? – exclamava ele. – O que representais vós no país? Onde estão as vossas medidas, os vossos benefícios? Ninguém vos conhece! Éreis uma minoria obscura e intrigante (*ordem! ordem!*). Intrigante, Sr. Presidente, uma minoria intrigante e tortuosa! De repente, vejo-vos aí, nessas cadeiras amadas do poder... Tenho o direito de vos perguntar: como vos chamais, que fazeis aí? Como entrastes vós para aqui? Vós sois o ministério que entrou para o poder com uma gazua!

Mas nesse momento Alípio ergue-se e brada:

– E vós sois o ministério que se sumiu daqui por um alçapão!

Então, a esta rancorosa alusão ao modo como o gabinete dos *Bexigosos* tinha desaparecido do poder, à maneira da corveta *Saragoça*, uma enorme hilaridade sacode as ilhargas da Câmara, das galerias, dos estenógrafos... uma hilaridade imensa, como aquela que o velho Homero põe na boca dos Deuses e que fazia tremer as colunas de cristal do Olimpo. Bravos roucos saem impetuosamente das galerias negrejantes de gente. E o presidente, o honrado Dr. Antão Carneiro, escarlate de jovialidade contida, fungando pelo nariz frouxos de riso mal comprimidos, repica furiosamente a campainha...

– São os do alçapão! São os do alçapão! – ruge com júbilo a maioria.

As lunetas de Gomes Barreto caíram; bagas de suor cobrem-lhe a testa cor de cidra, e, aniquilado, engolindo ainda alguns períodos confusos, rola da tribuna com a inércia de uma pedra desequilibrada!

Todos os jornais, na manhã seguinte, citavam o *dito*, e Alípio Abranhos entrou na popularidade.

Gozou ele este triunfo? Não. Muitas vezes mo disse mais tarde: aquele dito saíra-lhe da boca inesperadamente, involuntariamente, como um ataque de tosse, como um arrotto! Não o pudera conter. O que ele estava preparando, desde o começo do discurso de Gomes Barreto, era esta bela frase: “Nós chamamo-nos o *Progresso* e vamos para a *Liberdade!*” E infelizmente saíra-lhe este dito, pitoresco sim, mas baixamente popular.

Alípio Abranhos teve assim o desgosto de passar durante algum tempo por “um grande chalaceador”.

As orelhas abrasaram-se-lhe de vergonha quando, nessa noite, o padre Augusto lhe veio dizer que no Martinho era voz geral que “para chalaça não havia outro!”

Quisera estrear-se, mostrando a profundidade de um filósofo, e faziam-lhe a reputação de um folhetinista... Teve rancor ao seu *aparte*. Negá-lo era impossível: lá vinha ao outro dia no *Diário das Câmaras*, com esta indicação do movimento (*imensa hilaridade*).

Teve então de sofrer um martírio mudo, grotesco, de receber parabéns por uma façanha que o vexava. O Cardoso Torres dissera-lhe:

– É disso que se quer! E disso que se quer! Vejo que o amigo é homem de pilhéria. E matá-los com dichotes

Que agonia! E pior ainda foi quando sua tia lhe escreveu, dizendo que em Amarante, em casa das Neves e das Cunhas, “se tinha falado muito da pilhéria que ele dissera na Câmara, que fizera rir toda Lisboa” e que a opinião de todos era que devia ser muito temido, “por causa das chalaças que soltava”. Isto era odioso para um espírito elevado como o de Alípio Abranhos.

Então a sua atitude tornou-se cautelosa. Para destruir aquela falsa, grotesca fama de “chalaceador”, assombrou, sublinhou a sua natural seriedade. Tornou bem patente que aquele *dito* era, nos seus hábitos intelectuais, uma extravagância isolada. Conversava com prudência, evitando tudo o que pudesse ser tomado como “gracejo”, “saída” ou “pilhéria”. A sua atitude na Câmara era como a afirmação exterior da gravidade dos seus pensamentos: conservava-se ereto, com os braços cruzados, a testa franzida, pensativo. E um dia que Cardoso Torres lhe disse:

– O amigo recolheu-se ao silêncio. Atire-lhes outro epigrama, homem! Não os deixe... espicace-os!

Alípio respondeu, despeitado:

– Quando eu combater a oposição, Sr. Cardoso Torres, há de ser com a lógica – não com a pilhéria!

– Pois sim, mas olhe que o ridículo é uma grande arma.

– Não a sei manejar, Sr. Cardoso Torres.

– Histórias! ... O amigo tem graça... E utilizá-la.

Alípio Abranhos tomou rancor a este cavalheiro, e eu posso mesmo, com afoiteza, datar desta entrevista a sua resolução de se separar do ministério Cardoso Torres.

Entretanto ele compreendia que a maneira eficaz e digna de mostrar à Câmara e ao país a verdadeira feição do seu talento sério, era pronunciar um grande discurso de eloquência grave: preparou-se então com fervor para a sua verdadeira *estrela*.

Os projetos pueris nesse momento em discussão, não lhe davam a oportunidade de fazer uma oração elevada. Eram medidas subalternas – estradas, um projeto de caminho de ferro, legislação para as colônias – uma série de trabalhos monótonos, em que se comprazia o espírito mesquinamente prático de Cardoso Torres, e que a maioria votava, distraída, desinteressada, perante as galerias vazias.

Esperava-se, porém, uma *Reforma da Instrução*, e Alípio Abranhos decidiu fazer nessa ocasião a sua “estrela de estadista”.

A composição deste discurso célebre foi feita no meio de preocupações graves de família. Chegava Março e com ele o nono mês de gravidez de D. Virgínia Abranhos. D. Laura instalara-se em casa do genro para se achar mais perto da filha no momento do transe. Uma bela moça de Campolide, a futura ama, já estava em casa, e toda a noite ardiavam lamparinas propiciatórias junto de santos especiais.

Entretanto, no seu escritório, Alípio Abranhos, cercado de autores, compunha o seu discurso.

A Condessa, mais tarde, muitas vezes me confessou quanto a afetava, no meio dos seus terrores – pois estava certa de que morreria – ver de repente, às onze horas, à meia-noite, o marido entrar-lhe pelo quarto, de chinelos e *robe de chambre*, o olhar brilhante, e ler-lhe algum período magnífico que acabava de

produzir. Com a roupa sobre o queixo, a face um pouco inchada, que lhe repuxava a pele em torno dos olhos, escutava, olhando a sombra grotesca, de grande nariz, que o perfil de Alípio projetava sobre a parede, e aterrava-se pensando que o menino – ou a menina – pudesse nascer com aquele nariz descomunal, fora de toda a proporção, de tromba, medonho!

Enfim o dia chegou. Nessa manhã D. Virgínia tinha sentido de madrugada algumas dores, e isto causou entre D. Laura e Alípio uma pequena alteração ao almoço. A velha devota não compreendia que Alípio Abranhos fosse à Câmara nesse dia, quando sua mulher estava numa crise tão grave e na proximidade de um perigo possível.

– Mas, minha senhora, eu estou inscrito para falar...

– Não há falas nem discursos! O seu dever é estar aqui, a animar a pequena... O seu lugar hoje é em casa! Primeiro que tudo estão os deveres que tem para com sua mulher.

Alípio Abranhos aniquilou-a com esta nobre frase:

– Se tenho grandes deveres para com minha mulher, não os tenho menores para com o meu país.

E para terminar o incidente, acrescentou para o criado:

– José, vá-me buscar uma tipóia. Fechada!

Tomara, logo ao erguer-se, duas gemadas para clarear a voz, fortificá-la, e queria evitar o frio dessa áspera manhã de Março. O tempo, com efeito, inquietava-o: havia um sudoeste brusco no ar enevado, e ele receava que a chuva afastasse o público da galeria.

Choveu, infelizmente, a torrentes; e Alípio teve o desgosto de ver, ao chegar a S. Bento, que não só a Câmara era menos numerosa do que habitualmente, mas que os bancos das galerias estavam quase desertos.

Os deputados que tinham vindo a pé e traziam as botas encharcadas e os joelhos úmidos passeavam nos corredores; ruidosamente a chuva fustigava a clarabóia. E Alípio não pôde deixar de pensar com despeito, que havia da parte de Deus uma certa ingratidão, fazendo tão chuvosa essa manhã memorável, em que ele vinha à Câmara defender o sagrado princípio da educação religiosa.

– Tem a palavra o Sr. Alípio Abranhos – disse enfim, na sua voz um pouco fanhosa, o presidente, Dr. Antão Carneiro.

Muitas vezes o Conde me confessou que sentiu nesse momento uma agonia: o estômago contraía-se-lhe, e recebeu um momento que uma súbita dor de ventre

o obrigasse a correr à latrina – situação medonha – ou que, de repente, se lhe varresse da memória todo o discurso, que, havia três noites, declamava sucessivamente no silêncio do seu escritório.

Felizmente para o país, nem a memória nem a entranha o traíram... e Alípio Abranhos, nessa fria manhã de Março, fez o primeiro discurso da sua fecunda e grandiosa carreira política.

Este discurso é bem conhecido. Alguns dos seus melhores trechos estão transcritos na *Seleta* para uso dos alunos do 3º ano de português.

O Conde conservou sempre por este primeiro trabalho uma predilecção parcial. Ele é, com efeito, apesar do liberalismo exagerado que o caracteriza – e que mais tarde a experiência, o poder, os anos, o conhecimento dos homens devia tão cabalmente diminuir – a obra literariamente mais bem trabalhada do Conde.

Esse exagero liberal, é, porém, facilmente explicável. Não só, então, ainda moço, o seu espírito, apesar de grave e refletido, era susceptível de um certo entusiasmo, mas também o discurso, composto sob a influência de recentes leituras de Mirabeau e de Lamartine, tomara naturalmente a ampla retórica liberal que domina as orações desses mestres. Esse excessivo espírito de liberalismo pode-se dizer que é puramente reflexivo: assemelhando-se tanto à eloquência desses inspiradores, o discurso conservou alguma coisa das suas doutrinas. Que é, porém, genuinamente de Alípio Abranhos, atestam-no o estilo, o colorido, o período.

Quem não conhece essa formosa imagem sobre o envenenamento das fontes públicas, comparado ao envenenamento das nascentes do espírito? Que formoso quadro aquele em que descreve o “sombrio vulto de Filipe II” no Escorial! Com que vigor pinta a poesia dos tempos cavalheirescos da Meia Idade! Que página aquela em que descreve a invasão dos Bárbaros e “o cavalo de Atua que, onde pousa a pata, faz secar a erva dos prados!” Que sublime apóstrofe arremessada a Tibério! Que traços de um pitoresco histórico nossa imagem sobre o “sombrio jesuíta, aqui metendo na mão de Ravillac o punhal regicida, além aperrando a clavina que há de fazer em estilhaços os vidros do coche de D. José I, depois vertendo na taça de vinho de Chipre que o Papa Clemente leva aos lábios, o veneno negro dos Bórgias!” Que períodos repassados de lágrimas sobre o cadafalso de Luís XVI! Que grandeza épica, descrevendo, através da Europa “o galope triunfante do cavalo branco de Napoleão!”

Poderia dizer-se que tudo isto nem sempre vinha a propósito; poderia dizer-se mesmo, como o conhecido litigante ao advogado loquaz: “Não se trata de Roma, de Cartago, nem da destruição de Babilônia: trata-se do meu sobrinho.

Fale do meu sobrinho!” Mas a isto dever-se-ia responder: “Então reclamai para sempre a supressão da Poesia, da Eloquência e do Gênio!”

Cada uma destas grandes imagens, destinadas a enriquecer o pecúlio nacional da oratória clássica, era seguida de um estalar entusiasta de “bravos!”, de “sublimes!” A voz, muito admirada, tinha uma plenitude metálica e sonora e ia, nas suas ondulações vibrantes, como ondas triunfantes que banham os rochedos da praia, bater os renques de peitos dilatados e extáticos. O gesto foi considerado perfeito, ainda que as frequentes punhadas no rebordo da tribuna, dando um som oco de pau, pareceram demasiadamente impetuosas.

E Alípio, que subira à tribuna “simples Alípio Abranhos” – era, quando desceu, “o nosso inspirado Alípio Abranhos!”

Muitas vezes este adjetivo, ou outros paralelos – “o nosso espirituoso, o nosso fértil” – são todo o proveito de uma vida de labor e de produção. Quantos dão tudo o que contém o cérebro, até à última gota, ficando depois, para sempre, com o aspecto grotesco e triste de um limão espremido – cuja recompensa é, ao fim de tanto esforço doloroso, uma sinecurazinha numa repartição do Estado e um adjetivo adiante do nome!

Mas, para Alípio Abranhos, a recompensa não se limitou a um adjetivo, e esse discurso foi o começo da sua prodigiosa carreira.

Ao entrar em casa, ainda vibrante das emoções da Câmara, esperava-o outra alegria, mais grave, mais íntima: era pai! Era pai desde as três horas da tarde! Foi sua sogra que lho veio anunciar ao alto da escada, num grito:

– E o senhor até a estas horas por fora! Está tudo acabado! E um menino! E com a maior felicidade! ... É um menino! O seu vivo retrato!

Não descreverei a cena tocante e doce que se passou no quarto da parturiente, porque a ela não assisti. Não quero, como esses biógrafos de antigos reis e estadistas, que descrevem os gestos e as palavras de cenas passadas em outros séculos, introduzir o elemento imaginativo, o romance, neste trabalho histórico. Mas todos nós podemos conceber a emoção desse pai, saído apenas de um triunfo social para vir gozar inesperadamente um triunfo doméstico, no mesmo dia orador consagrado e pai venturoso.

Dizem-me que Alípio Abranhos, acabrunhado de uma felicidade muito forte, se deixou cair numa poltrona com os olhos banhados de lágrimas, o filho nos braços, envolto nas suas faixas brancas, e murmurou:

– Isto é um dia histórico... isto é um dia histórico!

Passou-se então dos dois lados da cama onde D. Virgínia, branca como as rendas da fronha, sorria de um vago sorriso exausto – uma tocante troca de impressões exaltadas. Alípio contava o seu discurso e D. Laura o parto.

– A Câmara ergueu-se como um só homem, e eram bravos, eram berros!

– As primeiras dores foram terríveis, não é verdade, filha? Estava agarrada ao meu braço, que até tenho a certeza que me deixou uma nódoa negra.

– Coitadinha! Mas o melhor foi quando eu descí; os apertos de mão, os abraços...

– Abraços merece ela, que se portou com muita coragem! E a criança, que saiu como por uma porta aberta...

Ao canto do quarto, o novo ser, tenra vergôntea da casa dos Noronhas, indo dos braços da parteira para os braços da ama, chorava baixinho, com um som de boneca a que se aperta o estômago, nas suas primeiras contrariedades humanas.

Nesse mesmo dia, “em atenção à coincidência do seu nascimento e do triunfo do papá”, como disse o padre Augusto, foi decidido que o menino se chamasse Carlos Benvindo.

Durante o período legislativo desse ano, Alípio Abranhos fez ainda dois discursos, um, sobre política colonial, outro, sobre o projeto do Caminho de Ferro de Leste. Este último é sobremodo eloquente: poder-se-ia chamar a *Ode ao Caminho de Ferro*.

Nunca o utilitário modo de comunicação foi descrito com tal colorido, com tal vigor de imaginação: “Vede-lo – exclama o orador – esse monstro de ferro, soltando das narinas turbilhões de fumo, semelhante ao Leviatã da fábula! (*bravo! bravo!*) Vede-lo, atravessando como um relâmpago os mais áridos terrenos: e que maravilhoso espetáculo se nos oferece então: ao contrário do cavalo de Atua, cuja pata fazia secar a erva dos prados, por onde passa este novo cavalo de fogo (*bravo! bravo!*) brotam as searas, cobrem-se as colinas de vinha, (*muito bem! muito bem!*) penduram-se os rebanhos nas encostas verdejantes dos montes, murmuram os ribeiros nas azinhagas, ondulam as searas (*muito bem!*) e o jovial lavrador lá vai, satisfeito e alegre, cantando as deliciosas canções do campo, junto à esposa fiel, coroada das mimosas flores dos prados! (*Bravo! Bravo! Sensação!*).

Encerradas as sessões, Alípio Abranhos, sua esposa e o tenro Benvindo partiram para Campolide, onde iam passar o Verão.

Foram três meses de concentração, de íntima felicidade. Tinham passado ali, havia um ano, a sua lua de mel, e a sombra de cada árvore, cada moita de flores, possuíam para eles o valor de uma recordação deliciosa: a quinta tornara-se-lhes como uma vasta confidente simpática; era com orgulho que lhe levavam o tenro Bibi, rabujando nos braços da ama, como o fruto vivo do amor que ela protegera.

Mas nem por isso Alípio Abranhos ficou inativo. Trabalhou muito e ali escreveu trechos, imagens, perorações de futuros discursos. Foi ali também que ele tomou, passeando à tarde na bela alameda de loureiros, como costumava, devagar, com as mãos atrás das costas, a resolução importante que devia ter na sua carreira uma influência tão grave.

O ministério Cardoso Torres, ao fim da última sessão parlamentar, estava *gasto*. Esta expressão a que eu chamaria, se me não contivesse o respeito, a “gíria constitucional”, refere-se a um fenômeno venerável e repetido, que eu nunca compreendi bem, apesar das explicações benévolas que me foram dadas por conservadores, republicanos e cépticos.

Há ministérios *que se gastam*. E todavia, esses ministérios, como os outros, administram o tesouro com honestidade, fazem o expediente das secretarias com suficiente regularidade, mantêm no país uma ordem benéfica, não oprimem nem a imprensa nem a consciência, são respeitosos para com o Chefe de Estado, acompanham com dignidade, ao Alto de S. João, todos os defuntos ilustres, falam nas Câmaras com honrosa correcção, são na vida privada cidadãos estimáveis, e no entanto – ao fim de alguns meses desta rotina honesta, pacata e higiênica – *gastam-se*.

Gastam-se porquê? Compreende-se que um ministério que luta com dificuldades, que se coloca ao través da opinião pública, *se gaste*, como ao través de um frágil estacado que uma corrente hostil incessantemente bate. Compreende-se ainda que um governo criado especialmente para resolver certas questões sociais ou políticas, se torne desnecessário, desde que as tenha resolvido, e fique como o zângão que fecundou a abelha e é daí em diante um inútil.

Mas quando se não dá nenhuma destas hipóteses, quando os ministros não foram trazidos do seio da sua família para resolver questões sociais, – ou porque as não haja, ou porque seja um princípio tacitamente estabelecido deixá-las sem resolução – quando, em lugar de se esforçarem contra a larga corrente da opinião, os ministros lhe bolam regaladamente no dorso, não compreendo como um ministério se possa *gastar*.

Um dia pedi respeitosamente ao Conde d'Abranhos a explicação da palavra e do fenômeno, e S. Ex^ª, o que raras vezes sucedia, deu uma resposta vaga, tortuosa, reticente:

– É uma coisa que se sente no ar. É um não sei quê... Sente-se que a situação está gasta...

Não me permitiu o respeito que insistisse, mas, no fundo do meu entendimento, guardo um secreto terror por este fenômeno incompreensível!

O ministério Cardoso Torres estava portanto *gasto*. Calculava-se que ele pudesse talvez sobreviver durante grande parte da próxima sessão, mas, para o fim de Abril, devia desaparecer subitamente, como tinham desaparecido os *Bexigosos* e a corveta *Saragoça!*

O *Partido Nacional* retomaria então o poder, e Alípio Abranhos que, agora, era Governo, Influência, Força, Lei, passaria a ser o deputado loquaz de uma oposição estéril, pois que ninguém acreditava que os *Reformadores* – a que pertencia Cardoso Torres – tendo subido ao poder por um *acaso*, vissem esse *acaso* repetir-se. Os *Reformadores* eram pois, na frase clássica, “um partido sem futuro”. O próximo ministério *Nacional* havia de colar-se às cadeiras do poder durante anos. E poderia, durante anos, Alípio Abranhos ver as suas faculdades, o seu gênio, gastarem-se na retórica hostil e rancorosa da oposição?

Além disso o seu círculo de Freixo não era ainda um círculo certo. Durante esses curtos meses de sessão, Alípio não tivera tempo de prender definitivamente, pela gratidão, pelo interesse, pela lisonja, pelos serviços prestados, os influentes de Freixo. Se os *Nacionais* dissolvessem a Câmara, quem sabe se Alípio Abranhos não se veria empurrado involuntariamente para as doçuras da vida íntima, fazendo biribi no beicinho do Bibi, sob as sombras de Campolide, enquanto outros, sem a sua eloquência nem os seus estudos, trotariam para Belém, repoltreando-se nas almofadas do poder?

Decerto tinha deveres para com Cardoso Torres: fora ele que o nomeara deputado, que lhe abrira as portas da vida pública, que o fizera... Mas, por outro lado, tinha deveres maiores para consigo mesmo, para com a sua carreira, o seu nome, e, sobretudo, para com o tenro Bibi. Não devia ele tornar-se grande no seu país, para um dia poder apoiar a carreira do Bibi? Tinha ainda deveres para com Virgínia, a quem pesava a obscuridade social, e que, como uma verdadeira portuguesa, ansiava por fazer a sua grande mesura de corte diante de SS. MM. Tinha enfim deveres para com o país, ao qual não podia negar os serviços do seu alto entendimento!

Estas considerações pesou-as bem Alípio Abranhos, nessas horas da tarde em que passeava solitário na alameda de loureiros; e quando em princípios de

Novembro voltou para Lisboa, tinha decidido, no segredo da sua alma, passar-se com as suas armas de eloquência e a sua bagagem de saber para o campo inimigo. Ia fazer-se oposição!

Esta resolução não a revelou a ninguém, – nem à sua esposa – mas durante meses preparou o grande discurso em que explicaria, como ele disse, “as razões de Estado que me fazem passar destas bancadas estéreis (e designava a maioria) para aqueles bancos fecundos!” (e mostrava a oposição).

Muitas vezes este grande ato político foi chamado uma “indecente traição”. Nada mais absurdo. Pergunto eu: que é trair? É abandonar os ideais que se serviram, e passar, sem razão, para o serviço de ideais opostos que até aí se combatiam! Isto é normalmente, materialmente, uma *traição*.

Mas havia entre os *Reformadores* e os *Nacionais* ideais opostos? Abandonava Alípio Abranches ideias queridas, para ir, por interesses grosseiros, defender ideias detestadas? Não.

As ideias que servia entre os *Reformadores*, ia servi-las entre os *Nacionais*.

Em Religião, que eram os *Reformadores*? Católicos, Apostólicos, Romanos. E os *Nacionais*? Idem.

Em Política, o que eram os *Rei armadores*? Conservadores constitucionais. E os *Nacionais*? Idem.

Não tinham ambos o mesmo amor pela dinastia? – O mesmo.

Não eram ambos sustentáculos dedicados da propriedade? – Dedicadíssimos.

Não desejavam ambos a estrita aplicação da *Constituição*, só da *Constituição*, de toda a *Constituição*? – Desejavam-na ambos, ardentemente.

Não eram ambos *centralizadores*? Eram.

Não estavam ambos firmes na manutenção de um exército permanente? Firmíssimos, ambos.

Não tinham ambos um nobre rancor aos princípios revolucionários? Um rancor nobilíssimo.

E em questões de Instrução, de Imprensa, de Polícia, não tinham ambos as mesmas ótimas ideias? Absolutamente as mesmas.

Não eram ambos patriotas? Fanaticamente!

Então? – Pode-se dizer que Alípio Abranches, indo dos *Reformadores* para os *Nacionais*, traía as suas ideias? Não! Certamente não!

Mas, dir-se-á, traiu o seu amigo Cardoso Torres.

Distingamos: Em Cardoso Torres há o homem e o político. Trair o homem, seria, por exemplo, (ainda que tal suposição me faz tremer de horror) pôr mão libidinosa no seio respeitável de D. Josefa Cardoso Torres. Alípio Abranches fê-lo?

O vosso silêncio grave é a melhor resposta!

Mas traiu o político, direis. Vejamos: que é um político? E um ser que simboliza um complexo de ideias: só se pode traí-lo, traindo as ideias que ele representa. Ora eu provei suficientemente que Alípio Abranches não traiu – nem em Religião, nem em Moral, nem em Economia Política, nem em Administração, nem em Pedagogia – as ideias representadas pelo Ex.mo Cardoso Torres.

Onde está pois a traição? Dizei-o. Ah! esses olhares no chão, essa expressão consternada, provam sobejamente que nada tendes a responder aos meus argumentos impecáveis!

Passou pois para a oposição o nosso grande Alípio, e com que prodigiosa impressão esse passo foi recebido no país, di-lo a História Constitucional.

Foi no discurso de resposta ao Discurso da Coroa que se viu Alípio Abranches subir à tribuna, e com palavras comovidas, dizer que a sua consciência, os seus princípios, o seu patriotismo, forçavam-no a separar-se de amigos “cujo estandarte segui” – exclamava – “enquanto julguei que eles levavam o País à conquista do Progresso – mas de quem me separo com dor, ainda que com firmeza, no dia em que vejo que eles impelem a minha Pátria, – esta Pátria que eu amo mais do que amei minha mãe – para os abismos e para a ruína!” (*Bravo! Bravo!*)

Com um grande tato político, Alípio Abranches nunca disse claramente, nesse discurso magistral, os fatos que lhe provavam que o Ex.mo Cardoso Torres fosse arrastando Portugal aos Abismos; mas os apoiados unânimes, os bravos frenéticos da oposição, mostravam-lhe que, ainda que ele, por respeito aos seus antigos camaradas, calasse esses fatos, a oposição os compreendia absolutamente.

Assim, que grande ovação quando Alípio Abranches traçou o inspirado quadro do estado do País sob a administração Cardoso Torres: “Olhai em redor, e vede este formoso torrão de Portugal, que vós jurastes, nas mãos de El-Rei defender e fazer prosperar; olhai e dizei-me se sois dignos de estar nesses bancos uma hora mais: por toda a parte o esbanjamento da fazenda pública, por toda a parte o patrocínio primando o mérito; a escola, essa fonte pública, seca de

instrução; as férteis campinas, desoladas; as estradas que prometestes, cobertas dos pedregulhos e das lamas da incúria; as cadeias, esses depósitos do mal, trasbordando; e o pobre camponês, que sucumbe ao peso dos impostos, regando com lágrimas o grão escasso que lhe dá um solo desolado!” (*Bravo! Bravo!*). E os ministros, nos seus bancos, com os braços frouxos, a cabeça pendente, sentindo retumbar-lhes aos ouvidos aquela voz, igual a outra que na Antiguidade, do fundo dos ares apostrofara Caim, pareciam contemplar, aterrados, a visão pavorosa da Pátria arruinada!

A sensação foi prodigiosa.

Nessa noite, quando, deitado no seu sofá exausto do seu grande feito oratório, Alípio se reconfortava na placidez do chá doméstico, recebeu uma carta do Conselheiro Guedes Navarro, chefe da oposição *Nacional*, em que lhe dizia, depois de outras considerações:

“Como discurso, poucos conheço iguais em Mirabeau ou em Lamartine. E para o partido *Nacional* uma honra, não só ter recebido nas suas fileiras um homem do seu valor, mas ter dado ocasião a que pronunciasse um discurso de tal elevação. Já não é somente para cumprir o nosso pato, que lhe será guardada uma pasta na formação de um ministério *Nacional*. Essa pasta não é, d'ora em diante, a recompensa da sua adesão: é uma necessidade de existência para o partido *Nacional*, que terá em V. Ex^a, de futuro, o seu Mirabeau conservador.”

Donde se deduz, de resto, que Alípio Abranhos, com um grande alcance político e uma profunda experiência dos homens, não dera aquele passo sem primeiro ter garantidos todos os meios de penetrar no poder, e prestar ao País aqueles altos serviços que lhe estava preparando o seu gênio político.

O desespero do governo e da maioria teve um raro caráter de alucinação. Alípio Abranhos passou a ser o *infame*, o *canalha*. Nessa mesma noite toda a sua vida foi explorada, rebuscada como uma velha algibeira, na esperança de se encontrar algum escândalo esquecido. Disse-se que fora o amante da velha *Madame Gato*, que tinha um prostíbulo no Arco do Bandeira; espalhou-se que era filho de um sapateiro de Penafiel, muitas vezes condenado por ladrão; afirmou-se que vivia em desavenças contínuas com sua mulher e que os vizinhos ouviam de noite os gritos das lutas conjugais; contou-se que o velho Dr. Vaz Correia lhe dera pontapés no escritório, por o ter encontrado a falsificar um documento; murmurou-se que era dado em Coimbra a deboches contra a natureza.

Dos artigos dos jornais nem falarei, para não concorrer a desacreditar mais ainda, perante o público, uma instituição a que implicitamente pertença.

Sentia-se que a sessão seguinte seria, na frase consagrada, “tempestuosa”. Com efeito, as galerias trasbordavam de gente: todos os amigos que outrora pertenciam às *soirées* do Desembargador Amado, e que, agora, começavam a frequentar a casa dos Abranhos, lá estavam. Esperava-se que em presença das recriminações, que não podiam deixar de se produzir da parte da maioria indignada, Alípio Abranhos pronunciaria outro discurso, no qual o orador se mostrasse, na frase que ouvi a não sei que personagem: “Demóstenes multiplicado por três!”

Lá estava o coronel Serrão, que idolatrava Alípio, descarregando olhadelas ferozes como cutiladas sobre os “cachorros da maioria!” Lá estava o Conselheiro Andrade, que acompanhava D. Virgínia e a bela Fradinho; lá estava o sobrinho da pobre D. Joana Carneiro, em bicos de pés, na última bancada, e à frente, mais sombrio, mais meditativo, o *Doutor*.

Antes da ordem do dia, um deputado de estatura hercúlea e de voz de roncão, pediu a palavra. Era o famoso Gorjão, e a sua presença na tribuna, onde ele subiu, se plantou, fazendo reluzir sob as sobranceiras espessas um olhar coruscante, revelou suficientemente o plano infame da maioria. Eu classifico este plano com uma palavra: tentativa de assassinato.

O famoso Gorjão representava no partido dos *Rei armadores*, a que ele de resto sempre pertenceu, o papel que desempenhava nas redações dos jornais parisienses da Restauração o espadachim, tão poderosamente descrito por Balzac. O espadachim era ordinariamente um antigo oficial da Guarda Imperial, que a Restauração reformara, e que, levado à miséria pelo absinto, o tabaco e as fêmeas, alugava a força do seu pulso e a sua destreza à espada a algum jornal de combate. De olho avinhado, voz catarrosa, bigode erriçado, grande casaco debruado de astracã abotoado até ao pescoço, cabelo à escovinha, chapéu ao lado, este personagem temeroso passava o seu dia na antes-sala de uma redação, queimando o cachimbo de espuma, repastando-se nos jornais de histórias de crimes e de roubos, e esperando que pessoas ofendidas subissem as escadas, a pedir a explicação de um artigo muito insultante ou de uma calúnia muito direta. E se algum desgraçado aparecia, o feroz indivíduo erguia a sua enorme estatura, escarrava grosso no chão, e perguntava com voz agressiva e o olho raiado de sangue:

– As suas armas? Os seus padrinhos? As ordens!

E, ou o ofendido recuava diante da medonha aparição deste cão de fila – ou, ao outro dia, recebia, através de uma entranha essencial, a lâmina infalível da sua espada.

Gorjão era, entre os *Reformadores*, o espadachim do partido. Ele foi, durante vinte anos, neste país, o *papão*! A sua barba negra era feroz, e quando descia o

Chiado com o chapéu sobre o olho, fazendo sibilar a bengala, um terror invencível contraía o coração dos cidadãos... A sua biografia, desde Coimbra, era uma lenda pavorosa de cabeças partidas, queixos esmigalhados, tremendos heroísmos de pulso. Quando entrava num café, toda a gente se curvava palidamente sobre o periódico ou o copo de genebra, evitando ser notado por ele – pois se dizia que o seu olhar era imediatamente seguido do seu murro. O Marrare, então florescente, era o antro desta fera. Quando ele morreu de um catarro de bexiga, Lisboa sentiu um alívio suave e as costas dos cidadãos endireitaram-se, porque já não as ameaçava de alto a bengala do Gorjão.

A intenção perversa da maioria era, pois, clara: Gorjão, da tribuna, injuriava Alípio; Alípio, bravo, retorquia com irritação; e Gorjão, nos corredores, esmagava Alípio a murros, ou, ao outro dia, nas terras da Pólvora, varava-o com uma espadeirada!

Parece hoje provado que tal plano fora resolvido numa reunião da maioria: vergonha eterna! Não procederia de outro modo uma conjuração de zulos, agachados ferozmente entre o alto tojo africano, no Kraal de Cettivayo! Este grosso brutamontes entrara para S. Bento para assassinar a Eloquência, o Patriotismo e o Gênio, na pessoa de Alípio Abranhos!

Ainda bem que te matou, fera, um providencial catarro de bexiga: a tua bengala não mais oprime os homens livres, e eu posso impunemente, e com regozijo, escarrar-te sobre a sepultura – já que o haver-te escarrado na face ter-me-ia sido impossível, por ser, como sou, de constituição delicada!

Com efeito, as fauces do cão de fila abriram-se, e durante uma hora ladrou a injúria; e como ele tinha (meu Deus, sejamos justos com todo o mundo!) uma certa habilidade de prosa, uma experiência astuta da perfídia parlamentar, não o fez claramente, o que lhe atrairia sobre o dorso as severidades do Regulamento. Não pronunciou o nome de Alípio. Falou apenas do *traidor*, do *apóstata*, e sob esta designação vilmente vaga, rugiu, com punhadas de atleta, a sua verrina estudada. O desgraçado, porém, participava, como todos os da sua corpulência, da clássica estupidez dos colossos: não contava com a finura, a habilidade, o gênio de Alípio.

Com efeito, o nosso herói deu-lhe uma lição severa: todo o tempo que o Roldão da Baixa trovejou, Alípio, curvado, rufava tranquilamente com os dedos sobre a sua pasta de verniz.

E quando, entre os aplausos da maioria alucinada, o medonho Gorjão terminou, lançando uma apóstrofe “aos cobardes que sob a injúria, em lugar de erguer a cabeça em desafio, rufam, agachados, sobre as mesas” Alípio, que todos esperavam ver pular para a tribuna, tomou serenamente o *Diário do Governo*, e pôs-se a folheá-lo com placidez.

Dos bancos da maioria saíram vozes:

– Que nojo! Que abjeção!

Mas o grande homem, pálido, sim, de emoção reprimida, mas sereno na aparência, continuou imperturbável a folhear o *Diário do Governo*. Assim o plano da maioria falhava. Alípio Abranhos, provocado, insultado, caluniado, lia o *Diário do Governo!*

Esperando provocar-lhe uma cólera fatal, produziam-lhe apenas uma serenidade sublime!

Daqui, uma raiva desordenada e outro orador da maioria, o Sr. Albino Peixoto, subir à tribuna: depois do Roldão trovejante, era Simão de Nântua, o melífluu.

Este personagem, com efeito, pela face redondinha e jovial, de óculos de ouro, por todo o seu serzinho barrigudo, pela untuosidade vaga das suas palavras, pela sua plácida polidez, assemelhava-se ao amável filantropo, cheio de provérbios e de virtude, de que fala o livro querido onde aprendemos a soletrar.

O seu discurso foi a repetição das mesmas injúrias, mas em voz suave e chorosa. Os vitupérios que o outro rugira, este lagrimejou-os. Era, de resto, pessoa de uma proverbial pacatez: havia nos seus movimentos a hesitante timidez de um míope que perdeu os óculos; caminhava na vida como na rua, com extremo cuidado, evitando pisar um calo ou uma susceptibilidade.

Em consequência da sua autoridade intelectual (e não, como vilmente se disse, porque deste não tinha medo), Alípio decidiu responder-lhe.

O silêncio que se fez na Câmara quando Alípio Abranhos se ergueu e pediu a palavra, foi um daqueles clássicos silêncios – muito conhecidos e estimados em retórica “que precedem as tempestades”.

Começou por dizer que se erguia para responder ao Sr. Albino Peixoto – e só ao Sr. Albino Peixoto – acrescentando estas palavras tão admiradas, tão dignas de ficarem clássicas (ainda que se disse depois perfidamente que ele as imitara de Guizot):

– Pode o ilustre deputado acumular as calúnias, elas não chegarão à altura do meu desprezo!

Peixoto ergueu-se de um jato, e ereto palidíssimo:

– O ilustre deputado insinua que eu sou um caluniador?...

– Ordem! Ordem!

Resposta admirável de Alípio Abranhos:

– Eu não quero insinuar que o ilustre deputado é um caluniador. Eu só afirmei, e claramente, que o ilustre deputado acumulou calúnias!

– Ordem! Ordem!

Leio no extrato da sessão esta infecta interrupção de Gorjão:

– Não responda, Peixoto! Para os cobardes, só o escarro ou o chicote...

Alípio Abranhos não se dignou responder-lhe.

Mas o pacífico Peixoto, que decerto a maioria excitava, exclamou lívido:

– O desprezo de um homem de bem poderia magoar-me, o desprezo de um traidor só me regozija!

Triunfante réplica de Alípio Abranhos:

– Traidores são os que vendem a sua pena e fazem de um jornal um prostíbulo!

Esta alusão a certos fatos lamentáveis da carreira jornalística de Albino Peixoto, produziu uma tormenta que eu encontro assim descrita no *Diário das Câmaras: (Sensação prolongada. Diversas interrupções que não chegam à mesa dos taquígrafos. Os senhores deputados, de pé, em grande confusão, trocam palavras coléricas. O Sr. Presidente, não podendo fazer-se escutar, suspende a sessão).*

O que me resta contar é doloroso. Nos corredores da Câmara, Alípio Abranhos é subitamente interpelado pelo Dr. Albino Peixoto, que se lança de entre um grupo da maioria, e lhe grita:

– Retire as palavras que disse, senhor!

Alípio, prudente, balbuciou:

– Mas colega... mas caro colega...

– Retire as palavras, canalha! – rugiu Peixoto.

Alípio (como ele me disse depois) ia talvez, por amor da dignidade parlamentar, retirá-las, quando Gorjão, intervindo bruscamente, trovejou:

– Não retira nada! Entre cavalheiros, estas questões de honra não se tratam assim. Não retira nada! Venha daí, Peixoto...

Arrastou o Dr. Peixoto e, daí a pouco, voltava acompanhado de um certo Sequeira, que depois morreu em África, e dirigindo-se a Alípio Abranhos:

– Preciso fazer-lhe uma comunicação séria. Tenha a bondade de nos acompanhar ao gabinete A da Comissão de Fazenda.

Alípio seguiu-o, e, com ele, todos os seus amigos, na expectativa excitante de um conflito inesperado. Porém entraram sós no gabinete A da Comissão de Fazenda e aí Gorjão, que retomara o seu ar pomposo, declarou:

– Vimos aqui numa missão de honra. O nosso amigo, Dr. Albino Peixoto, reclama uma satisfação. V. Ex^a chamou-lhe vendido...

– Mas primeiro tinha-me ele chamado...

– V. Ex^a chamou-lhe vendido! O que ele tinha chamado a V. Ex^a é-nos perfeitamente indiferente. V. Ex^a chamou-lhe vendido, e, ou V. Ex^a, quando se abrir de novo a sessão dá explicações...

– Eu estou pronto a dar explicações... (Ouço daqui estas palavras precipitadas de Alípio Abranhos, que, com os seus altos princípios de civilização, tinha o horror dos conflitos de força).

– Perfeitamente. As explicações são estas: V. Ex^a sobe à tribuna e diz: “Declaro que, quando disse que o meu amigo Albino Peixoto era um vendido, menti, e que tenho as provas mais evidentes da sua probidade impecável!”

– Então os senhores querem que eu diga publicamente que menti?...

– Não querendo dar esta explicação, tenha a bondade de nos dizer a que horas poderemos encontrar dois amigos seus, para regular as condições do combate...

– Do combate?... Mas, queridos colegas, ponham-se no meu lugar...

A estas palavras tão cordiais, tão conciliadoras, o brutal Gorjão respondeu:

– No seu lugar qualquer de nós tinha há muito tempo marcado a hora e as armas! V. Ex^a que diz?

– Ao menos quero consultar alguns amigos...

– Consulte V. Ex^a os seus amigos.

Consultou, com efeito, dois amigos – mas, infelizmente, escolheu aqueles que eram menos próprios para promover uma solução humana, sensata e cristã. Não os mencionarei, porque vivem ainda e ocupam altas situações no Estado. Chamarei a um *A* e ao outro *B*.

A, fidalgo de alto porte, recebera das tradições da sua raça, um pouco deteriorada, o preconceito clássico do *ponto de honra*. B, moço estimável, valente, caçador, possuía uma única especialidade: a sua destreza à pistola e ao sabre. Ambos, em questões de honra, tinham a manter uma reputação de seriedade e de valor. De resto, tanto um como o outro, perfeitos cavalheiros, mas, infelizmente, muito predispostos, por índole, a soluções violentas.

Estes dois amigos opinaram, com a unanimidade de um coro antigo, que aceitar tal exigência, era aceitar, implicitamente, uma humilhação infamante. Um homem que se declara mentiroso, fecha diante de si as portas da Sociedade, da Vida Pública e dos seus conhecidos. O Sr. Abranhos passaria daí por diante a ser um covarde estabelecido. O medo seria a sua profissão. Tornar-se-ia o homem que se pode insultar sem perigo. B disse-lhe mesmo brutalmente:

– Um homem que comete no começo da sua vida pública uma tal cobardia, torna-se, mais tarde ou mais cedo, um *armazém de pancada!* Mostre que é homem e ninguém o torna a insultar.

Que se podia responder a isto? Havia, sob o ponto de vista social, alguma verdade naquelas frases triviais. Alípio Abranhos ou tinha de ceder às regras absurdas, obsoletas, monstruosas que regulam a sociedade, ou tinha de abandonar essa sociedade e a carreira que um dia lhe daria o delicioso prazer de a dominar.

Mas a ideia de se colocar diante de uma espada desembainhada ou de uma pistola aperrada! Teve, um momento, o desejo furioso de fugir com D. Virgínia, com o Bibi, para um canto ignorado da terra, e aí, vil mas intato, sem elogios nos jornais, mas com todos os membros no corpo, gozar egoistamente o amor, a paternidade, o repouso, a natureza, o conforto...

Mas consentiria Virgínia em ser a esposa do *covarde Alípio*? Não seria cruel condenar Bibi a ser o filho do *abjeto Abranhos*? Que diriam os jornais? Que diria o coronel Serrão? Que risadas no Marrare! Esta ideia torturava-o. E foi com grande dignidade que respondeu a A e a B:

– Eu não tenho medo, os amigos bem o sabem. A minha questão é de princípios. Sou um homem de progresso, e repugna-me esse meio de salvar a honra, à maneira da Idade Média! Mas enfim, a sociedade é a sociedade... Vão-se entender com a fera do Gorjão. Espero-os em casa... Mas prudência, lembrem-se que tenho família.

As negociações foram longas, muito delicadas. Infelizmente, parece que desde a primeira palavra entre as testemunhas, ficou assente *a priori*, como base natural da argumentação, que “haveria duelo”, e, às 8 horas da noite, Alípio recebeu no seu escritório os seus amigos A e B, que lhe anunciaram em voz

baixa que ele, Alípio Abranhos, se batia à espada, às sete da manhã, na Cruz Quebrada, e que os do Peixoto lhe deixavam a ele, Abranhos, a escolha do cirurgião que melhor lhe conviesse.

– Um cirurgião! – exclamou Alípio, juntando as mãos, atônito.

– E necessário um cirurgião, para o caso de ser preciso, por exemplo, ligar uma artéria. Enfim, é sempre indispensável um cirurgião...

Alípio curvou-se, calado. Há, em certos silêncios humanos, em certo humano vergar de ombros, uma ironia feroz, que deve fazer corar o destino, envergonhado da sua tirania... Alípio Abranhos ficou só no escritório, prostrado sobre o canapé – tendo diante de si a visão nítida de um corpo retalhado a golpes de espada, que uma viúva pranteia, esguedelhada.

A voz do padre Augusto que, como costumava, dizia algum inocente gracejo à Joana, (bonita criada que eu ainda conheci) tirou-o deste legítimo torpor, e de repente, como um pássaro que subitamente atravessa uma sala aberta, uma ideia de um engenho sutil atravessou-lhe o espírito.

Abriu a porta, chamou o padre, e com uma gravidade que fez arregalar de terror os olhos do bom eclesiástico, murmurou:

– Padre Augusto, vou-lhe confiar um grande segredo... Um segredo tremendo, que há de ficar consigo.

O padre, aterrado, balbuciou:

– É em confissão? E segredo de confissão?

– Não! – exclamou logo Alípio. – Pelo amor de Deus! Nem por sombras o considere segredo de confissão. Que tolice! Credo! Isso estragava tudo... Fique bem entendido que não é segredo de confissão... Mas é um segredo que lhe confio: bato-me amanhã em duelo!

– Caramba! – exclamou o respeitável sacerdote, caindo de chofre no canapé.

Então Alípio, sentando-se junto dele, contou-lhe a história do seu duelo. E terminou dizendo:

– Se eu lhe digo tudo isto é para que seja o amigo que amanhã, se houver desgraça, console a Virgínia. E agora adeus, que tenho papéis a pôr em ordem... Mas guarde o segredo, que pode a coisa chegar aos ouvidos da polícia e transtorna-se tudo.

O sacerdote queria objetar, pregar, parabolar – mas Alípio, suave e firme, empurrando-o pelos ombros:

– É uma coisa decidida. Adeus. E agora veja lá, padre Augusto, não o vá dizer... Que a polícia, se o sabe, impede a coisa... Adeus. E amanhã, às sete, na Cruz Quebrada. Não se esqueça – às sete – e guarde-me o segredo, amigo.

Padre Augusto foi ao cabide do corredor, agarrou o chapéu, e precipitou-se pela escada, como uma pedra que rola.

Ao outro dia, às sete da manhã – uma manhã clara, fria e seca – quando Alípio com as suas testemunhas chegavam ao sítio aprazado, o Regedor de Belém e seis cabos de polícia, desembocando com fúria de trás de um maciço de árvores, apoderaram-se dos sete cavalheiros (incluindo o respeitável Teles, cirurgião)!

Foram postos em liberdade às dez horas, de sorte que D. Virgínia soube por seu marido do perigo que ele correra, e da intervenção providencial, que lho salvara. O seu orgulho foi grande. Alípio tomou para ela as proporções de um d'Artagnan, de um Conde de Monte Cristo! E a sua ternura, os seus afagos, a sua admiração, estavam dando a Alípio momentos deliciosos, quando a Joana lhe veio dizer que os Srs. *A* e *B*, desejavam absolutamente falar-lhe e esperavam na sala.

– Há de ser para o almoço... Há sempre um almoço...

Não, não era para este fim honesto: era para lhe dizer – para que *A* lhe dissesse secamente, sem se sentar, com as mãos nos bolsos das calças, fazendo tilintar nervosamente um molho de chaves:

– Está provado – temos a prova evidente – que a polícia foi avisada por um amigo desta casa... Isto é uma brincadeira torpe. Nem as testemunhas do Peixoto, nem nós, somos pessoas com quem se brinque torpemente. O duelo que não pôde ter lugar hoje, há de ter lugar amanhã, no Lumiar. Se a polícia aparecer de novo, o que não é natural, agora que ela está desprevenida, ficaremos cientes que o mesmo amigo desta casa a avisou, e nesse caso nós todos nos consideraremos ofendidos, e V. Ex^a terá de se bater por ordem de número, com o amigo Gorjão, o amigo Sequeira, o amigo *B*, este criado de V. Ex^a, e depois, com o Peixotinho! Cinco duelos em lugar de um!

– Mas eu dou a minha palavra de honra... Eu não tenho culpa... É um assassinato!.

– Temos a honra de desejar a V. Ex^a muito boas tardes. Aqui estaremos amanhã, às sete. E a mesma tipóia, o cocheiro é seguro... E o *Pintado*. Não se incomode V. Ex^a... Criado de V. Ex^a...

Alípio, só no escritório, teve um grito de revolta:

– Aí está o que é um homem de bem meter-se com espadachins!

Se ele tivesse posto este negócio nas mãos prudentes do Conselheiro Andrade ou do Fradinho, por exemplo, a solução decerto teria sido outra, toda honrosa, toda amigável; mas entregara-a a dois personagens sôfregos de publicidade, pedantes do ponto de honra – e ali estava agora, empurrado fatalmente para diante de uma espada nua!

Que se passou na alma deste grande homem, nessa noite de agonia? Mal sabiam os que passavam, à saída de S. Carlos, pelo Largo do Quintela, que ali, no segundo andar, por trás de uma janela iluminada, havia um *Horto*, uma hora do *Jardim das Oliveiras*.

Quantas sensações, ideias, imaginações, se revolveram naquele vasto e complicado cérebro de estadista. Ele revelou-me algumas dessas torturas em detalhe. Ao princípio tentou correr a casa do Petit, e pedir-lhe que lhe ensinasse um *bote-secreto*, desses de que lera nos romances, que se aprendem em Itália e que inspiram terror nas salas de esgrima. Pensou em fazer o seu testamento, mas pareceu-lhe um *mau agoiro* lúgubre. Desejou então que houvesse uma revolução, ou um incêndio que devorasse metade da cidade, uma catástrofe social, e ficava a olhar, desesperadamente, para a tenebrosa pacatez do Largo do Quintela. Lembrou-se com prazer, com esperança, que o Peixotinho sofria de um aneurisma... Quis rezar, mas distraía-se: permanentemente, via a mesma visão da véspera – um corpo traspassado de estocadas, e uma viúva, desgrenhada, soluçando.

Que desespero! E ainda nessa tarde estava tão seguro, já com todo o perigo passado, saboreando as felicitações do seu fácil heroísmo, descansado para sempre, e agora ali se via outra vez, recaído nas agonias da incerteza e nos terrores da Eternidade...

Enfim, ao outro dia, depois de um sono agitado, uma carruagem que parou à porta despertou-o.

Dissera na véspera a D. Virgínia que havia, com efeito um almoço de amigos no Farol da Guia, e que deviam sair cedo; e tão persuadida ela ficara, que apenas murmurou, meio a dormir, voltando-se para a parede:

– Tem cautela... Não faças excessos, sabes que te dá a dor...

Aludia a certos espasmos nervosos de que ele sofria no estômago.

Partiram. A manhã, muito fria, estava nublada e parda. *A* e *B*, justo é dizê-lo, que na véspera se tinham mostrado tão secos, tão cortantes, representavam agora com uma solícitude tocante o seu papel de *padrinhos*. Enquanto a caleche *batia* – e parecia a Alípio Abranhos que uma tal velocidade era um exagero

irritante – davam-lhe conselhos práticos, tirados da própria experiência e adequados aos conhecimentos elementares que Alípio Abranhos tinha da esgrima: – que se não descobrisse muito; a ponta da espada sempre diante dos olhos do adversário; que nunca recuasse – e a sua solicitude era tão grande, que apagaram os charutos matinais, vendo que o fumo enjoava Alípio. O grande orador, no entanto, como ele me revelou mais tarde, sentia uma lassitude extrema, o desejo mórbido de um sono profundo, de anos, em que nada o perturbasse, nem os despeitos do Peixotinho, nem as crises do Estado, nem a piedade dos seus amigos. Por vezes uma casa, ou uma esquina de rua, recordavam-lhe outras épocas de felicidade tranquila, em que a morte lhe aparecia como uma hipótese distante. A morte!... Maldição! Ia agora talvez para ela, ao trote exagerado, estupidamente exagerado, daquela magra parelha de praça... Lamentou então as coisas boas da vida – os jantarzinhos em família, as carícias de Virgínia, o seu quarto em casa das Barrosos, em Coimbra, e os folhados de cocó, de que gostava tanto!

Mas, temendo que o seu silêncio pudesse ser tomado como a prostração do medo, começou a falar com os seus amigos de política com uma prodigiosa lucidez e – segundo me afirmou depois um destes cavalheiros – num tom em que se sentia uma solenidade de testamento.

Chegaram enfim, e viram logo, ao pé de uma árvore magra, o grupo do Peixotinho e dos padrinhos, tagarelando jovialmente.

Depois das saudações tradicionais, os quatro cavalheiros, reunidos ao pé da árvore, falaram baixo, marcaram o terreno, desembulharam as espadas e colocaram os adversários nos seus lugares, com uma vivacidade muda, que parecia a Alípio Abranhos comparável, segundo o que lera, aos preparativos rápidos e taciturnos dos carrascos sobre o cadafalso.

Apenas colocado, Alípio sentiu com terror tomá-lo um vago enjoo: ou fosse o balanço da tipóia ou o ar frio da madrugada, o estômago, segundo a frase popular, “embrulhava-se-lhe”.

Quando lhe deram a sua espada, um suor frio banhou-lhe a testa; uma debilidade esvaía-lhe os rins... Desejou vivamente uma cama, um encosto, mas vendo que o

Peixotinho o fixava por trás dos óculos de ouro, resolveu ser heróico e plantou-se firmemente sobre o solo, ereto, esperando o sinal.

A, bateu as palmas – e então, subitamente, viram Alípio esgazear os olhos, abrir a boca e apoiando-se fortemente sobre a espada, debruçado sobre ela, vomitar, vomitar longamente, primeiro resíduos mal digeridos de comida, depois uma baba gelatinosa, e finalmente, com anseios roucos, fez esverdeadas! A,

sustentava-o pelos ombros; B, amparava-lhe a cabeça, e o grande orador, entre os puxões dos vômitos, murmurava com os lábios babados:

– É do estômago! ... É um bocado... de indigestão!

Todos viram bem que “era do estômago” e ninguém duvidou do seu valor.

Peixoto, porém esquecendo toda a delicadeza, disse alto, com desdém, voltando-se para os seus padrinhos:

– Eu esperarei... Deixá-lo vomitar... Que vomite, que vomite!

Tanto desprezo indignou Alípio: endireitou-se, pálido, e tomando o ferro, balbuciou:

– Estou bem, estou melhor... vamos a isto!

E com uma patada na terra mole, ergueu alto a espada.

O Conde contou-me depois que mal tivera consciência da luta; vira os dois longos clarões das lâminas lustrosas, e subitamente sentiu na orelha uma frialdade fina, penetrante. Recuou com um berro:

– Estou ferido! Estou ferido na orelha!

O cirurgião correu – e a serenidade penetrou longamente, largamente a alma de Alípio, quando o ouviu declarar:

– Não é nada; é um golpezito. Com adesivo está pronto em três dias!

A honra foi, no cerimonial do estilo, declarada satisfeita; os dois adversários que, segundo dizia a *ata*, se tinham batido como leões, apertaram-se as mãos, chamando-se Excelências, e Alípio voltou para Lisboa com os seus padrinhos, na tipóia, tapando a orelha com o lenço.

Tal foi este combate histórico.

Os jornais da oposição celebraram o orador que sustentava as suas ideias com a espada e derramava por elas o sangue da sua orelha. D. Virgínia sentiu todo o seu amor flamejar mais alto e mais forte, por este homem que lhe parecia superior aos Roldões e aos Oliveiros. Os jornais do Governo, esses sim, falaram com escárnio dos vômitos do orador, mas foram bem depressa reduzidos ao silêncio pelos jornais da oposição, que lembraram que anos antes, o Ministro das Obras Públicas, batendo-se em duelo, não vomitara, mas tivera um tão vergonhoso contratempo intestinal, que fora necessário conduzi-lo a uma venda próxima, onde, durante horas, o prostrado estadista circulou lividamente de um

banco da cozinha para um recanto do pátio, como sob a influência dissolvente de óleo de rícino tomado sem discernimento!

Como, porém, nem a intempestiva indigestão de Alípio Abranhos, nem o desastroso relaxamento do Sr. Ministro das Obras Públicas foram exarados nas atas, o público considerou estas insinuações como meras táticas de discussão política e a coragem de Alípio ficou estabelecida em bases duradoiras. Mais tarde o Conde tinha mesmo uma certa vaidade neste duelo, a que ele chamava o seu “batismo de sangue”. Pelo menos deveu-lhe um resultado estimável: depois dessa gota de sangue, os comentários irritantes sobre a sua passagem para a oposição foram respeitosamente suprimidos.

Foi por este tempo – se me não enganam os documentos que possuo – que se começou a organizar em torno de Alípio Abranhos um grupo fiel de amigos íntimos, a que se chamou maliciosamente a *coterie Abranhos* ou a *panelinha Abranhos*, mas que eu depois designei num folhetim do *Globo* geralmente estimado, com o nome mais respeitoso e mais justo de “*Salão de S. Ex^a*”. Não se creia, porém, que eu digo o *Salão de S. Ex^a* como diria o salão de M.me Récamier, o salão de M.me de Girardin, ou o salão de M.me Adolphe Adam, ou ainda, numa ordem mais efêmera e mais boémia, o salão de M.me Troubetskoï; estes salões são uma pura instituição parisiense, que Londres, Viena, Roma, Madrid, Berlim, copiam, dando-lhe a feição particular da raça, das maneiras e da preocupação nacional. Tudo difere, por exemplo, entre um salão de Berlim e um salão de Roma, desde a decoração das salas até às figuras familiares e características. Num salão berlinense, tudo é duro, estreito, hirto, fortemente destacado, desde a cor viva dos papéis ou das sedas baratas, até à forte iluminação de um gás econômico, que dá o mesmo tom áspero ao loiro seco dos cabelos das mulheres e à figura regrada do oficial de Estado-Maior.

Pelo contrário, num salão de Roma, tudo é discreto, de meias-tintas, sóbrio, desde a decoração dos mármore plácidos, dos doirados leves, da luz aristocrática dos candelabros, até à palidez dos rostos, ao frufu sutil das caudas dos cardeais e ao murmúrio brando do italiano, falado por vozes discretas e delicadas.

Não falo por experiência própria. A minha posição subalterna na sociedade nunca me permitiu viajar ou penetrar nesses recintos augustos, mas uma pessoa eminente da minha família, meu bom tio Julião, *touriste* bem conhecido, tem-me esclarecido sobre estas formas luxuosas das civilizações superiores.

Em Lisboa, porém, o *Salão* não existe. Não me compete estudar aqui as razões desta deficiência: enuncio somente o fato; portanto, quando digo o *Salão do Conde d'Abranhos*, quero designar uma reunião pacata e íntima, onde se toma um chá bem servido, se abre uma mesa de voltarete, se toca uma valsa conhecida e se fala no preço dos gêneros ou nos “podres” das famílias.

As *soirées* do Conde d'Abranhos eram desta estimável espécie. Não havia cerimoniais nem aparato: às dez horas vinha o chá com torradas e bolachas de água e sal; às vezes duas senhoras enlaçadas valsavam graciosamente; não poucas vezes eu fui chamado a recitar alguma poesia dos nossos grandes líricos; e os homens graves repousavam dos cuidados do Estado num pacato voltarete a Vintém.

Insisto nestes detalhes, para destruir a errada opinião (que tende a introduzir-se na História Contemporânea) de que o *Salão Abranhos* era uma *caverna política*. Não nego decerto que por vezes se não falasse dos negócios públicos, e que, quando o Ex.mo Conde era ministro, as personalidades eminentes da maioria não viessem tomar sem cerimônia a sua chávena de chá. Posso, porém, afirmar, que nunca nestas pacatas *soirées* se decidiram ou se combinaram os grandes movimentos da política, como sucede nos *salões* estrangeiros, onde, segundo me tem contado meu bom tio Julião, se tramam, por trás dos leques, golpes de Estado e se decidem os destinos da Pátria entre duas vazas de whist!

Os íntimos dos Abranhos, eram, na sua quase totalidade, os antigos familiares do Desembargador Amado.

Era o coronel Serrão – sempre o primeiro a chegar, bufando alto, de aspecto feroz e coração bondoso, sempre com sua filha Catarina, magra e estonteada, de grande cuja, os dentes maus do abuso dos doces, as omoplatas salientes sob o corpete do vestido atabalhoado. Nunca simpatizei com esta família.

Era a excelente D. Joana Carneiro, cujo cirro no estômago alastrava, inspirando geral compaixão, sempre triste, trazendo todas as noites a narração dos sintomas crescentes da sua doença. Acompanhava-a, amiúde, um sobrinho, *marialva* de calça justa e jaquetão cingido, grande frequentador do Café Central, com voz rouca da noitada da véspera, e sempre acanhado de se encontrar naquela sala, entre senhoras, num lugar onde nem havia fadistas, nem pilecas, nem meios litros. Sua tia, inquieta do futuro, procurava afincadamente colocá-lo numa repartição do Estado.

Era ainda a enorme D. Amália Saraiva, a que também já me referi neste trabalho: os seios fenomenais desta senhora, que se iam desenvolvendo progressivamente com os anos, pareciam dois mundos. Quando desapertasse o vestido fortemente espartilhado que os continha, o trasbordar daquelas duas prodigiosas massas de tecido celular devia ser um espetáculo pavoroso e grandioso! Viúva de um homem que prestara vagos serviços ao Estado, reclamava agora com pertinácia uma justa pensão. Vinha geralmente com sua delicada filha, a tocante Julinha, adorável pela fidelidade e graça juvenil com que recitava *A Lua de Londres* e outras maravilhas da literatura pátria.

Não devo esquecer o Conselheiro Andrade, agora frequentador assíduo do *Salão Abranhos*, pequeno, aprumado, escarolado, com o seu perfil de jurista, as sucinhas brancas, o ar próspero. Proprietário abastado do Ribatejo, continuava a dar toda a sua atenção à agricultura, e, como agora escrevia artigos profundos no *Arquivo Rural*, este lado literário da sua personalidade estabeleceu entre nós uma simpatia, que, vindo de um homem tão opulento, é ainda uma das honras da minha carreira.

Infalível, também, era *o Doutor*, aquele cavalheiro estimável, mas de aspecto lúgubre, que todos apenas conheciam por este nome: *o Doutor*. Sempre vestido de preto, sempre de luvas, amarelo como uma cidra, persistia na sua mudez taciturna; porém, continuava a escutar com uma atenção intensa, a testa franzida, piscando vivamente os olhos, como num profundo trabalho cerebral. Respeitador fervente das instituições, das personalidades oficiais, ninguém sabia ainda onde ele vivia, nem de que vivia: mas precipitava-se com tanta veneração (porque era homem de sociedade) a tomar as xícaras vazias das mãos das senhoras, dizia com tanta convicção, na sua voz cavernosa, “tem V. Ex^a carradas de razão”; que era geralmente considerado como um excelente moço.

Mas a maior animação daquelas *soirées* era dada, como outrora em casa do Desembargador, pelos nossos conhecidos Fradinhos. O Dr. Fradinho, que teve depois uma tão gloriosa carreira, não passava então de um modesto advogado. Possuía, porém, uma certa fortuna, e com as suas lunetas de ouro e o farto bigode, era na verdade um belo homem. Nada encantava nele todavia como a vivacidade da conversa; não, em boa verdade, que eu jamais lhe ouvisse expor uma ideia original ou um dito faiscante: mas era fecundo e verboso. Ninguém conhecia melhor a nossa legislação, e sobretudo a da Bélgica, o seu país favorito. Era além disso ativo, ambicioso, dúctil, e a sua admiração, a sua dedicação por Alípio Abranhos, davam o traço dominante do seu carácter.

De D. Luísa Fradinho, que direi? Como em casa do Desembargador, quando ela entrava na sala dos Abranhos, com o seu belo corpo de Juno, o penteado alto, o brilho dos olhos felizes, a sala iluminava-se daquela luz particular que irradia da beleza feminina. E certo que a sua amabilidade, o seu *espírito*, deram lugar a que a sua reputação fosse manchada pela nódoa de uma calúnia anônima; eu não a creio, porém, culpada e se havia entre ela e o bacharel Tavares uma grande intimidade, provinha somente de que os seus espíritos, muito semelhantes, encontravam na conversação um encanto mútuo e todo intelectual.

Este bacharel Tavares era um primo segundo de D. Virgínia. Formoso e variado talento o seu! Pintor, poeta, dramaturgo, cultivava estas artes apenas como amador. Algumas das suas deliciosas traduções de *vaudevilles* foram representadas com êxito no Ginásio, sob o pseudônimo de *César Trajano*, e os

seus versos, de um encanto penetrante, de uma suavidade simples, à João de Deus, só os dizia muito solicitado, ou oferecia às senhoras alguma cópia, que era ao mesmo tempo uma obra notável de caligrafia.

Este formoso talento era amanuense na Procuradoria Geral da Coroa, e ele não me ocultou que esperava da futura elevação política de Abranhos a sua própria elevação na carreira publica, esperança que era de resto partilhada por todos os familiares do *Salão Abranhos*, aos quais devemos acrescentar o padre Augusto e os Amados.

Toda esta gente, com efeito, seguia com um interesse ansioso a carreira parlamentar de Alípio Abranhos. Pode-se dizer que esta, desde a sua passagem para a oposição, não era pacífica nem preguiçosa: o grande orador, segundo a expressão conhecida, estava *sempre na brecha*. Nunca um ministério teve um inimigo mais persistente, mais vigilante: – interpelações, moções, ordens do dia, discursos, apartes, e muitas vezes, na sua justa indignação, patadas no soalho – tudo empregou contra o governo, à maneira do bravo combatente Roldão, que ia contra os mouros à espada, à pedra, e aos coices do seu ginete! Foi um período de febre, de batalha. Dizem-me que havia então nas suas palavras, nos seus olhos, nas suas passadas, alguma coisa de guerreiro, de belicoso. A noite, ao chá, entre os amigos, exclamava, de pé, no meio da sala, com a chávena na mão:

– Hei de os atirar de cangalhas, minhas senhoras! Hei de os atirar de cangalhas!

É sabido, porém, que a Providência determinara que o ministério Cardoso Torres não seria “atirado de cangalhas” – segundo a sua pitoresca expressão – pelo nosso sublime Alípio Abranhos.

Com efeito, quando as Câmaras fecharam em Abril, o ministério Cardoso Torres era, como dizia Esquilo, o pomposo dramaturgo, “torre de ferro, de força e de domínio”. Alípio Abranhos, portanto, retirou-se como de costume para Campolide, a retemperar na comunhão da Natureza as suas forças cerebrais, exaustas por tantos combates da inteligência.

E foi aí, numa clara e luminosa manhã de Junho, que recebeu de golpe a notícia de que o ministério Cardoso Torres fora derrubado por uma revolução!

Não me compete aqui fazer a narração da Revolta de 20 de Junho. Os detalhes desse episódio são familiares à nossa geração. Um velho general despeitado, saltando através da Constituição, com a desenvoltura com que num circo um atleta salta através de um arco de papel, trotou tranquilamente para o Paço, seguido de três regimentos, e pediu a demissão do ministério e a concentração na sua pessoa heróica e legendária, de todo o poder social. Foi de resto um *pronunciamento* à espanhola, na proporção, todavia, que existe entre o feroz

gênio castelhano e o nosso temperamento pacífico, entre uma sangrenta corrida de Sevilha e uma alegre tourada no Campo de Santana. Não vimos as patéticas derramações de sangue que são da tradição clássica na violenta terra do Cid; houve apenas, segundo se diz, ferimentos ligeiros, facilmente curados numa farmácia amiga. E o general ilustre, que partira às sete da manhã, rebelde, à testa de um exército rebelde – voltava, às sete e meia, num trote sossegado, presidente do Conselho, à frente das forças da Ordem!

Que surpresa para esta boa população de Lisboa! Mas que desgosto para mim!

Eu, que nunca presenciara uma revolta nem uma guerra civil, perdia assim, roncando estupidamente o sono da madrugada, a oportunidade de ver um *pronunciamento*, de assistir a episódios de guerra, de testemunhar a única revolução armada da minha época, no meu país. E isto inteiramente por negligência minha. Eu escrevia então, com proveito e aplauso, as locais no jornal *O Estandarte*; às duas horas da manhã, depois de rever as provas de uma deliciosa anedota que copiara do *Almanach Pour Rire*, preparava-me para deixar a redação, quando dois colegas entraram, trazendo o boato de que o general citado organizava um movimento para essa madrugada, e propondo que tomássemos uma tipóia para “ir ver a revolução a Belém”.

Descemos ao Rossio e apreçamos uma caleche: o cocheiro, um batedor respeitado, o *Ginja*, pediu-nos 3\$60 para nos levar a Belém, a presenciar a revolta. Éramos três e isto constituía um desembolso de um quartinho por cabeça, para ir assistir a um fato histórico... Tanta rapacidade indignou-nos. Achamos odioso que o *Ginja* aproveitasse as desgraças da sua Pátria para erguer tão impudentemente a cifra das suas tarifas. Dissemos-lho em palavras severas e eloquentes: o *Ginja* ameaçou-nos com o pingalim. Então, percebendo que já se começavam a desencadear as paixões da plebe, recolhemos – eu pelo menos recolhi a casa, pensando que se o boato da revolta era exato e a impudência do *Ginja* um sintoma, veríamos ao outro dia, repetidos no Chiado e na Baixa, os horrores de 93 e as matanças de Setembro.

Mas a verdade é que eu não acreditava na revolta; e no meu quarto, depois de ter meditado, como costume todas as noites, sobre as vantagens da Ordem e a grandeza do Ente Supremo, adormeci, tranquilo e satisfeito.

Qual não foi o meu desgosto, ao outro dia, quando o Sr. Ferreira, estimável dono da casa de hóspedes onde eu então vivia, na Travessa da Conceição, me anunciou, atônito, que nessa madrugada houvera uma *revolução* em Portugal! Corri precipitadamente ao *Estandarte*... à mesma hora em que uma caleche entrava a largo trote nas portas da cidade, trazendo Alípio Abranhos, D. Virgínia, Bibi e a ama. O nobre homem público, como depois me disse textualmente o Conde, “precipitara-se para o seu posto, desde que soubera da crise da Pátria!”

Se houvesse guerra civil, ele queria bater-se em defesa da Carta e da Legalidade, e se se atender, – segundo a ata do seu duelo – à coragem que mostrara em frente da espada do Peixotinho, não duvido que daria um valente soldado da Monarquia, à maneira dos Charettes e dos La Rochejaquelins de imperecível memória.

Se não houvesse guerra civil, pensava combater a ditadura militar, na tribuna, se ela estivesse aberta, na imprensa, se ela fosse livre; senão, na rua, na Casa Havanesa, no Grêmio, em S. Carlos, no Magalhães do Chiado – pois não importa o púlpito a quem prega a verdade!

Apenas o Conde chegara a casa, o coronel Serrão, Fradinho e o *Doutor*, apareceram simultaneamente, prevendo com sagacidade que Alípio Abranhos decerto não se isolaria em Campolide, “quando Lisboa estava entregue a Cila”, como disse o eloquente Fradinho.

Então no meio dos seus amigos, fechadas as portas, Alípio trovejou. Uma tal violação da Carta, a introdução petulante, em Lisboa, dos métodos espanhóis, “a tirania da soldadesca”, indignavam-no. Foi, segundo depois me disse Fradinho, sublime; sentia-se, ouvindo a sua verbosidade trovejante – que pela cólera lembrava Juvenal e pela correcção era comparável a Cícero – que, se fosse dado a Alípio Abranhos subir à tribuna, aniquilaria, numa só sessão, a Ditadura, os créditos do velho general e a influência perversa das armas.

Fradinho acompanhava-o numa explosão paralela de cólera patriótica; o *Doutor*, de testa mais franzida, mugia apoiados surdos. Só o coronel, calado, fumava com desespero. No fundo da sua alma, o triunfo do velho general e do elemento militar encantavam-no: era a sua gente, que diabo! Eram os seus velhos companheiros, caramba! Porém, o seu respeito beato pelas opiniões de Alípio, abalava-lhe o entusiasmo; e coçava freneticamente o cabelo grisalho cortado à escovinha, rolando olhares ferozes, sacudido entre a influência civil de Alípio e o prestígio militar do velho general, furioso com o próprio cérebro, que não produzia naquela crise uma opinião profícua e pessoal.

De repente, D. Virgínia abre a porta da sala, agitada, e informa que “um primo do general quer falar ao Alípiozinho”. Ela não o conhecia, mas vinha fardado e parecia amável: no corredor até tinha feito cócegas na barriguinha do Bibi!

Alípio Abranhos aprumou a nobre estatura, na pose clássica do patriota ultrajado, pensando que à maneira de Luís Bonaparte depois do golpe de estado de 51, o General ditador ia prender, lançar no exílio as inteligências liberais.

Todavia as cócegas na barriga do Bibi pareciam pressagiar uma missão amiga... E foi com firmeza, embora pálido, que se precipitou para a livraria.

Os três amigos ouviram no corredor a voz alegre do militar exclamando:

– Como está V. Ex^a? Imenso gosto em ver V. EX^a. Desejo dar uma palavra a V. Ex^a...

Positivamente, vinha em missão amiga! Os três olharam-se, petrificados, sem compreender; e durante um quarto de hora – que tanto durou a entrevista pelo relógio do *Doutor* – passaram da janela para a porta, calados, em fila, com os charutos em riste e as mãos atrás das costas.

Fradinho contou-me depois que lhe bateu alto o coração, que sentiu *cólicas* como em Coimbra nas Sabatinas, quando ouviu de novo, no corredor, a voz jovial do militar: “um criado de V. Ex^a... Respeito os escrúpulos de V. Ex^a... Às três então... Não se incomode V. Ex^a.”

Logo que Alípio abriu a porta, mais pálido, três vozes devoradoras o assaltaram:

– Então?

– Que era?

– Que há de novo?

– O General propõe-me que entre para o ministério... Para a pasta da Justiça...

– E então?

– Pedi duas horas para refletir...

Porém “o caso” parecia prodigioso a Fradinho. Como? O General tinha feito uma revolta, e não formara de antemão, numa lista, num papel, o seu ministério? Mas Alípio explicou “o caso”. Havia, com efeito, um ministério preparado, que, segundo a frase pitoresca e histórica do capitão, acompanhara a expedição ao Paço, na bagagem. Mas à última hora, o cavalheiro que devia ser ministro da Justiça recusava, recusava com obstinação, recusava com frenesi, batendo patadas no chão. E o General, em presença daquela perrice, mandava oferecer a pasta a Alípio. Porque o General queria a legalidade, queria as Câmaras – e necessitava um Demóstenes. (Palavras do senhor capitão).

– E para isso não há outro em Portugal senão você, juro-lho eu! – exclamou com entusiasmo o coronel.

Era também, realmente, a opinião de Fradinho. Porque, enfim, colocava-se no bom-senso: qual fora, durante a sua carreira de oposição, o fim, a ambição de Alípio? Deitar de cangalhas os *Reformadores*! Caramba, eram as suas palavras textuais! E os *Reformadores* aí estavam de cangalhas, de pernas ao ar, o lombo na calçada! Prostrados, meu caro amigo, prostrados! O General, pois, fizera com a espada o que Alípio queria fazer com a língua! Era lamentável decerto; mas, desde que El-Rei entregara o poder ao General, a espada que era rebelde às

sete da manhã, tornava-se legal às sete e meia. Podia Alípio ter escrúpulo em a servir? Demais, ele, pela autoridade do seu talento, introduzia nesse ministério nascido da revolta, um elemento de moderação, de ordem; ele iria com a sua prática parlamentar constitucional, contrabalançar o que houvesse no temperamento do General de mais autoritário e de mais fanfarrão. Ele seria o elemento jurídico, ponderado, equilibrando o elemento militar. Ainda que lhe custasse, devia aceitar, para impedir que o General se lançasse numa ditadura muito pessoal. Era um sacrifício à Ordem, à Liberdade, à Carta. O amigo Alípio devia sacrificar-se!

Alípio, de uma palidez crescente, coçando nervosamente o “passa-piolho”, entrevia aspectos dessa coisa invejada, vaga, cintilante e prodigiosa: o Poder! o Ministério!

Via a sua entrada na Secretaria, entre espinhaços respeitosamente curvados; via-se distribuindo os empregos, dominando a magistratura; à porta, esperava-o o correio; e ao longe, estendia-se a estrada deliciosa que leva à Ajuda, ao aperto de mão de El-Rei.

Que sensação em Penafiel, quando se soubesse! Que ferro para os que o tinham chamado na imprensa *pedante* e *roncão*! Que vingança deliciosa para Virgínia, que iria ao Paço, enquanto a mulher de Cardoso Torres, que lhe chamara *sirigaita*, ficava fora da Corte, reduzida ao seu *crochet*! Poderia enfim compensar o padre Augusto dos seus serviços tão persistentes, tão desinteressados; erguer-se-ia diante do Amado, do sogro, que nunca o respeitara suficientemente, como um colosso: não seria já o genro, seria o Ministro de seu sogro! Ah! Estas solicitações cativantes da ambição são bem irresistíveis – têm a persuasão fatal do ouro e da nudez da mulher!

Mas notai a nobreza de espírito de Alípio Abranhos: respirou fundamente, porque sentia o peito oprimido, e disse:

– Tudo isso é muito bonito, mas os amigos bem o sabem, este ministério não deve durar três meses...

Aí o coronel interrompeu-o com ímpeto. Já não vacilava: agora, Alípio e o velho General pareciam-lhe idênticos, sentados lado a lado nas cadeiras do poder. E a sua funda simpatia pelo antigo companheiro, pelas espadas, pelos militares, fez explosão, furiosamente... E foi com um mugido que bradou:

– Três meses? Se ele quiser, com o exército atrás de si, está no poleiro três anos! Três séculos!...

Três séculos era talvez exagero, como notou com discernimento o *Doutor*! Ah, mas três anos, era bem possível!

Fradinho deu um vivo puxão às calças e disse:

– Eh! Eh! E que o coronel tem razão! Com o exército por ele, quem o há de deitar abaixo?

E os quatro cavalheiros olharam-se assombrados desta possibilidade deliciosa. Sim, quem o havia de deitar abaixo? A sua influência no exército era já grande: dispondo agora das promoções, das condecorações, caramba! essa influência seria medonha! Os interesses do General confundiam-se com os interesses do exército; o General na presidência do Conselho era, *ipso facto*, o exército na presidência do Conselho. O ministério não era um homem, eram dez mil, quinze mil marmanjos, armados até aos dentes. Quem iria derrubar essa multidão formidável?

Alípio, muito abalado, murmurou:

– Mas a opinião...

Fradinho e o coronel, ao mesmo tempo, bradaram numa nota aguda:

– Ora, a opinião!

E o *Doutor*, numa nota grave, repetiu:

– Ora, a opinião!

Mas Alípio Abranhos, com o faro sutil dos verdadeiros homens de Estado, insistia:

– Nada, este ministério não dura...

Então Fradinho exasperou-se. E por que não havia de durar? O General era o grande patriota nacional. Os outros ministros eram inteligências estimadas! No fim de contas, mesmo quando o General inaugurasse a ditadura, caramba! A ditadura era necessária, num País como este! Que tinha feito a Câmara? Palrado! Oitenta cavalheiros a palrar não organizam, não criam, não fecundam. Era necessário um homem! Veja você Napoleão! Precisamos de um Napoleão!

– Mas Abranhos, obstinadamente, murmurou:

– Não dura, os amigos verão. Não dura três meses... Se durar! Mas não dura...

Fradinho perdeu o domínio de si mesmo. Arrastou Alípio para o vão da janela e atacou-o em surdina: – Por que não havia de aceitar a pasta? Se não fosse por ele, por sua esposa, que fosse pelos seus amigos... Era necessário franqueza, que diabo! Aí estava a pobre D. Joana, com o cirro no estômago, coitada, e o marmanjo do sobrinho, sem um bocado de pão! Era necessário empregar

aquele marmanjo! Aí estava a D. Amália que queria a sua pensão. Aí estava o padre Augusto – e todos sabiam os serviços que lhe prestara – que se mirrava no desejo de ser cônego! ... Abranhos não podia trair os seus amigos, as suas legítimas esperanças... Ele, Fradinho, podia falar livremente, não desejava nada. Tinha a sua banca de advogado, oitocentos mil-réis por ano. Mas os outros: o coronel! o *Doutor!* o Tavares! Era necessário ter consideração pelos amigos que se esfalfavam a ir daqui e dali, a glorificar o Sr. Alípio Abranhos! ... Devia aceitar a pasta, por decência, por gratidão...

– Não me cheira, não me cheira... – murmurou ainda Alípio.

Então Fradinho, vermelho, suado do esforço, foi ter com os outros dois, e travando-lhes do braço:

– É uma besta, diz que não lhe cheira! Vamo-nos embora, deixemo-lo com a mulher. Ela lhas cantarás.

Com efeito D. Virgínia atacou o marido com a sua habilidade feminina. Parecia-lhe, a ela, uma tolice perder aquela ocasião. Quando voltaria outra assim? Era tentar a sorte. Que ela não queria que ele fosse ministro para ir ao Paço, a figurar, a espanejar-se! Era para calar a boca a certos fulanos e sicranos, que tinham dito – sabia-o ela pelas Vitorinos e pela mãe – “que Abranhos era um parlapatão que nunca havia de ir a ministro!”

– O quê, disseram isso? – exclamou Alípio.

E naquele instante teve o desejo furioso de aceitar a pasta e triunfar, ali, em Lisboa. Mas a sua razão de estadista manteve-o firme, e apenas acrescentou:

– É lá possível que dissessem semelhante coisa?

– Juro-te, filho. Disseram-no à mamã. Vê tu que descarro...

Tenho razões para crer que D. Virgínia inventava, mas nem por isso a sua finura feminina é menos admirável. Alípio, porém, desprende-se da sua sedução, daquelas carícias penetrantes que queriam amolecer, fazer ceder a sua integridade política, e disse com bondade:

– Tu não entendes destas coisas, filha. Eu não sou tolo. Para ser ministro uma vez, não quero perder a probabilidade de o ser dez vezes...

Tal era, com efeito, o raciocínio deste grande homem. O ministério do General era um ministério de revolta, de acaso, de surpresa, de conspiração, que daria um carácter suspeito a todos os que dele fizessem parte, inutilizando-os para a vida política, feita de legalidade, por se terem introduzido uma vez no poder pela porta travessa da revolta.

Não eram políticos, eram insurretos, e não tornariam a voltar ao poder senão pela insurreição, o que equivalia a dizer, nunca mais na sua existência. E como, através das fórmulas precisas que empregava, falando com sua mulher, ele parecia sentir mais intensamente a prudência, a sabedoria da sua resolução, apressou-se a escrever esta carta, que ficará na História, e que é dos mais belos documentos que conheço de patriotismo esclarecido:

General:

Tenho o respeito mais profundo pela pessoa de V. Ex^a, mas, pesa-me dizê-lo, eu não poderia, dados os meus princípios, aceitar uma pasta num ministério que teve a sua origem num ato violento e inconstitucional.

De V. Ex^a

Criado respeitossíssimo

ALÍPIO S. DE NORONHA ABRANHOS.

Nessa noite, o cavalheiro que, por perrice, recusara a pasta da Justiça, tendo reconsiderado, o ministério militar e revolucionário, de 20 de Junho, ficou definitivamente organizado.

Mas os dias seguintes foram amargos para Alípio Abranhos. D. Joana Carneiro e D. Amália Saraiva, informadas pelo coronel da recusa de Alípio, vieram de manhã “fazer uma cena” a D. Virgínia. Uma, via a sua pensão indefinidamente adiada, e a outra ali estava, com o seu cirro e aquele sobrinho desempregado que a ralava de desgostos. O Sr. Alípio não tinha entranhas! Choramingaram e D. Virgínia não lhes ocultou que reconhecia no seu marido um carácter teimoso, obstinado, casmurro. Ai! uma mulher devia pensar muito, antes de se casar!

– E a ti, filha – disseram lacrimosamente as duas amigas – recusar-te a posição, a consideração!...

– Eu não é por mim, mas é pela mamã... Que ele, sendo da Justiça, era também dos Negócios Eclesiásticos, e vejam que influência!

– Ai! é uma vilania! Olha o pobre padre Augusto, que ocasião perde...

O padre Augusto sentia-se com efeito logrado. Em casa dos Amados queixou-se com uma resignação amarga. Falou mesmo em *promessas muito explícitas...*

– E um pascácio, sempre o disse – rosnou afogado em indigestão o bestial magistrado, pai de Virgínia.

O coronel, esse fanático do novo ministério, o ministério da militância, não duvidou dizer que não tornava a *pôr os pés em casa de Alípio*, e insinuou mesmo

que nele, aquela recusa, aquela reserva, não era política – era medo. “Aí têm os senhores o que é: é muito medo naquelas entranhas!”.

Fradinho declarou que Alípio “era todo palavriado, mas nenhum tato político”. Ele aconselhara-o, mas desde que o pedante se queria regular pela sua cabeça, abandonava-o... E vocês o verão chafurdar!

Na quinta-feira seguinte a sala dos Abranhos estava deserta. Veio apenas, fielmente, o *Doutor*. Mas parecia mais lúgubre, a casimira do fato, a pelica das luvas, mais negras, de um negro amargo.

Vendo aquela solidão, D. Virgínia, despeitada, foi choramingar para o quarto da ama – e Alípio, só, muito ofendido do abandono, toda a noite, defronte do *Doutor taciturno*, folheou com secura a *Revista dos Dois Mundos*.

E ao outro dia, depois de algumas entrevistas com os homens eminentes do seu partido, em que fez soar bem alto o seu rasgo de lealdade política, retirou-se para Campolide, a esperar, no remanso do campo, a próxima crise.

Foram três meses longos, penosos, arrastados. Esse Verão, se bem recordam, foi ardente. A estiagem e o ministério pareciam a Alípio Abranhos eternos.

A sua ambição, como uma cobra entorpecida, fora vivamente sacudida, despertada por aquela rápida visão de uma pasta e desde então não sossegava, inquieta, retorcendo-se com fúria, com as goelas escancaradas, ávida da presa. Os dias sucediam-se na monotonia do mesmo céu tórrido, azul-ferrete, da mesma folhagem imóvel no seu verde crestado, sob um véu de poeira: e o ministério lá estava, imperturbado, gozando as suas férias, na dispersão providencial da oposição pelas quintas e pelas praias.

Campolide, segundo uma expressão muito dele, “secava-o mortalmente”.

Tinha saudades – o termo é correto – da verbosidade jovial de Fradinho, da presença do coronel, da grande cauda da bela D. Luísa nas *soirées* das quintas-feiras; faltava-lhe mesmo a figura sombria do *Doutor taciturno*.

Sua sogra, quando os vinha ver, tornava-se odiosa, dizendo com escárnio:

– Em lugar de estar aqui às moscas, podia agora muito bem estar no poleiro! E é que temos ministério para anos.

E era esta uma ideia que às vezes passava, com um suor de agonia, pelo espírito do estadista, apesar das cartas animadoras dos amigos do partido, que lhe afirmavam “que o trabalhinho por baixo de mão ia bom, que o General estava todo minado por baixo...” Porém as palavras do coronel – apesar de, no fundo, o considerar um boçal – perturbavam-no: “se ele quiser, ninguém o deita

abaixo!” E era possível, caramba! O General tinha o exército, quieto, decerto, mas como um cão de fila que dormita: se sentisse que lhe vinham tirar sorratamente o poder, bastava-lhe despertar a fera: e logo, mal ela rosnasse, oposição, jornais, poderes do Estado, Carta, tudo se agachava, com as pernas a tremer!

Mas, finalmente, a crise veio – ou antes, findou.

Seria nestas memórias uma redundância, contar o desenlace inesperado e doloroso. Quem não se lembra desse dia – um dia abafado, de céu plúmbeo e canicular – em que se espalhou a notícia de que o General estava a expirar? Tínhamo-lo visto, havia dias, subir o Chiado a cavalo, como costumava, e ali estava agora, agonizando, entre o terror dos que a ele tinham ligado as carreiras e as fortunas, e a esperança daqueles que por dever oficial lhe cercavam o leito, mas ansiavam por herdar o poder de que ele se apossara.

Quem não recorda esses grupos, reunidos diante do seu palácio, à Estrela, ávidos de notícias, atravessados a cada momento por oficiais, por correios, em cujos rostos se sentia uma súbita desorientação moral?

Lisboa esqueceu os erros desse homem, para só recordar a sua personalidade cativante e o brilho da sua carreira.

Eu, buscando notícias para o *Estandarte*, lá estava entre esses grupos, ouvindo já nos comentários do povo formar-se a legenda daquela personalidade, em que havia traços de herói. Vi parar à porta a berlinda vermelha do Sr. Cardeal Patriarca, que vinha trazer-lhe a Extrema-Unção. A porta abriu-se com grande ruído e o venerável sacerdote desapareceu na sombra do pátio que já tinha alguma coisa de funerário, com o seu passo rápido de padre, arrastando a cauda escarlate.

Depois era outra carruagem que chegava, chapéus que se erguiam aqui e além, e o Rei que penetrava no antigo palácio, a despedir-se do velho servidor.

A calçada estava coberta de saibro e havia um perpétuo ranger de passos subtis sobre a areia áspera. E as faces consternadas contemplavam as três janelas do quarto, por trás das quais os médicos davam, havia três dias, uma batalha desesperada à morte!

E quem não se recorda ainda, daí a dias, do suntuoso funeral, caminhando devagar, com paragens solenes: a mórbida monotonia da música fúnebre, o arrastar grave de espadas, essa marcha funerária de um exército, e, adiante, entre tochas que levantavam alto as chamas lívidas, a complicada estrutura do féretro, coberto de crepes e de dourados, marchando numa oscilação lenta; e atrás, o longo e negro cortejo, solene, cadenciado, desprendendo-se de toda

aquela multidão silenciosa, para o azul-ferrete de um esplêndido dia de Setembro, uma sensação difusa de luto e de morte!

O esplendor sombrio desse luto, comparei-o eu, no meu artigo do *Estandarte*, à magnificência lúgubre com que Roma chorou César. E lamentei não ter a pena de Tácito para contar as pompas dos funerais de Augusto!

Apenas se dispersou o fumo das últimas descargas, os personagens ilustres, vendo fechar-se sobre o General as portas do jazigo, onde ele ficava bem aferrolhado no seu triplo caixão de chumbo, tiveram uma sensação de imenso alívio. Um *ufá!* colossal, de quem respira em paz, a pulmões cheios, saiu dos tórax fardados de S. Ex.as : o grande perturbador estava enterrado! Enfim!

O ministério nessa tarde, depôs a sua demissão nas mãos de El-Rei, e os regimentos voltaram aos quartéis, despidos do seu prestígio e do terror que inspiravam, como se, com o desaparecimento da influência que os movia, tivesse morrido a força que os tornava temerosos.

Alípio Abranhos, desde a notícia da doença do General, viera imediatamente para Lisboa, e tivera o gosto de ver os seus amigos voltarem, mais fiéis, mais dedicados, mais devotos, a tomarem a sua chávena de chá no salão de repes azul.

Na tarde do dia em que se enterrara o General, soube-se que El-Rei encarregara a formação do ministério a Guedes Navarro, chefe do partido *Nacional*.

Em casa de Alípio Abranhos, porém, sabia-se com mais precisão que Guedes Navarro fora chamado ao Paço às sete horas da tarde: e desde as sete e meia todos os amigos começaram a afluir.

Que *soirée!* Fradinho confessou-me muitas vezes que nunca tivera “tantas cólicas”. Pelo relato circunstanciado que ele me fez, e por informações colhidas de outras testemunhas presenciais, eu pude reconstituir em todos os seus detalhes os pormenores dessa noite histórica, que marca um momento decisivo na carreira do Conde d'Abranhos. Todos na casa sabiam que existiam compromissos antigos, pelos quais, se os *Nacionais* fossem ao poder, a pasta da Marinha seria dada a Abranhos.

Esse pato datava do dia em que Alípio, com grande brilho e pompa, se separara dos *Reformadores*; mas nem por isso se podia esquecer que ele era apenas, segundo a frase de Fradinho, “um *Nacional* da véspera!” Guedes Navarro tinha no seu partido homens com longos serviços, amigos de anos, *Nacionais* de tradição; teria ele a força de dispor de uma pasta a favor de um novo, de um principiante, de um intruso? Era decerto um intruso de gênio, mas quem considera o gênio quando se trata de recompensar a amizade? Além disso, a sua mesma passagem para os *Nacionais*, tão brusca, num salto de *clown*, tornava-o

suspeito, e era, para os velhos do partido, um argumento já pronto para afastar aquela nova ambição. Se Guedes Navarro tinha compromissos com Abranhos, não os teria decerto menores com outros: havia sobretudo o famoso Torres, que já fora duas vezes ministro da Marinha com Navarro; aquela pasta parecia pertencer-lhe como um patrimônio: tinha por si a experiência ganha, o seu talento de orador, a sua posição literária como um dos nossos mais estimados dramaturgos! Era um colosso! E iria Guedes Navarro substituir-lhe Alípio Abranhos?

Estas considerações que Fradinho fazia e que comunicava aos amigos da casa, não escapavam ao espírito penetrante de Alípio.

Quando sobreviera a doença do General, uma alegria furiosa revolvera-o. Enfim! Morto o personagem, o poder caía por lei, por praxe, nas mãos sofregamente estendidas dos *Nacionais*: e houve um momento em que se *sentiu ministro!* Mas, depois refletiu; e o seu espírito, debatendo-se entre a dúvida e a esperança, foi como um campo devastado pelas hastes de dois veados rivais. Havia um sintoma terrível: no dia do enterro, no Cemitério dos Prazeres, Alípio aproximara-se de Guedes Navarro, e dissera-lhe:

– É uma grande desgraça. Mas enfim, *le Roi est mort, vive le Roi!* Creio que posso dar os parabéns a V. Ex^ª.

E Alípio, com aquela frase hábil, esperava obter esta resposta—lógica, desde que havia compromissos formais – “também eu lhos posso dar, amigo Abranhos!”

Porém Guedes Navarro, em lugar dessa resposta natural, tivera apenas um vago encolher de ombros e dissera, recusando-se:

– Tudo depende de El-Rei... A vontade de El-Rei é que há de dizer...

– Decerto, decerto – murmurou Alípio.

Mas apesar do calor canicular, sentia-se todo frio, todo murcho. Que significavam aquela reserva, aquela *secura* de Navarro? Esquecera ele os compromissos tomados? Tentava traí-lo?

Uma cólera vaga grasnou-lhe na alma. Se assim fosse, que vingança medonha tiraria! Ele conhecia bem os *Nacionais*, os seus podres, e se lhe “passassem o pé”, fundaria, com o dote da Virgininha, um jornal onde esmagaria o partido com a revelação indignada dos seus escândalos e da sua corrupção. Seguiu então pelo cemitério, com o olhar vigilante, todos os movimentos de Guedes Navarro. Isto tranquilizou-o um pouco: Guedes Navarro conservava-se taciturno, reservado, carregado o rosto numa consternação bem educada.

Por isso se compreende que nessa noite, apenas soube que Navarro fora chamado ao Paço, sofresse os assaltos terríveis e contraditórios da esperança e da suspeita.

Fradinho muitas vezes me afirmou que nessa noite a face de Alípio Abranhos estava de um lívido térreo. Queria, diante dos amigos, mostrar serenidade, jovialidade mesmo: mas não podia permanecer no mesmo lugar; tinha, segundo as alternativas de esperança ou de desalento, risos bruscos, joviais, ou um abatimento que lhe punha na face uma sombra, uma moleza de vencido.

Na sala, havia um embaraço manifesto. Ninguém falava na *coisa*: – manifestar esperanças, poderia tornar o desapontamento mais amargo; mostrar desalento seria incivil. Faziam-se, de repente, silêncios desagradáveis: eram os momentos em que cada um pensava nas suas *próprias esperanças*: a gorda D. Amália na sua pensão, a macerada D. Joana no emprego do sobrinho, padre Augusto no canonicato, o *Doutor* em postas vagas...

O bacharel Tavares oferecera-se para ir pela Baixa, ao Martinho, ao Central, colecionar os boatos, mas voltara ofegante, limpando o suor do pescoço, a dizer que se não sabia nada: o Guedes ainda devia estar para o Paço.

Eram então nove horas e meia. Aquela demora no Paço parecia inexplicável. Fradinho, porém, que era o mais animado, lembrou que seria necessário, pelo menos, hora e meia para ir à Ajuda. Padre Augusto protestou:

– Hora e meia?... Três quartos de hora, se me faz favor. Foi para o Paço às sete, chegou às oito menos um quarto; um quarto de hora para conferenciar com El-Rei; voltou às oito horas, chegou a Lisboa às oito e três quartos. São nove e meia: há três quartos de hora que está em Lisboa.

Aquele cálculo consternou as faces.

– Mas depende do cocheiro – disse o Conselheiro Andrade.

– Mesmo com um batedor – observou o bacharel – não se vai em menos de uma hora.

E como aquilo – o tempo que se levava até Belém – era um assunto, apoderaram-se dele sofregamente. Disfarçava as preocupações, evitava os silêncios vazios, tão desagradáveis. Fradinho contou logo que em questões de velocidade, ele, Fradinho, fora a Sintra em hora e meia. Era bater, hem?

Mas o bacharel que em novo *fadistara*, tinha histórias bem superiores de tipóias velozes: que lhes parecia: em três horas ir a Sintra, e de Sintra a Cascais?

– Impossível! Impossível!

– Ó minhas senhoras, impossível? – bradou o bacharel. – Fi-lo eu. Posso trazer-lhes aqui o cocheiro, o próprio, um picado das bexigas!

– Sem descansar a parelha?

– Sem descansar a parelha!

– Histórias!

Ninguém queria irritar aquele excelente moço, mas contrariavam-no para produzir discussão, palavras – e, com efeito, o bacharel, tomado de um súbito fluxo labial, prodigalizou histórias de velocidades maiores. Estava encantado de se sentir o centro da conversa; falava, dando puxadelas aos punhos para produzir efeitos. No Porto, tinha ido à Foz em meia hora; e, exaltado, contou outros feitos, só comparáveis à velocidade de um trem expresso, ou da eletricidade atmosférica!

O relógio da sala, porém, bateu as dez horas, e aquele timbre melancólico despertou as inquietações: ninguém contradisse o bacharel, e o silêncio pesou, mais angustioso.

A bela Fradinho, então, tentou o piano: todos pareceram escutar com uma atenção tão *diletante*, que D. Luísa, que ao princípio só fora tocar para preencher o silêncio, animando-se, estimulada, fez correr sobre o teclado os dedos ágeis onde reluziam os anéis com que, por amor dela, se arruinava o advogado.

Mas eram dez e vinte. Segundo ele próprio me contou depois, Alípio Abranhos esforçava-se em considerar que, naturalmente, Guedes Navarro, à volta do Paço, fora primeiro falar com outros *colegas*. Porém essa hipótese não era suficiente para o calmar. Então não se conteve, foi perguntar aos criados se *era certo* que não tinham ouvido tocar à campainha; mas encontrando-os na cozinha, falando alto, enfureceu-se: que barulho era aquele? Que pouca vergonha! Podiam vir vinte pessoas procurá-lo, que não era possível ouvir bater à porta.

A ideia de que Guedes Navarro podia ter vindo, tocando em vão, e, despeitado, tivesse ido *bater a outra porta*, aterrou-o. Bradou para os criados, tratando-os por alarves:

– Se ouvir aqui mais uma palavra, vão todos para o meio da rua! Que despropósito! Parece uma feira!

Porém, pensou que Guedes Navarro não viria a pé, e que, na sala, se teria ouvido a carruagem; essa ideia calmou-o, mas, por precaução, mandou o João para o pátio, *esperar*.

Quando entrou na sala havia um silêncio pesado. O bacharel fora de novo à Baixa, aos boatos; e vendo que era insuportável aquela situação, Abranhos, com grande sinceridade, falou ele mesmo na *coisa*.

– Era inútil que o Alfredinho se incomodasse. Eu, para lhes falar com franqueza, estou a ver o que se passa... O Guedes Navarro é meu amigo, mas, enfim, tem compromissos antigos...

Foi um alívio para todos que ele mesmo autorizasse a falar-se na *coisa*. Houve uma explosão alvoroçada de opiniões. Fradinho exclamou que Guedes Navarro, se tal fizesse – era um canalha!

O padre Augusto, porém, apostava, apostava, apesar do seu caráter sacerdotal, que o Guedes Navarro havia de ser leal.

Alípio, no entanto, declarou-se indiferente. Até estimava não entrar agora para o ministério! A possibilidade daquela recusa causou uma indignação geral. O quê? Recusar! Por quê?

– Que o amigo se conservasse na expectativa com o General, sim! – exclamou Fradinho. – Foi um ato digno. O General, grande homem, o que quiserem, já lá está no Reino da Verdade, mas era um *insurreto!* O amigo fez perfeitamente em se afastar de semelhante comprometimento! Eu mesmo lho aconselhei, se se recorda bem, aqui, nesta mesma sala lho aconselhei... Mas agora recusar-se a entrar com os seus amigos no poder!...

A voz de Fradinho soava alto, mas a sua indignação era puramente artificial: porque ele sabia – todos na sala sabiam – que Alípio Abranhos não recusaria a pasta! O que começavam a recear era que não lha oferecessem; e os olhares devoravam os grossos ponteiros do relógio, cujo tique-taque parecia a todos bater com uma pressa surpreendente.

De repente, uma carruagem que vinha do lado da Rua do Alecrim, rolou no largo: houve um silêncio grave, uma espera ansiosa; a carruagem trotou na calçada para a Rua de S. Francisco.

Então todos murcharam. Eram quase onze horas. Cada um pensava que àquela hora o ministério devia estar formado, ou, pelo menos, que as negociações se passavam longe, noutras casas, com outros personagens. A Alípio nem lhe davam a importância de o consultar. Fradinho teve a franqueza de mo confessar mais tarde: àquela hora, – às onze – julgou Alípio *um pascácio!* Positivamente não o tomavam a sério. Palavra bem, mas homem de estado não o consideravam. E, não se contendo, chamou o *Doutor* – que me referiu – para o vão de uma janela, na sala de jantar:

– Pregam-lhe uma peça... O Guedes nunca teve tenção de lhe dar a pasta. E um homem perdido! ... Aquela passagem com armas e bagagens para a opposição, matou-o! Não dá garantias de lealdade. E uma besta!

Uma carruagem, a meio galope, parou de repente a porta. Fradinho entrou na sala. Havia um silêncio angustioso. A campainha repicou e o padre Augusto precipitou-se, com medo que o criado tivesse adormecido.

Era Guedes Navarro que queria falar com S. Ex^ª!

Daí a pouco entrava o bacharel; vinha dos boatos, da Baixa, mas as fisionomias de todos eram tão particularmente expressivas que ele exclamou logo, adivinhando.

– O homem veio!

– Estão ambos no escritório!

– Hurra! – gritou, agitando o chapéu.

D. Laura, porém, observou com prudência:.

– Nada de cantar vitória... Ninguém sabe... E tentar a Deus! É esperar, é esperar...

Mas não esperaram muito. Sentiram a porta do escritório abrir-se com ruído, e duas vozes, a do Guedes e a do Abranhos, no corredor, falando alto, joviais. Depois a carruagem, em baixo, bateu a trote, e Alípio entrou na sala.

– Então?... – exclamaram todos.

– A Marinha! – disse ele, banhado num riso irreprimível.

Correram para ele. D. Virgínia pendurara-se-lhe ao pescoço, e as senhoras, os homens, procuravam apoderar-se das mãos, da manga do ministro. Ele rebojava dos braços de um para os braços do outro, sufocado, os olhos úmidos, defendendo-se molemente.

– Deixem-no! Deixem-no, que o abafam, credo! – exclamou D. Laura. – Deixem-no!

O *Doutor* então foi sublime. Aquele homem taciturno soltou uma voz de trombone, e com gestos furiosos, como alucinado:

– Qual deixem-no! E para aqui, é para mim! E todo!

E dava-lhe apertões furiosos, sôfrego dele, querendo sepultá-lo no seio, penetrar-se de S. Ex^ª.

Todos riram. Quiseram saber “como tinha sido”, o que dissera o Guedes Navarro. Cercaram-no, estendendo as faces banhadas de riso para lhe beber as palavras.

Abranhos foi muito conveniente, muito discreto:

– Sua Majestade – disse – está muito afetada. A morte do General causou-lhe uma grande emoção. Mas enfim, constitucionalmente, está satisfeito. Sente que os serviços públicos estão desorganizados. Quer um ministério forte. É necessário, com efeito, uma situação forte.

Os homens concordaram gravemente que era necessário uma situação forte. Gozavam como se fossem parte, elementos dessa força. Fradinho crescera, sentia-se um personagem; e o *Doutor*, cujo modo hesitante de andar dava a impressão de que não estava bem firme sobre a terra, tinha agora, plantado no meio da sala, a atitude firme de um monumento edificado pelos Romanos.

Então, para celebrar o triunfo, o bacharel propôs que se bebesse uma garrafa de Champanhe. Não o havia em casa: mandar um criado comprá-lo parecia ridículo: poderia saber-se, fornecer pilhéria à oposição. Então o bacharel ofereceu-se para ir ele mesmo buscá-lo:

– Digo que é para mim, para levar ao Dafundo, numa pândega! – exclamou.

E, pela terceira vez nessa noite, abalou pelas escadas, de chapéu para a nuca.

Alípio Abranhos, entretanto, dava outros detalhes, que todos devoravam gulosamente: S. M. estava contente com o ministério formado pelo Guedes. Não o conhecia a ele, Alípio, mas vira D. Virgínia em S. Carlos: tinham-lha mostrado e achara-a muito galante.

– É mentira! – exclamou ela, com todo o sangue na face, apoplética de orgulho.

– Palavra de honra, filha. Disse-o ao Guedes: “Eu não conheço esse cavalheiro, mas tem uma senhora muito galante; mostraram-ma no teatro”.

Então todos a felicitaram. Ah! Ah! Ia ser a beleza da Corte! Parabéns!

Ela negava. Eram tolices do Lipinho! E D. Joana, a do cirro, de comovida, começou a choramingar.

Mas o bacharel apareceu, triunfante, com duas garrafas nos braços. Ele mesmo, com a sua experiência, as abriu, fazendo estalar as rolhas. E depois de uma saúde, ficaram todos em grupo, no meio da sala, com os copos na mão, gozando a atmosfera ministerial de que já estava peneirada a casa.

O Ministro, entre Fradinho, o *Doutor* e o Conselheiro Andrade, felicitava-se por ter a pasta da Marinha: havia muito a fazer na Marinha. Assim, por exemplo: sendo nós os primeiros descobridores do mundo, parecia incrível que não tivéssemos ainda mandado uma expedição ao pólo!

Os três cavalheiros não pareciam excepcionalmente impressionados com aquela ideia. O *Doutor* mesmo, depois de refletir, de testa franzida, e vendo que não tinha de certo nada a ganhar com aquele heroísmo geográfico, disse apenas, por civilidade:

– Tem V. Ex^a razão. É uma grande ideia.

– E tudo a reformar; todo o pessoal administrativo das colônias... Uma coleção de inúteis! – lembrou Fradinho.

– Também há alguma coisa a fazer nesse sentido – concordou o Ministro.

Então o *Doutor* pareceu particularmente entusiasmado:

– Tem V. Ex^a muitíssima razão! Isso é que é uma grande ideia!

Mas era quase uma hora da manhã. A infeliz D. Joana foi pôr os seus agasalhos. E as felicitações recomeçaram: os beijos chilreavam na face corada de D. Virgínia; o Ministro sentia a mão apertada ao mesmo tempo pelo bacharel, pelo Conselheiro, pelo *Doutor*; e Fradinho, acendendo o charuto, disse com uma voz em que se sentia o gozo daquela intimidade:

– Amanhã por cá apareço, para falarmos...

– Amanhã é que é ler os jornais! – exclamou padre Augusto.

Então o *Doutor* foi outra vez sublime: com uma verbosidade, espantosa naquele melancólico, exclamou:

– A nomeação vem no *Diário do Governo*, amanhã: pois, meus senhores e minhas senhoras, eu vou mandar encaixilhar o *Diário do Governo*!

Aquela graça pareceu deliciosa. E a escada esteve um momento toda sonora de risinhos, de frufus de vestidos, e do ruído que fazia o bacharel, muito estroina, pulando os degraus a dois e dois.

Mal a porta se fechou, D. Virgínia correu à cozinha, e diante dos criados em pé:

– Então vocês sabem?... O Sr. foi feito Ministro. Daqui por diante, vocês devem sempre dizer-lhe *Sr. Ministro*. É o costume.

Quando voltou à sala, Alípio Abranhos, nervoso, passeava, com o peito alto, passando a mão pelo cabelo.

– Então que lhe parece, Sr^a D. Virgínia? –disse radiante; – está satisfeita?

– E tu, diante de toda essa gente, com aquela mentira a respeito do que disse o Rei!

– Ó filha, juro-te que é verdade. Juro-te. Disse-o ao Guedes, palavra... E muito natural!. Pois os amigos parece que estão contentes... E o *Doutor*, hem? Tem graça!

Hem?... E bom diabo... E tem talento... O diabo tem talento!

A porta abriu-se e o João, o criado, muito sério, pronunciou estas palavras:

– A que horas quer V. Ex^a o almoço, Sr. Ministro?

Alípio, tomado de surpresa, sentiu por todo o corpo uma carícia deliciosa; ficou um momento a gozá-la, num sorriso mudo, e com bondade:

– Às dez. Chame-me às nove horas, João.

– Tenha V. Ex^a muito boas-noites, Sr. Ministro.

– Boa noite, João. – E voltando-se para D. Virgínia que fechava o piano: – É bom rapaz, este João.

No entanto os amigos íntimos, parados do alto da Rua do Alecrim, onde cada um tomava o seu destino, ainda parolavam. Segundo D. Amália, o mais satisfeito dos dois era D. Virgínia: ela é que parecia o ministro.

A bela Fradinho quis saber se ela poderia ir a S. Carlos, para o camarote do ministério? Não, não era costume. Mas era apresentada no Paço.

– E há de fazer boa figura! – disse D. Amália.

– São tudo ilusões – disse com secura a bela Fradinho. – O verdadeiro é cada um ser feliz em sua casa. Agora ele, sim, há de ser um bom ministro...

– O Alípio é um gênio – afirmou Fradinho. – Ainda há pouco eu dizia ao *Doutor*: vai-os espantar a todos. Tem ideias. E ainda dos poucos que tem ideias.

E o padre Augusto resumiu:

– Enfim, não é lá por dizer. Mas agora, estamos no *poleiro!*

Todos riram.

– Quero dizer – acudiu – quando digo *nós...* os amigos sabem, é um costume que tenho. Sou tanto daquela família... Quero dizer, enfim, o nosso Alípio está no *poleiro*.

Então houve um momento de silêncio. Todos gozavam aquela ideia de que eles, os amigos, os íntimos, estavam no *poleiro*.

Separaram-se. O *Doutor* desceu a Rua do Alecrim, assobiando. Fradinho chamou uma tipóia: era caso para tornar tipóia. Ofereceu-se mesmo para levar a casa D. Joana, que se estava a sentir mal do golito de champanhe. E o bacharel estava tão entusiasmado, que, para celebrar o caso, segundo me confessou depois, foi passar a noite ao prostíbulo.

Portugal sabe bem que o Ministério Nacional durou dois anos e o que foi a administração do Conde d'Abranhos nos negócios da Marinha e Ultramar.

Dois serviços que se completam e vivem um pelo outro – as Colônias e a Armada – constituem esse ministério, e, em ambos eles, Alípio Abranhos deixou os esplêndidos vestígios do seu gênio administrativo. E notai que o Conde não era, como vulgarmente se diz, *um homem do ofício*. Até à idade de vinte e um anos – em que, nas férias do ponto, fez uma visita à praia pitoresca de Buarcos – nunca tinha visto o mar. E esse formidável elemento, que cobre as quatro quintas partes do globo – mundo de trevas e de mistério, juncado de destroços, asfixiador, hostil ao homem – deu-lhe uma impressão que, segundo ele me disse, com aquele vigor pitoresco da sua frase, lhe fizera *erichar todos os cabelos do corpo*.

Sempre detestou o mar, e se alguma vez passou a estação calmosa em Cascais, foi unicamente em respeito aos deveres sociais da sua posição no País, ou para comprazer com D. Virgínia, e depois com sua segunda mulher, a respeitável Condessa d'Abranhos. Tal era esta repugnância, que o Conde d'Abranhos nunca visitou a Inglaterra, porque, sendo esse grande país dos Pitts e dos Chaucers infelizmente uma ilha, não lhe seria possível visitá-lo sem embarcar: e o horror do Conde aos navios era invencível.

Era mesmo um sacrifício grave, quando as suas altas funções o forçavam a visitar algum navio de guerra. De resto, a mesma paisagem marítima – essa infinidade de água azul – causava-lhe, como ele dizia, “um peso estúpido na cabeça”, e é portanto mais para admirar que, com esta antipatia pelo mar e por tudo que dele vive ou nele trabalha, dirigisse as repartições da Marinha com tão grande brilho.

Outra circunstância que torna mais admiráveis esses serviços, é o fato do Conde – tendo dado todo o seu tempo ao estudo das questões sociais – jamais se ter ocupado do conhecimento subalterno da geografia. Segundo ele dizia, nunca

puдера reter todos esses nomes esquisitos e bárbaros de rios, cordilheiras, vulcões, cabos, istmos! Assim, por exemplo, nunca compreendeu, confessou-mo muitas vezes, esses cálculos estranhos de graus, latitudes e longitudes, nem dava grande crédito à *ciência da navegação*.

E mais nos admiramos ainda dos serviços que prestou, quando sabemos que o seu conhecimento das nossas colônias não era detalhado. Disse-se, por exemplo, que só depois de dezoito meses de ministro é que soube, por acaso, onde ficava Timor! *Dezoito meses* é um exagero pérfido de oposição mesquinha. Mas, aceitemos mesmo que só adquirisse essa insignificante informação depois de alguns meses de gerência dos negócios coloniais: – o que prova isso, senão que a sua vasta inteligência, toda voltada para os altos problemas políticos, não dava valor a essas pequenas ciências de exatidão local?

Uma ocasião, na Câmara, ele falava de Moçambique como se considerasse essa nossa possessão na costa *ocidental* da África. Alguns deputados mais miudamente instruídos desses detalhes, gritaram-lhe com furor.

– Moçambique é na costa *oriental*, Sr. Ministro da Marinha!

A réplica do Conde é genial:

– Que fique na costa ocidental ou na costa oriental, nada tira a que seja verdadeira a doutrina que estabeleço. Os regulamentos não mudam com as latitudes!

Esta réplica vem mais uma vez provar que o Conde se ocupava sobretudo de ideias gerais, dignas do seu grande espírito, e não se demorava nessa verificação microscópica de detalhes práticos, que preocupam os espíritos subalternos.

Não me compete, porém, nestas reminiscências íntimas do Conde d'Abranhos, fazer a história política da sua administração nos negócios da Marinha. Essa missão gloriosa pertence aos Herculanos e aos Rebeldes do século XX.

Eu desejei somente, sem invadir o solo pomposo e difícil da História, deixar aqui consignado que, na minha opinião, de todos esses estadistas, esses poetas ardentes, esses moços de largo sopro lírico, esses estimáveis cavalheiros que em Portugal, desde a outorga da Carta, têm dirigido os negócios da Marinha e Ultramar, nenhum, como Alípio Abranhos, compreendeu tão patrioticamente o espírito de que deve inspirar-se a nossa política colonial.

Ainda perdura a obra imorredoura que nos legou esse gênio glorioso, que hoje, cercado da veneração saudosa de Portugal, repousa no Cemitério dos Prazeres. Sobre o mausoléu comemorativo que a saudade da respeitável Condessa d'Abranhos lhe ergueu, o talento do escultor Craveiro fez reviver no mármore a figura majestosa do Estadista.

E não é sem uma emoção profunda que ali vou cada ano em piedosa romagem, contemplar a alta figura marmórea, com o seu porte majestoso, o peito coberto das condecorações que lhe valeu o seu merecimento, uma das mãos sustentando o rolo dos seus manuscritos, para indicar o homem de letras, a outra assente sobre o punho do seu espadim de Moço Fidalgo, para designar o homem de Estado – e os olhos, por trás dos

óculos de aros de ouro, erguidos para o firmamento, simbolizando a sua fé em Deus e nos destinos imortais da Pátria!.

A CATÁSTROFE

Eu moro à esquina do Largo do Pelourinho, justamente defronte do Arsenal.

Já antes da guerra e dos nossos desastres, eu ali vivia, no segundo andar, à direita. Nunca gostei do sítio: sem ser bucólico, a minha ambição foi sempre habitar longe destes arruamentos tristes da baixa, num bairro de mais ar e de mais horizonte, com um quintal, uma frescura de folhagem e alguns metros de terra, onde, num rumorejar de árvores, pudesse ter roseiras e acolher pássaros nas tardes de Verão.

Mas quando herdei de minha tia Petronilha, comprei esta casa, defronte do Arsenal. Estes prédios são, por causa das lojas e dos armazéns, casas de maior rendimento do que as dos outros bairros, e, como emprego de capital, um prédio na Baixa é mais vantajoso do que uma casa bonita em Buenos Aires ou no bairro das Janelas Verdes. Foi pelo menos o que me disseram proprietários experientes.

De resto, eu tencionava alugar o prédio e ir habitar, com os meus, uma casinha pequena, alegre e fresca, que tinha apetecido para os lados do Vale de Pereiro. Mas quando vieram as nossas desgraças e o exército inimigo ocupou Lisboa, a necessidade de economia, os tempos tão difíceis, forçaram-me a abandonar esse plano de viver no campo, e agora aqui estou, neste triste segundo andar do Largo do Pelourinho, defronte do Arsenal.

Em má hora vim eu para aqui. Porque creio que esta vizinhança do Arsenal me tem feito sentir com uma intensidade maior todas as amarguras da invasão. Os que vivem para Buenos Aires, para as Janelas Verdes, para Vale de Pereiro, sofrem decerto, dolorosamente, da presença dum exército estrangeiro em Lisboa. Ainda que o primeiro terror passou, que a cidade vai retomando pouco a pouco a sua fisionomia ordinária, que circulam as tipóias e os trâmueis, pesa todavia o que quer que seja de doloroso sobre a cidade: o ar está carregado de qualquer coisa de sutil e opressivo, como uma atmosfera intolerável que circula nas praças, penetra nas casas, muda o gosto à água, faz parecer o gás menos claro, deposita na alma uma tristeza contínua, obcecante.

Às vezes, quando uma pessoa sai, e ocupada nalgum negócio, distraída por ele, se esquece do grande desastre que nos envolve basta, a uma esquina, a presença dum uniforme inimigo, para fazer imediatamente recair na alma, com um peso de penedo, a ideia da derrota e do fim da Pátria. Não sei o que é, mas, por exemplo, desde que no alto de algum edifício flutua a bandeira estrangeira,

parece que este azul já não é o do nosso céu, e tem alguma coisa duma bruma lutuosa.

Contudo, noutros prédios, noutros bairros, basta a gente isolar-se em casa, para se subtrair a esta desolação ambiente!

Já que não há pátria, há família: fecham-se as portas, reúnem-se todos na sala, em volta do candeeiro doméstico; conversa-se. A recordação das desgraças oferece como um alívio pungente e a perspectiva da esperança ilude como uma felicidade passageira; lembram-se os amigos, os conhecidos que morreram bravamente na batalha; às vezes a recordação dum feito heróico dá como a sensação da honra conservada; depois, em redor do candeeiro, baixo, numa palpitação de todo o ser, há uma pequena conspiraçãozinha em família!

E o sonho da desforra faz suportar a realidade da catástrofe...

Mas a mim, nem sequer me é dado este isolamento: porque a não ser que feche as janelas, que me enterre numa treva constante, que viva à luz do gás quando o sol de Julho faísca lá fora, não posso deixar de ver diante de mim, como um *memento* odioso, à porta do Arsenal, a sentinela estrangeira pisando a terra da Pátria....

E é justamente esta sentinela que me indigna: decerto outros uniformes estrangeiros, todos esses oficiais dos couraçados que estão no ancoradouro, passam a toda a hora, na insolência brilhante das suas fardas espetaculosas... Pois bem, esses não me irritam... Há naquele vaivém de oficiais alguma coisa de apressado, de inquieto, que me dá a ideia duma ocupação transitória, de esquadras que vão levantar ferro, de humilhações que vão partir para sempre.

Mas aquela sentinela, eterna, que me parece sempre a mesma, tem um ar de estabilidade, de perpetuidade que me faz o coração negro. Cada passada que ela dá com a sua dura sola, cai-me com um eco lúgubre na alma, e no seu monótono passeio, de guarita a guarita, dá-me a sensação de que nunca deixará de haver, sobre a terra portuguesa, uma sentinela estrangeira.

E não me posso arrancar a este espetáculo! Pela manhã, ao fazer a barba, fico de navalha no ar, a face coberta de flocos de espuma, espantado para o pequeno soldado, que parece entrouxado no capotão azul, com o boné de couro envernizado e a arma ao ombro... uma daquelas armas que alcançavam o dobro das nossas, e que ceifavam de longe, nas linhas de defesa, regimentos inteiros.

De modo que, agora, já conheço quase todas as sentinelas do Arsenal. Durante algum tempo, foram soldados de marinha; agora são geralmente do 15 de Linha. Mas há sobretudo um tipo de soldado que me indigna: é o rapagão robusto, sólido, bem plantado sobre as pernas, de cara decidida e olhos

reluzentes; penso sempre: foi este que nos venceu! Não sei porquê, lembrando-me do nosso próprio soldado, bisonho, sujo, encolhido, enfezado do mau ar dos quartéis e da insalubridade dos ranchos – vejo nessa superioridade de tipo e de raça toda a explicação da catástrofe.

Antigamente, antes da invasão, raras vezes pensei em observar a sentinela do Arsenal: lembra-me, porém, de a ter visto, por acaso, ao chegar à janela: se chovia, era certo descobri-la encolhida na guarita, fixando um olho apagado e triste sob o caudal de água; se fazia calma, era o seu andar, o seu derreado de ombros que me impressionavam... era a moleza lenta do passo, uma expressão contínua e evidente de tédio e de fadiga; e depois, ao fim de duas horas de serviço, era um derreamento maior, um embrutecimento, uma maneira lorpa de fixar tudo – os bois, os *americanos*, as varinas apregoando peixe, os vendilhões, a tenda defronte – que tornavam visível a falta de nervo, de vigor, de fixidez disciplinada, de firmeza, de persistência. E esta visão do nosso soldado, parece-me então alargar-se e abranger toda a cidade, todo o País! Foi esta sonolência lúgubre, este tédio, esta falta de decisão, de energia, esta indiferença cínica, este relaxamento da vontade, creio, que nos perderam...

Ainda hoje me soam aos ouvidos as acusações tantas vezes repetidas do tempo da luta: não tínhamos exército, nem esquadra, nem artilharia, nem defesa, nem armas!... Qual! O que não tínhamos era almas... Era isso que estava morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte... E quando num Estado as almas estão envilecidas e gastas – o que resta pouco vale...

Nunca me há de esquecer a impressão que tive, no dia em que soube que a guerra nos havia sido declarada e que estavam reunidas tropas organizadas de antemão, para a invasão, pelo sul e pelo norte.

Fazia anos o meu pobre amigo Nunes, que morava então ao Rossio. Desde a tarde que um pânico pairava sobre a cidade, porque a verdade é que, mesmo desde que estalara na Europa a guerra, tão violentamente provocada pela Alemanha, invadindo a Holanda, nunca em Lisboa, pelo menos na maioria do público, houvera o receio de que a *coisa chegasse cá ao nosso canto*, como então se dizia.

Nem mesmo quando o velho Salisbury, quase no seu leito de morte, lançou o seu grande manifesto e declarou a guerra à Alemanha, e quando vimos assim a nossa única protetora tão ocupada numa luta no Norte, nos consideramos em perigo. E todavia parecia ter chegado o dia terrível em que podiam desaparecer da Europa as pequenas nacionalidades!... Por isso, ao ser, nessa tarde fatal, anunciada oficialmente a entrada dum exército inimigo na fronteira, toda a cidade ficou como petrificada, num desvairamento de terror.

O primeiro movimento da população foi correr às igrejas! Já se imaginava ver os regimentos inimigos espalhando-se pelas ruas... Não creio mesmo que tivesse havido a ideia duma resistência séria. Disse-se, é certo, que tentaríamos dar uma batalha junto a Caminha, ou em Tancos, unicamente para mostrar à Europa que tínhamos ainda alguma vitalidade: mas era apenas uma demonstração, porque a ideia seria recolhermos às linhas de Torres Vedras e defender Lisboa. Eu, de resto, não estava nos segredos do Estado-Maior nem do Governo, e apenas sei o que se dizia nos grupos que enchiam as ruas, apavorados, falando baixo.

Nessa noite fui ao Rossio. O Nunes dava uma *soirée*... Na sala pesava a mesma tristeza soturna da rua. Havia nas faces, nas vozes, como que uma expressão desvairada de espanto e de terror: uma singular maneira de perguntar – *então?* com os olhos muito abertos nas faces pálidas...

Apesar de haver duas salas, a de visitas e uma outra onde se jogava, estavam todos aglomerados em redor do sofá, como um rebanho que sente o lobo... A dona da casa, que tinha um filho militar em Tancos, apesar do seu vestido azul, decotado, mostrava uma face de pasmo e os olhos vermelhos e inchados... Chorara todo o dia. E nas mulheres, nos homens, havia como que um abatimento invencível, na aceitação muda da derrota futura, na passividade inerte das almas fracas... Como não se sabiam notícias, os boatos eram absurdos; a todo o momento se faziam silêncios, silêncios lúgubres, que davam a sensação do recolhimento cerimonioso dos dias de enterro. O Nunes, coitado, muito pálido, ia ao acaso pela sala, com as abas da casaca a bater, esfregando nervosamente as mãos, querendo distrair-nos daquelas preocupações dolorosas, propondo que se fizesse alguma coisa. Houve o pedido duma quadrilha... Sentou-se uma senhora ao piano, mas os primeiros compassos dos lanceiros soaram, perderam-se no sussurro geral das conversas apavoradas: ninguém tirou par – não se dançou... Alguém lembrou um jogo de prendas, uma charada figurada: faces espantadas sorriam, murmuravam com esforço:

– Vamos a isso, não era mau...

Mas ficava-se sentado, com as mãos inertes, os pés parados.

Eu vim para a sala de jogo conversar com alguns sujeitos. Havia jornalistas, magistrados, políticos, e agora, através das frases, sentia-se em todos, o abatimento das almas. Ninguém acreditava na resistência possível, e, diante do perigo, o egoísmo erguia-se feroz e brutal. O ódio ao inimigo era violento – menos pela perda possível da Pátria livre do que pelos desastres particulares que traria a derrota: um, tremia pelo seu emprego, outro, pelo juro das suas inscrições. Até aí o Estado dera o pão ao País, e na perda do Estado, via-se o fim do pão de cada dia. Mas esta indignação em frases parecia esgotar toda a quantidade de patriotismo que podiam dar aquelas almas: porque em cada

proposta que sugeriam as frases aterradas – ceder as colônias em troca duma aliança inglesa imediata, ou fazer a cessão de duas províncias – havia, no fundo, a ideia imutável da capitulação, o horror da luta, a ansiedade de não perder o emprego, o terror de perder as inscrições! E, de resto, cada um, sentindo a fraqueza egoísta da sua alma, julgava instintivamente o País tomado do mesmo abatimento. A ideia dum levantamento em massa, da criação de uma guarda-móvil, de milícias, era recebida com um encolher de ombros: para quê? Não se pode fazer nada! Somos esmagados!.

Enquanto falavam assim, ao pé da mesa de jogo onde jaziam, esquecidas, as cartas do antigo voltarete pacato, cheguei-me à janela: todo o vasto céu estava toldado duma névoa esbranquiçada; mas sob o Arco do Bandeira alargava-se um grande espaço azul, como a entrada circular dum imenso pórtico, e no centro brilhava uma larga Lua triste, muda, lívida. A colina, ao lado, com o seu castelo, recortava em escuro a sua linha mole sobre a palidez azul do fundo. Uma tristeza imensa parecia cair daquela decoração. Invadiu-me a alma uma piedade vaga pelas desgraças pátrias, e, sem saber porquê, senti-me tomado duma saudade angustiosa, a saudade de alguma coisa que desaparecera, que findara para sempre e que eu não sabia bem o que era... Em baixo, o Rossio brilhava surdamente entre as linhas iluminadas das lojas: o largo, em torno da coluna, que o luar tocava dum traço pálido, negrejava de gente: nem um grito, nem uma voz... era uma massa escura, que parecia estar ali amodorrada, arrebatada no terror instintivo que congrega os animais, esperando resignadamente a tormenta; e das casas brancas, altas, desconsoladas, caía a mesma sensação de abstenção aterrada e de concentração egoísta num medo obscuro.

De repente, do lado da Rua do Carmo, veio um rumor: era como que uma melopeia ritmada, que se sentia, que vinha no ar, que se aproximava; luzes de archotes, destacando-se no caiado das casas, apareceram à esquina do Rossio, e um grupo desembocou, marchando vivamente, ao compasso dum hino patriótico, cujo ritmo o impelia, num passo largo:

*Guerra, guerra, a guerra é santa,
Pela santa independência...*

Eram talvez vinte e pareciam, de cima, da janela, pelos chapéus altos, serem rapazes das escolas ou de alguma das associações que então abundavam na cidade.

Continuaram ao longo do Rossio, agitando os braços, erguendo a voz, num apelo à multidão escura. Mas nenhum gesto lhes respondeu; toda a massa se apinhava a ver passar aqueles entusiasmos solitários; lojas apagaram-se logo, fecharam num susto de *bernarda*; e naquele silêncio frio, que vinha da indiferença da gente e da mudez das fachadas, parecia que o canto se extinguia

por si mesmo, que o entusiasmo se abatia, como uma bandeira a que falta a brisa, caindo ao longo do mastro! Quando chegaram perto do Teatro de D. Maria, o hino quase cessara, os archotes apagavam-se... Aquilo sumiu-se, perdeu-se entre a massa escura da gente, como um esforço efêmero de heroísmo numa vasta indiferença pública.

Recolhi-me para dentro, pensando, com a garganta apertada, que estávamos para sempre perdidos.

Enfim, como a noite se adiantava, foi necessário fazer alguma coisa para dissipar aquele pavor ambiente. Eu, o Nunes, o Correia, abancamos a um voltarete. Na sala, também decerto se sentira a necessidade de sacudir o torpor apavorado das senhoras: houve uma escala no piano, acordes abafados, e, daí a pouco, uma voz que eu conheci pela dum oficial de cavalaria, amigo da casa, ergueu-se, branda e plangente, recitando a *Judia*:

Dorme que eu velo, sedutora imagem...

Então aquela melodia, aquela voz mórbida e saudosa pareceram-me singularmente estranhas naquela hora. Era como que um som antigo, obsoleto, a voz dum mundo extinto, passando em sonhos. Em redor da mesa as vozes monótonas continuavam: passo, dou cartas... De baixo, do Rossio, vinha o mesmo rumor surdo da multidão que enchia a praça, e na sala, no langor amoroso do acompanhamento, balançada e com requinte, a voz do alferes suspirava:

Dorme que eu velo, sedutora imagem...

E já a essa hora o exército inimigo pisava o solo da Pátria! Pobre alferes!

Encontramo-nos mais tarde... Eu seguia então com os meus companheiros da milícia nacional. E que milícia! Tudo o que tínhamos de uniforme era um capote esfarrapado! E que armas as nossas – armas de caça! Mas enfim lá íamos, nessa fria manhã de Abril, sob a chuva torrencial.

Parece que se estava dando uma grande batalha, mas não sabíamos nada. Encontrávamo-nos ali, a meia encosta duma colina que nos escondia a vista da frente, ao pé dum casebre abandonado. Ali permanecíamos havia duas horas, com lama pelos joelhos, encharcados, depois de termos marchado toda a noite, idiotas de fadiga, esfomeados, encostando-nos uns aos outros para não adormecer. Em volta de nós, dum céu baixo e lúgubre, caía um dilúvio; e o casebre parecia, entre as suas quatro árvores, todo envolvido de chuva, tão encolhido e tão sonolento como nós. A distância, a artilharia troava; outras vezes eram descargas secas, que pareciam o rasgar repentino duma grande peça de seda; mas nem víamos o fumo, naquela névoa de ar e de chuva. Nem sei onde estávamos, nem o que defendíamos.

Quem comandava a companhia era o alferes – o mesmo que recitava a *Judia!* Amarelo, encharcado, encolhido no seu capote, ia e vinha defronte de nós. Ai! Não se parecia com o alferes que torcia o bigode junto do piano, revirando olhos ternos nos versos mais tocantes.

De repente, na terra molhada, um galope surdo: é um oficial, com a farda desapertada, de espada em punho, a face acesa duma cólera de batalha; belo rapaz, com um fio de sangue a cair-lhe da orelha. Estaca o cavalo, berra com uma voz furiosa:

– Quem comanda este destacamento?

– Sou eu, meu capitão – responde o alferes, aprumando-se.

– Com um milhão de diabos! Roda pela esquerda, por trás do casebre, a tomar posições na estrada, ao pé da valeta!

E partiu a galope. E lá seguimos nós, a marche-marche, na lama onde os pés se enterravam, fazendo um esforço brutal para galgar aquele terreno duma resistência mole, arquejando sob a tormenta de chuva e o estrondo da artilharia que parecia agora aproximar-se.

Passamos defronte do casebre: à porta, carros de ambulância e de dentro, gritos de feridos.

Era a primeira vez que ouvíamos aqueles brados dilacerantes de dor abandonada, e houve no destacamento como que uma impressão, uma hesitação: era a nossa carne de paisanos, de burgueses, que se recusava, àquela evidência tão brusca da morte e da dor!

– Marche! – berrou o alferes.

Chegamos à estrada: mas não víamos nada. Defronte, uma linha pálida de choupos; depois outras árvores, uma ermida no alto dum monte e, por todo o vale, a névoa agreste e áspera da chuva incessante. Paramos: à distância negrejava outro destacamento. E ali ficamos, na mesma imobilidade, sob a água, tiritando, numa fadiga mortal. Nem um gole de aguardente... Os pés inchados nas botas encharcadas torturavam-me. E pensando nos dias da paz, quando era da poltrona do meu escritório que eu via cair a chuva, vinha-me uma cólera furiosa contra o estrangeiro, um furor de marchar avante, um desejo brutal de carnagem... E desesperado daquela imobilidade, acusava, na alucinação da cólera, os generais, o governo, todos os que estavam de cima e que me não mandavam marchar. Aquela inação era odiosa. O fato colava-se-nos ao corpo e sentíamos a água a escorrer ao comprido das pernas; as mãos gelavam sobre os canos das espingardas, na brisa aguda e agreste que soprava, encanada do vale.

De repente, um ruído surdo: era uma bateria de artilharia, galopando, a tomar posições: passou como um turbilhão, aos berros, na névoa, na chuva e na lama, aos concorvos dos cavalos, aos solavancos das carretas, num estalar furioso de chicotadas, e abalou, perdeu-se na bruma, com um rumor surdo e mole sobre a terra ensopada.

Subitamente, à nossa direita, rompe uma fuzilaria; agora sentimos o silvar das balas. Instintivamente abaixámo-nos, num recuo covarde de milícia bisonha...

– Firmes! – grita o alferes.

Diante de mim, um soldado abate-se como um fardo, sobre a lama... e fica imóvel, morto... Agora vemos nuvenzinhas de fumo pardo, que a chuva abala e o vento sacode ... O alferes, de repente, cambaleia cai sobre o joelho: está ferido no braço... mas ergue-se como uma mola, agita a espada, como doido, aos berros:

– Fogo!... Fogo!

Depois... não me recordo bem. O tremendo som da artilharia alucina-nos. É como num sonho, num sonambulismo, que faço fogo, ao acaso, contra a névoa parda que envolve tudo diante de mim.

Ao meu lado, o alferes cai outra vez: espolinha-se no chão aos gritos, num furor de agonia:

– Acabem-me, rapazes! Acabem-me, rapazes!...

Foi nesse momento que nos sentimos envolvidos, absorvidos por uma massa negra, que descia como uma tromba, na violência dum elemento! Partimos, correndo, atirando as armas, no meio duma gritaria ensurdecidora! ... Sinto que aquela enorme mole de gente se quebra, se dispersa, aos grupos; somos uns cem, no meio, que correm, caindo, erguendo-se, rolando na lama, espezinhados ... Tenho uma vaga consciência de que é a derrota, a debandada, o pânico das milícias... e fujo, fujo com uma amargura exasperada, gritando sem saber porquê, na ânsia abjeta de achar um canto, uma casa, um buraco...

Recordo-me de ver, naquela carreira, diante de mim, um oficial em cabelo – uma figura esguedelhada e furiosa – berrando com a boca aberta, agitando a espada, querendo decerto deter a debandada. Mas a maré de gente abate-se sobre ele, embrulha-o – e eu sinto, vagamente, a minha bota escorregar sobre o seu corpo inerte e esmagado...

Oh! maldita guerra!

Como entrei em Lisboa e me achei na minha casa, realmente não sei. Sim, lembro-me de passar no Rossio, e vê-lo cheio de uma multidão horrível – toda a população dos arredores refugiando-se na fuga aterrada diante do inimigo. Era um caos de carros, de gado, de mobílias, de mulheres, gritando; uma massa brutal e apavorada, redemoinhando sobre si mesma, clamando por pão, sob a chuva implacável.

Foi em Lisboa que soube, aos fragmentos, todos os detalhes da catástrofe: as esquadras inimigas no Tejo, a cidade sem água, porque o conduto do Alviela fora cortado, a insurreição nas ruas, e uma plebe alucinada, passando do abatimento ao furor, ora arrojando-se contra as igrejas, ora pedindo armas, e juntando à confusão da derrota os horrores da demagogia!

Dias amargos! Todos os meus cabelos encaneceram.

E pensar que durante anos nos podíamos ter preparado! E pensar que, à maneira da Inglaterra, podíamos ter criado corpos de voluntários, fazendo de cada cidadão um soldado, e preparando assim, de antemão, um grande exército nacional de defesa, armado, equipado, enérgico e tendo recebido, no hábito da disciplina, o orgulho da farda...

Mas de que vale agora pensar no que se podia ter feito!.. O nosso grande mal foi o abatimento, a inércia em que tinham caído as almas! Houve ainda algum tempo em que se atribuiu todo o mal ao Governo! Acusação grotesca que ninguém hoje ousaria repetir.

Os Governos! Podiam ter criado, é certo, mais artilharia, mais ambulâncias; mas o que eles não podiam criar era uma alma enérgica ao País! Tínhamos caído numa indiferença, num cepticismo imbecil, num desdém de toda a ideia, numa repugnância de todo o esforço, numa anulação de toda a vontade... Estávamos caquéticos! O Governo, a Constituição, a própria Carta tão escarnekida, deram-nos tudo o que nos podia dar: uma liberdade ampla. Era ao abrigo dessa liberdade que a Pátria, a massa dos portugueses tinha o dever de tornar o seu País próspero, vivo, forte, digno da independência. O Governo! O País esperava dele aquilo que devia tirar de si mesmo, pedindo ao Governo que fizesse tudo o que lhe competia a ele mesmo fazer!... Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua indústria, que o Governo escrevesse os seus livros, que o Governo alimentasse os seus filhos, que o Governo erguesse os seus edifícios, que o Governo lhe desse a ideia do seu Deus!

Sempre o Governo! O Governo devia ser o agricultor, o industrial, o comerciante, o filósofo, o sacerdote, o pintor, o arquiteto – tudo! Quando um país abdica assim nas mãos dum governo toda a sua iniciativa, e cruza os braços esperando que a civilização lhe cai feita das secretarias, como a luz lhe vem do Sol, esse país está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito do

trabalho, a consciência perde a regra, o cérebro perde a ação. E como o governo lá está para fazer tudo – o país estira-se ao sol e acomoda-se para dormir. Mas, quando acorda – é como nós acordamos com uma sentinela estrangeira à porta do Arsenal!

Ah! Se nós tivéssemos sabido!

Mas sabemos agora! Esta cidade, hoje, parece outra. Já não é aquela multidão abatida e fúnebre, apinhada no Rossio, nas vésperas da catástrofe. Hoje, vê-se nas atitudes, nos modos, uma decisão. Cada olhar brilha dum fogo contido, mas valente; e os peitos levantam-se como se verdadeiramente contivessem um coração! Já não se vê pela cidade aquela vadiagem torpe: cada um tem a ocupação dum alto dever a cumprir.

As mulheres parecem ter sentido a sua responsabilidade, e são mães, porque têm o dever de preparar cidadãos. Agora trabalhamos. Agora, lemos a nossa história, e as próprias fachadas das casas já não têm aquela feição estúpida de faces sem ideias, porque, agora, por trás da cada vidraça, se pressente uma família unida, organizando-se fortemente.

Por mim, todos os dias levo os meus filhos à janela, tomo-os sobre os joelhos e mostro-lhes a SENTINELA! Mostro-lha, passeando devagar, de guarita em guarita, na sombra que faz o edifício ao cálido sol de Julho e embebo-os do horror, do ódio daquele soldado estrangeiro...

Conto-lhes então os detalhes da invasão, as desgraças, os episódios temerosos, os capítulos sanguinolentos da sinistra história... Depois aponto-lhes o futuro – e faço-lhes desejar ardentemente o dia em que, desta casa que habitam, desta janela, vejam, sobre a terra de Portugal, passear outra vez uma sentinela portuguesa! E, para isso, mostro-lhes o caminho seguro – aquele que nós devíamos ter seguido: trabalhar, crer, e, sendo pequenos pelo território, sermos grandes pela atividade, pela liberdade, pela ciência, pela coragem, pela força de alma... E acostumo-os a amar a Pátria, em vez de a desprezarem, como nós fizéramos outrora.

Como me lembro! íamos para os cafés, para o Grémio, traçar a perna, e entre duas fumaças, dizer indolentemente:

– Isto é uma choldra! Isto está perdido! Isto está aqui, está nas mãos dos outros!...

E em lugar de nos esforçarmos por salvar "isto" pedíamos mais conhaque e partíamos para o lupanar.

Ah! geração covarde, foste bem castigada!...

Mas agora, esta geração nova é doutra gente. Esta já não diz que "isto" está perdido: cala-se e espera; se não está animada, está concentrada...

E depois, nem tudo são tristezas: também temos as nossas festas! E para festa, tudo nos serve: o 1º de Dezembro, a outorga da Carta, o 24 de Julho, qualquer coisa, contando que celebre uma data nacional. Não em público – ainda o não podemos fazer – mas cada um na sua casa, à sua mesa. Nesses dias colocam-se mais flores nos vasos, decora-se o lustre com verduras, põe –se em evidência a linda velha Bandeira, as Quinas de que sorriámos e que hoje nos enternecem – e depois, todos em família cantamos em surdina, para não cha mar a atenção dos espias, o velho hino, o Hino da Carta... E faz-se uma grande saúde a um futuro melhor!

E há uma consolação, uma alegria íntima, em pensar que à mesma hora, por quase todos os prédios da cidade, a geração que se prepara está celebrando, no mistério das suas salas, dum mundo quase religioso, as antigas festas da Pátria!

O LIVRO DIGITAL – ADVERTÊNCIA



O Livro Digital é – certamente - uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade de editoras.

Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser escaneado e compartilhado nos mais variados formatos digitais (PDF, TXT, RTF, entre outros). Todavia, trata-se de um processo demorado, principalmente no âmbito da realização pessoal, implicando ainda em falhas após o processo de digitalização, por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras.

Embora todos os livros do “Projeto Livro Livre” sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que alguns desses erros passem despercebidos. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de algumas dessas incorreções, por gentileza entrar em contato conosco, no e-mail: iba@ibamendes.com

Sugestões também serão muito bem-vindas!

Iba Mendes
São Paulo, 2014